

MARY DEL PRIORE

**MATAR
PARA NÃO
MORRER**

A MORTE DE EUCLIDES DA CUNHA

E A NOITE SEM FIM

DE DILERMANDO DE ASSIS



DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [X Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de disponibilizar conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [X Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: xlivros.com ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade enfim evoluirá a um novo nível.



**BIBLIOTECA
DO EXILADO**

MARY DEL PRIORE

MATAR PARA NÃO MORRER

**A MORTE DE EUCLIDES DA CUNHA
E A NOITE SEM FIM
DE DILERMANDO DE ASSIS**



Era um domingo, dia de Nossa Senhora da Glória. Ouviram-se palmas à porta. Estavam todos reunidos à mesa do café. Dinorah de Assis foi até a janela da sala. Quem seria, a essa hora? “É o doutor Euclides”, lançou o rapaz, caminhando depois na direção da porta que abria para o jardim.

Anos de disciplina e de treinamento militar deram a Dilermando elementos para agir. Ele também tinha sua honra a preservar. Seu erro? Apaixonar-se por uma mulher casada. Amar, como diria mais tarde, de um amor insensato. Mas haveria de se defender com uma espécie de sentimento superior, frente à dignidade da desgraça. Calmo, dirigiu-se ao próprio quarto para fardar-se, pois estava em mangas de camisa. Acreditava numa conversa fria e cirúrgica, de homem para homem. Assumiria seus erros e ofereceria uma solução digna ao marido traído. Pelo menos foi o que registrou anos mais tarde, em suas memórias.

No inquérito policial que se seguiu, Dinorah, seu irmão mais novo, afirmou que se lembrava de que doutor Euclides entrou com a mão no bolso. Uma vez na sala, puxou o revólver. Sempre chamando por Dilermando e anunciando que viera para “matar ou morrer”, avançou corredor adentro e deu um chute na porta do quarto onde se achava seu alvo. Disparou duas vezes para dentro do cômodo. Dinorah se jogou contra ele, tentando imobilizá-lo. Embolaram-se. Mais dois tiros. Depois, o jovem largou doutor Euclides e recuou na direção do seu quarto, em busca de uma arma. De costas para o agressor, Dinorah sentiu quando a bala entrou-lhe pelas costas e o sangue escorreu, quente, debaixo da camisa.

Quem foi Dilermando de Assis? Pouco se sabe sobre este homem que, muito jovem, teve que matar para não morrer. Que foi desfigurado por uma violenta campanha numa imprensa ávida por manchetes sanguinolentas. E que morreu um pouco, junto com Euclides. Ele pertencia a uma classe em que a força moral se associava à defesa da honra, a qualquer preço. A defesa da sua quase lhe custou a própria vida. Muito jovem,

também morreu um pouco de amor. Apaixonou-se por dona Saninha, ou Ana da Cunha, esposa de Euclides e 16 anos mais velha que ele. A paixão o levou a viver repetidos dramas e a mergulhar numa noite sem fim.

Capítulo I

“Deus os fez e o Diabo os ajuntou”

Ana Emília da Cunha era filha de um dos líderes do movimento que derrubou a Monarquia. Em 1905, estava casada há 15 anos com Euclides da Cunha, jornalista e engenheiro. Viviam uma relação marcada por disputas domésticas, segundo Roberto Ventura, biógrafo do escritor. Tinham três filhos. Os mais velhos moravam em colégios internos longe da capital e o menor vivia em companhia da mãe. O pai deslocava-se constantemente em função de seu trabalho. Não tinham residência fixa e dona Saninha, como era chamada, sentia-se mais segura morando junto a pessoas amigas. Uma delas, conhecida de São Paulo, viúva e mãe extremosa, recomendou-lhe a companhia de suas irmãs, no Rio de Janeiro. Eram duas. Os laços de amizade permitiam-lhe chamá-las “comadres”. Para o então cadete Dilermando de Assis, elas eram as “tias”.

Tias Lucinda e Angélica. Estado civil? Solteiras. Aos olhos da época, devia haver boas razões para terem “ficado no caritó” numa cidade com mais homens do que mulheres. Em 1890, por exemplo, na população total, a predominância do sexo masculino era de 56%. Numa sociedade em que as mulheres nasciam,

cresciam e casavam para ter filhos, a donzelona era aquela que não cumpria as regras. Que se colocava fora do lugar certo. Que falhara. E tudo isso com tanta discrição que era como se não existisse. Quanto mais idade, pior.

Uma mulher de trinta anos era considerada “moça velha” e, portanto, não mais “amável”. Não sendo capaz de conquistar um casamento, ela também não impunha respeito. Com o tempo escorrendo na ampulheta da vida, elas davam adeus ao riso, às brincadeiras, aos amantes sonhados e à beleza. Muitos juristas concebiam o celibato como um estado indecente. E os médicos consideravam-no a porta para uma grave doença: a histeria.

Lucinda e Angélica estudaram, se achavam superiores e, por isso, eram ambiciosas e antipáticas. Cultivavam relações com dona Saninha e o marido por os julgarem importantes, como ficou registrado nas memórias do sobrinho Dilermando.¹ Um dia, foram ricas. Mas o pai, um genovês viúvo, outrora armador, teve uma doença severa e perdas financeiras que o transformaram num homem irascível. Ele fizera de sua filha mais velha, a mãe de Dilermando, a responsável pela educação dos filhos menores, entre os quais Lucinda e Angélica. Enquanto uma costurava, as outras faziam a Escola Normal.

As moças que se considerassem feias e retraídas eram “chamadas” para o magistério. Ser professora constituía trabalho aceitável para as mulheres sós. Um único turno, salário modesto e exigência de bons costumes. Aquelas a quem a maternidade física fora vedada cumpriam suas funções como “mães espirituais”. A professora solteirona era de poucos sorrisos. Sua afetividade ficava escondida. Severidade e secura, óculos, coque, roupas escuras, pelos no rosto: as caricaturas dos jornais as

representavam assim. Na literatura, não faltavam autores para descrever os defeitos das “moças velhas”:

“O pior, para uma mulher, é não casar. O celibato feminino é uma fábrica ativíssima de monstros. A mulher é um ser profundamente afetivo. Nasceu para amar — seja a um homem, a um santo ou a um gato. Muitas, vítimas de namoros malogrados, refugiam-se no seio acolhedor da Igreja. São milhares e milhares de devotas místicas, exaltadas no sentimento religioso, que encontram aos pés da Cruz um consolo para sua felicidade perdida. Outras dedicam-se ao professorado — e infernizam a alma terna das crianças (devia ser proibida a existência de professoras solteiras!). Como não casaram, descarregam nos petizes todo o fel acumulado em longos anos de renúncia. Outras, por fim, dedicam-se a falar da vida alheia, a intrigar, a pôr veneno na vida dos conhecidos, a começar pelos parentes”, admoestava o jornalista Berilo Neves na *Revista da Semana*.

Quando, recém-chegado de São Paulo, Dilermando foi visitar as tias no Rio de Janeiro, deve ter se lembrado dos maus tratos que, de acordo com as memórias familiares, elas impingiam à sua mãe. Segundo ele, a mãe era o “burro de carga que lhes preparava com esmero as toilettes” com que frequentavam a escola.² Mas a juventude é a idade de todos os possíveis, e ele talvez tenha abafado as más lembranças. Lucinda e Angélica refaziam de certa forma o círculo familiar com a linguagem que ele conhecia e que diferenciava a família Ratto, ou seja, a de sua mãe, do resto do mundo. O reencontro se deu numa pequena pensão familiar, situada no bairro carioca do Flamengo.

Como qualquer parente depois de longa separação, as tias devem ter-lhe elogiado o porte, a força física, o avanço nos

estudos. Sem dúvida, daria “grande general”, projetando o nome da família que já dispunha de tantos militares notáveis, desde o século XIX. D. Saninha aproximou-se para contar que conheceu seu pai ainda jovem, solteiro.³ Que os filhos dela, Sólon e Quidinho, continuavam a estudar em São Paulo. Que também cresciam, como ele. Tinham brincado todos juntos nas saídas do pensionato Sagrado Coração. Agora, eram homens.

Homem: a palavra despertava arrepios na pensão Monat, onde moravam tantas senhoras. Homem não entrava na vida de uma mulher solitária. E dona Saninha estava só. Seu marido fora nomeado, pelo barão do Rio Branco, chefe da comissão brasileira de reconhecimento do Alto Purus, palco desde 1902 de conflitos entre tropas peruanas e seringueiros brasileiros. Em dezembro de 1904, no porto do Rio de Janeiro, ele tomou o vapor *Alagoas* em direção à Amazônia. O caráter maligno da região, infestada de riscos e doenças, não o atemorizava. Ele ia para o “Inferno Verde”, deixando outro inferno na capital. Os conflitos entre dona Saninha e sua família eram graves. Os irmãos não queriam acolhê-la em casa. Dona Túlia, sua mãe, já viúva, sofria. O relacionamento entre marido e mulher piorou durante os anos em que moraram no interior de Minas Gerais e, depois, São Paulo. E a genialidade dos livros e artigos para jornais que ele escrevia não minorava os constantes atritos conjugais descritos por todos os seus biógrafos.

Doutor Euclides a deixou instalada na rua das Laranjeiras, número 76. Meses depois, ela seguiu para São Paulo, onde internou os filhos num colégio inglês. Sentindo-se abandonada e recebendo poucas notícias do marido, decidiu mudar-se para a pensão Monat. Lá, pelo menos, tinha companhia: Lucinda e Angélica.

Nesta época, “ser feliz” no casamento significava dividir afeto com o cônjuge, ter estabilidade familiar dando carinho aos filhos e vivendo com segurança financeira. Era comum que a correspondência de época desvendasse os sentimentos entre casais separados por motivos de trabalho. Mulheres revelavam as saudades de maridos que trabalhavam em outra cidade, e eles, por sua vez, sentiam remorsos por afastar-se de suas companheiras. Amor conjugal e amor familiar se davam as mãos, numa ciranda em que dona Saninha e o marido não entravam. Não há registros da falta que sentiam um do outro.

No início do século, o cumprimento dos papéis — ser bom marido e devotada esposa — não podia ser ignorado sob pena de severas sanções sociais. Responsabilidades eram exigidas de parte a parte pela sociedade: conduta dominadora e virtuosa do homem. E castidade e submissão da mulher. Qualquer ameaça ao poder masculino tornava-se fator de desentendimento. Se os valores tradicionais fossem ameaçados, o marido reagia. E devia fazê-lo sob pecha de ser considerado “corno manso”. Por outro lado, o abandono do lar, as ausências prolongadas ou desmandos eram considerados motivos de desonra. Sua primeira obrigação: ser provedor e exercer a maior vigilância sobre a mulher. Ai da má esposa ou mãe! As “honestas” não saíam nunca à rua sem companhia. Eram vistas como seres frágeis e recatados. Suas faculdades afetivas tinham que predominar sobre as intelectuais. O mais alto valor feminino? A reputação.

Em casa, um homem era tudo. O direito, a filosofia, a política contribuía, então, para assentar sua autoridade. Ele é quem dava o sobrenome e a luz, pois, segundo alguns juristas, “o nascimento jurídico era o único verdadeiro”. O Código Civil estabelecia a superioridade absoluta do marido no lar, e do pai

na família. Esta onipotência se estendia aos filhos: mesmo maiores de idade tinham que ter “respeito sagrado pelo autor dos seus dias”. O pai podia mandar prender os filhos e recorrer às prisões do Estado para puni-los. Só ele dominava o espaço público, pois era o único a gozar de direitos políticos e domésticos: senhor do dinheiro, vigia dos passeios e da correspondência feminina, provedor de decisões fundamentais ou pedagógicas, cabia-lhe até escolher os estudos para os filhos.

Mas ele se impunha no cotidiano também. Tinha seu espaço, o escritório ou a biblioteca, onde os filhos entravam tremendo. Qualquer decisão do pai ou marido se fundava nos argumentos da ciência e da razão. Contra a mulher, considerada na época um ser devoto e tacanho, influenciável pelos sentimentos, tentado pela paixão, espreitado pela loucura, o pai — o homem — devia defender os direitos da inteligência. As questões domésticas eram importantes demais para ficar só nas mãos das mulheres. O poder ameaçado de um pai ou marido podia levá-lo a cometer crimes, sem manifestar por isso qualquer culpa.

No refúgio da pensão Monat, longe do marido e entre as amigas Lucinda e Angélica, dona Saninha vivia um casamento atípico para o período. Estava só. Também à rua Senador Vergueiro, número 14, começaram a se repetir visitas na folga do rapaz “alto, louro, desempenado e garboso em sua apertada farda de cadete da Escola Militar [...] feitas as apresentações, a esposa de Euclides, desde logo perturbada com a atraente presença do rapaz, fez-lhe várias perguntas [...] Dá-lhe conselhos: não devia sacrificar a saúde. A pensão Monat era ótima e barata. Podia morar aí entre pessoas amigas”.⁴

Lucinda e Angélica, bordado na mão, um ponto ali e outro aqui, concordaram com a mudança do sobrinho. Para elas

conviria ter um “homem da família” próximo, capaz de acompanhá-las nos passeios. Ele teria “segundas mães”, banho pela manhã, torradas à noite e, em caso de doença, um suadouro ou um escalda-pés. Era muito melhor morar em “casa de família”...

O rapaz anuiu e consultou o tio militar com quem morava, que concordou. Ele se mudou do Forte São João para um dos quartos, forrado de cansados papéis de parede. “E foi aí que tiveram início nossas relações clandestinas”, registraria Dilermando, em memórias. As dele com dona Saninha. “O meu erro dos 17 anos”, diria bem mais tarde. E explicou:

“A convivência acarretando a intimidade; a falta de experiência ou malícia permitindo a aproximação mais íntima; a vida não mais de enclausurado abrindo novos horizontes; as leituras em comum despertando fantasias; a puberdade deslumbrando encantos; os espetáculos eviscerando devaneios; a coincidência de predileções desportivas trazendo o embevecimento; o retiro facilitando o império da natureza; a ausência de um conselho protetor que advertisse do curso da idolatria prestes a converter-se em paixão e tantas outras circunstâncias já materiais, já morais, tudo concorreu para o despertar de novos sentimentos. E assim, nessa ebriez incontível, imperceptivelmente se consumou o meu crime. Porque é só onde vejo a transgressão à lei: no ter amado, aos 17 anos, uma mulher casada cujo marido não conhecia e se achava ausente, em paragens longínquas, sem ser lembrado sequer por inanimada fotografia”.⁵

No início ela era apenas uma mãe cuidando do filho. E ela os tinha, quase da mesma idade de Dilermando. O pescoço forte e as espáduas maciças denunciavam a idade de dona Saninha. Os trinta anos passados já lhe tinham deixado marcas, mas o rosto redondo e cheio, de traços regulares, era agradável. O nariz arrebitado e os lábios grossos traíam uma sensualidade que combinava com o ar majestoso dado pelas quatro gestações.

“Nenhum mal se me afigurava ir naquela decisão, pois via ali a casa de uma parente e de uma amiga de minha mãe”, diria Dilermando, para concluir: “Jamais imaginara que desse passo me adviesse tanta desventura, nem no que podia degenerar.”

Pouco a pouco, a segunda mãe se desvanecia e dona Saninha aparecia como mulher. Não as que o jovem encontrava no coração da cidade, em sobradinhos frequentados por roceiros ricos, pequenos comerciantes e militares. Fêmeas de cintura fina e excessivamente pintadas que, à noite, esperavam seus clientes ao longo das ruas escuras. Estrangeiras, provenientes de Trieste ou da Polônia, que introduziam homens maduros e adolescentes nas sutilezas do amor, revelando-lhes delicadezas eróticas. Ou mulatas, portuguesas do Minho e Douro e francesas. As últimas não eram para o seu bico de jovem recruta. Pois viviam em casa própria, tinham carro e criados, insultavam a polícia, sempre protegidas pelo deputado F... ou o juiz P....

O estudante foi se deixando hipnotizar. Naquela época, não havia maior combustível para o que sentia do que a proibição, e elas eram muitas. Dona Saninha era “mulher casada”. A lei não deixava dúvidas. Mas não era só a lei. A moral também. Criada em ambiente positivista — seu pai, general Sólton Ribeiro, assim como seu esposo, seguiam a Religião da Humanidade —, sabia que o papel da mulher era ser a rainha do lar, o anjo tutelar da

família, sendo obrigada para isso a respeitar regras: ser pura, íntegra, perfeita. Um dos sete princípios do casamento positivista era a “monogamia indissolúvel completada pela viuvez eterna”. Certos contratos de casamento previam até que a esposa jurasse “amar a Deus e ao marido” até o fim dos tempos. Com todas essas prescrições, não se tinha notícia do pai dos seus filhos. Ele parecia ter sido engolido pela floresta amazônica. Quanto ao sexo, esta palavra terrível e conotada de pecados, ele só existia para a reprodução. A negação do prazer físico tinha que ser compensada pelo amor aos filhos. Mas dona Saninha nem os seus trazia por perto. Só Manoel Afonso, ainda pequenino.

A vida na pensão Monat também apresentava seus interditos. É sabido, graças à literatura da época, que as divisórias finas entre os quartos não davam espaço para maiores intimidades. Tudo se ouvia: a tosse fúnebre de um tísico, a conversa das mulheres sós, as discussões de casais. Pior era o controle ostensivo das tias: Lucinda e Angélica sentiam-se responsáveis pelo jovem cadete. Que ele não ousasse sujar o nome da família fazendo dentro de casa coisas que se faziam “lá fora”. Eram amigas de longa data de dona Saninha, até cuidando de seu filho. Não ia demorar para que reagissem ao caso que se desenrolasse sob seus narizes, quando começariam a despejar o tal “fel acumulado nos anos de renúncia e a pôr veneno na vida dos parentes”, como alertava o artigo da *Revista da Semana*.

Por fim, havia o interdito da diferença de idades entre Dilermando e dona Saninha: ele com 17 anos e ela, com 33. Não tinha mais o frescor da mocidade, mas deveria saber algo sobre a tal palavra proibida: sexo. Anos mais tarde, o próprio Dilermando, ao se defender da acusação de tê-la seduzido, assim a descreveria: “Não se tratava de uma ingênua donzela,

inexperiente e mal encaminhada, a que me tivesse imposto pela artimanha e pelas lábias.”⁶

No passado, havia maneiras de punir publicamente mulheres que rompiam com o critério de igualdade na idade entre cônjuges: puxavam carroças com o lixo da cidade ou eram fustigadas pelos vizinhos, montadas de costas num burro. Autores como Balzac tinham tratado do assunto. Graças a um personagem do romance *A Duquesa de Langeais* que teria a mesma idade de Dilermando, Henri de Marsay, o escritor francês, deu vida a um romance entre um rapaz e uma viúva sem filhos.

Não era bem o caso de Dilermando e de dona Saninha, que tinha marido, e bem vivo, que conhecia a legislação sobre o adultério. Na tradição popular, punição de mulher infiel, só com sangue. A tese da legítima defesa da honra, e a reação do marido traído, com o apoio da sociedade, era uma das regras. “A privação dos sentidos e da inteligência”, que o príncipe dos criminalistas, Nelson Hungria, chamou de “passionalismo sanguinário”, autorizava que a adúltera fosse morta, “pelo bem do Estado”. Nos tribunais, a conduta do homem nunca passava por julgamento. Já a mulher era sempre uma “desavergonhada” para o juiz, para a família e para o mundo. Na terminologia jurídica, o nome que se dava para o marido que matasse a mulher era uxoricida. Nos tribunais, ele levava sempre a melhor.

Apesar de tudo isso, não se sabe qual foi o dia nem a hora, mas se encontraram um nos braços do outro. O romance não durou no severo cenário da hospedaria familiar. O pacto de amizade das tias com dona Saninha rachou. Angélica se escandalizara e tomou o partido dos moradores da pensão Monat: afinal, tratava-se de um adultério, uma imoralidade. Lucinda preferiu apoiar a amiga e o sobrinho. Como tal estado

de coisas não podia continuar, a solução foi dona Saninha mudar-se para a rua Humaitá, número 61. Seguiram junto Dilermando, tia Lucinda e o pequeno Manoel Afonso. Lá — como anos mais tarde contou uma filha do casal, Judith — viveriam “dias, semanas e meses de paixão exaltada”.⁷ A família dela se afastou, horrorizada. Nem a mãe nem os irmãos a procuravam mais.⁸ Com seu comportamento “desavergonhado”, dona Saninha quebrou mais uma regra: a que mantinha os fortes laços de solidariedade entre parentes, compadres e amigos, tão comuns na Velha República.

Dilermando, na flor da mocidade, cumpria dois papéis: o que fora preparado pela família e pela sociedade. No primeiro caso, sentia-se “responsável” por dona Saninha e seu filho, como o seria pela mãe e o mano. “Responsabilidade e trabalho”: não fora educado assim? Cuidar, zelar e amparar eram verbos que a mentalidade conservadora estimulava. A mulher, ser frágil, carecia de proteção. O jovem metido na farda militar não podia ter outro objetivo se não dar assistência à pequena família que, ele entendia, fora deixada à própria sorte.

E este era o segundo caso: imagine-se, na época, um rapaz de 17 anos com uma mulher de mais de 30! E apaixonada... Com poucas mulheres para tantos homens, ele fora escolhido. Abrindo seu coração à comadre Angélica, dona Saninha disse que tinha por Dilermando “uma grande paixão, pois este lhe dispensava sempre atenções, afetos e carinhos que não encontrava em seu marido, o qual só vivia para os livros”.⁹

Correu 1905. Nos primeiros meses, só reparavam nas alegrias. Dilermando seguia estudando. Agora fazia parte do 10º. Regimento de Cavalaria, onde tinha amigos e era benquisto de seus superiores. Os recursos enviados pelos tios maternos, de

São Paulo, continuavam chegando com pontualidade britânica, complementando o soldo do cadete. Vez por outra, o jovem escrevia a Santos ou a Uberaba, Minas Gerais, para se inteirar da situação financeira e ter notícias do irmão. O casal ia vivendo.

Neste ano, vários eventos os distraíam dos problemas que pareciam não perceber. Houve um motim importante num encouraçado russo, o *Potemkin*; um certo Einstein expôs a teoria da relatividade; uma criatura de sonhos, *Mata Hari*, encantou Paris. Na capital, a Casa de Ajuda aos ex-escravos foi incendiada, reformou-se o Ensino Secundário, morreu o pintor Pedro Américo, a Maçonaria realizou eleições para grão-mestre, portuários fizeram greve e a fortaleza de Santa Cruz sublevou-se por conta de maus-tratos. Ao final do ano, entre chuva e foguetório, inaugurou-se a avenida Central. O presidente assistiu ao desfile das tropas e da *Rio Light and Power*. Mastros ligados por galhardetes e quinhentas lâmpadas elétricas animavam a festa que se fez sob chuva inclemente. Jornais não deixaram de cutucar:

“A inauguração, apesar do número de pessoas presentes, esteve fria. O conselheiro Rodrigues Alves foi, durante longo tempo, acompanhado por uma enormidade de garotos que pulavam de um lado para o outro, formando um séquito incômodo e alvorecido. O povo, divorciado por completo das festanças e pagodes oficiais, não teve uma aclamação, um viva para o presidente da República.”

De fato, o Rio de Janeiro nunca gostou de Rodrigues Alves. Teria preferido Quintino Bocayuva. Ao final do semestre teve

início a campanha presidencial disputada por Bernardino de Campos, Afonso Pena e Campos Sales.

Réveillon de 1906: depois da festa, o susto. No primeiro dia do ano, acordaram com um telegrama. Vinha da Casa Fonseca, na rua Uruguaiana, para onde o doutor Euclides costumava enviar o dinheiro para as despesas dos filhos. Em poucas palavras, o marido anunciava sua chegada. Estava num vapor inglês ancorado no porto da Capital: "Estou baía bordo *Tenisson* mande me buscar." Durante a estadia do escritor no Acre, a troca de cartas entre o casal foi tão pequena que ele não tinha ideia de onde morava dona Saninha.

Os enamorados entraram em desespero. "Por inexperiência ou para que seu marido nada suspeitasse", diria mais tarde dona Saninha, Dilermando, acompanhado de dois criados, foi buscá-lo a bordo.¹⁰ Nunca tinham se visto antes e Dilermando sequer conhecia o escritor de nome. Dois completos desconhecidos iam apertar-se as mãos, na beira do cais. O contraste era brutal: o rapaz alto, louro, naturalmente elegante na atitude e no sorriso, que, por força das circunstâncias, se mesclava a certa severidade, e o marido tão acabado pela tuberculose e pelas doenças palustres. Dilermando tão moço. Euclides envelhecido, baixo, pálido e magro. Tudo levava a crer que o cadete era apenas um amigo dos filhos. A longa ausência em que deixara a esposa o fazia perguntar por ela. Dilermando, inábil diante do saudoso doutor Euclides, não sabia o que responder. Afinal, engravidara dona Saninha.

Um drama se armava. Os amantes se constrangiam. Mais à frente, em juízo, ela relatou ter escrito "uma carta ao marido, dizendo que, como se julgasse indigna dele por havê-lo traído espiritualmente em sua ausência, não sabendo se pelo bem-

estar que tinha livre dos maus-tratos e pela falta de carinho com que a tratava, achava que devia prolongar a separação, já que ele era um homem de grande talento e estudos científicos, e conhecer a incompatibilidade de gênio entre ela e ele, seu marido, ou por meio de uma comissão ou pelo divórcio”.¹¹

A carta era uma verdadeira bomba. Revelava que a esposa “pura, íntegra, perfeita” do casamento positivista não existia mais. Acusava o cônjuge de maus-tratos e desamor. E, pior, introduzia uma palavra mais terrível do que “sexo”: divórcio. Dona Saninha, no auge do desespero, da paixão ou de ambos, queria a separação pelo “divórcio”. As leis republicanas que tornaram o casamento civil obrigatório, em detrimento do religioso, não modificaram fundamentalmente a situação anterior, ditada pelas leis da Igreja. Manteve-se a indissolubilidade do matrimônio, sendo entendidas as razões legais para o pedido de divórcio os seguintes motivos: adultério, sevícias ou injúria grave, abandono do lar e mútuo consentimento dos cônjuges.

Os que argumentavam contra o divórcio alegavam o risco da desestruturação da família e do “abastardamento moral” dos seus membros. Já existia na época uma separação amigável, não aprovada nem pela sociedade nem pela Igreja. Se aceitasse o reconhecimento da incompatibilidade, Euclides teria uma justificativa social para a quebra de vínculos matrimoniais, com menos agravantes do que o adultério em que dona Saninha mergulhara.

Na noite em que leu a carta, Euclides fez a única pergunta que, então, importava: profanara seu corpo? Resposta dela: não, só o espírito. Ele não perguntou com quem teria ocorrido a “traição espiritual”. Ela, numa atitude evasiva, “continuou a viver

com seu marido, cumprindo com ele seus deveres de esposa e usando de subterfúgios pudicos para que ele não conhecesse o estado de gravidez em que se achava”.¹²

Dilermando deixou imediatamente a casa de Botafogo e foi morar na Escola Militar. Só ia à rua Humaitá nos finais de semana e em visita cerimoniosa. A falsa polidez que revestia tais encontros só aumentava a desconfiança do marido. Dona Saninha sugeriu uma solução ao amante. E, de novo, inábil, nos seus “irrefletidos 17 anos”, Dilermando dirigiu a Euclides uma carta, na esperança de que as palavras pudessem ocultar os fatos.¹³ Ele sabia que sua inesperada presença no ninho familiar caíra mal. A resposta não tardou:

“Dilermando,

Não querendo demorar a resposta à sua carta de ontem, escrevo-lhe neste papel, certo de que me desculpará. A minha resposta é simples: há grande, absoluto engano no que imagina. A questão é muito outra — e você é inteiramente estranho a ela. Veja o inconveniente de se tirarem deduções de fatos e palavras isoladas. Além disso, apesar de aborrecido por um sem-número de contrariedades, julgo que não o tratei mal. Na sua idade nunca se é um homem baixo. Não creio que houvesse feito uma tal injustiça. A minha casa continua aberta aos que são dignos e bons. Não poderá fechar-se para você. Quando souber a razão do meu aborrecimento, avaliará a injustiça que fez a si próprio e a mim. Até sábado. Estude, seja sempre o mesmo rapaz de nobres sentimentos, e disponha dos poucos préstimos do amigo, criado, obrigado.

Euclides da Cunha.”

Nestas oportunidades, doutor Euclides tratava Dilermando bem, mas despejava toda a sua fúria em dona Saninha: “travava discussões com ela chegando a ponto de romper as roupas”.¹⁴ Ele desconfiava que a tal “traição” não tivesse sido só espiritual. Afinal, a barriga já apontava, as informações corriam e ele recebia até bilhetes anônimos.¹⁵ Não havia nada pior para um homem casado do que uma esposa adúltera. A vergonha era abissal. No círculo de amigos do escritor, pairava um silêncio sobre o assunto “família”. O patriarcalismo não era violento só com as mulheres. Com os homens também. Por um lado acusava-se a mulher. E por outro, entre risos e chacotas, discutia-se o desempenho ineficiente do corno. Ela traía porque ele dormia demais...

Anos mais tarde, Dilermando, que foi criado sob severos princípios, ao rememorar o episódio, confessaria que ficou chocado e recebeu uma bela lição de moral. “Senti que não andava bem. Mas o que fazer, naquela contingência? Tinha que ficar calado, do contrário seria pior.”¹⁶ Mas é provável que, pela diferença de idade, Euclides não desconfiasse do cadete. Segundo as más línguas, dona Saninha teria antecedentes: em São José do Rio Pardo, onde Euclides fiscalizava as obras de uma ponte metálica sobre o rio, gostava de debruçar-se à janela, “colo à mostra”.¹⁷ Falava-se até num certo tenente Leme, conhecido do marido.¹⁸ Deste ponto de vista, Dilermando seria apenas um disfarce ou um mensageiro entre ela e o outro. A certeza só viria depois.

Homem público, membro da Academia Brasileira de Letras, jornalista famoso, doutor Euclides via o capital simbólico de sua honra escoar-se pelo ralo. Tudo o que arranhasse a reputação de sua família, que lhe manchasse o nome, tinha que ser

enfrentado como uma perigosa ameaça. Eis provavelmente a razão para negar em público as desconfianças. Em carta ao pai, escrita em janeiro de 1906, dizia-lhe: “Eu não caí — graças a Deus — no repugnante ridículo de uns ciúmes de tudo e em tudo injustificáveis; e nem estaria a escrever-lhe esta se duvidasse um só momento da honestidade da que me completa a vida.”

Mas desconfiava e muito. Já “de três meses”, dona Saninha veria, em breve, a pele do ventre esticar-se. O umbigo, a saltar para fora. Pequenas veias azuis a cobrirem a barriga. O espartilho a sufocá-la, impedindo-a de respirar direito. Todos sabiam que o nascimento de um bastardo era objeto de reprovação violenta. Um escândalo que atingia a honra das mulheres em flagrante delito de infidelidade. Ocultar a falta, dar sumiço em seu fruto: essa era a sua preocupação como revelou em juízo, posteriormente.¹⁹

Ao longo de uma gestação que pairava como um fantasma sobre o casal, Euclides e Saninha viam estilhaçarem-se os valores rígidos, que determinavam a coerência em sua vida doméstica. Para piorar, o drama familiar refletia o período acelerado de mudanças do estilo de vida urbano, marcado por tensões e violências. Sobretudo, as violências interpessoais. A criminalidade invadiu os domicílios. Conflitos de ordem material e emocional se multiplicavam. Brigas entre marido e mulher faziam as manchetes de jornais.

As desordens conjugais geravam homicídios, suicídios e agressões físicas. Os homicídios davam-se principalmente por ciúme ou adultério, dissolvendo triângulos amorosos com facadas e tiros. A polícia era frequentemente requisitada a intervir. Um homem, por exemplo, pedia a ajuda do delegado para reconciliar-se com a mulher que estava vivendo na casa do

amante. Um soldado era destacado para levá-la de volta a casa, onde o marido tentava matá-la a facadas. Um oficial de Marinha foi morto ao defender sua honra, durante uma briga com um médico que seduziu sua mulher. E assim por diante, como se constatava nas inúmeras ocorrências registradas nas delegacias.

Os crimes de adultério eram justificados na mentalidade popular em nome da defesa da honra. O *Correio da Manhã*, comentando um crime, condenava a mulher adúltera que “desceu de seu posto de mulher-esposa, tornando-se mulher-prostituta”. O crime, justificava o articulista, deveu-se ao “desvario” do marido desafrontado em sua honra viril. Havia quem matasse até por “desconfiar da fidelidade” da esposa. Não só o desamor no casamento levava a abusos e agressões. A ameaça da quebra da supremacia do poder masculino era fator corriqueiro de desentendimento. O marido reagia ao ver os valores tradicionais abalados.

Dona Saninha e Dilermando sabiam de todos esses constrangimentos, e ainda assim continuavam a se encontrar. As “relações íntimas” — como as chamava dona Saninha — tinham sido interrompidas, como era de praxe, por causa da gravidez. Mas o casal passeava nas ruas do centro reformado: Ouvidor, na saída do Teatro Lírico, avenida Central, Praça XV. Ou na rua Humaitá, onde, certa vez, foram vistos pelo próprio Euclides. Cartas e denúncias anônimas chegavam ao marido.²⁰ Cega de amor, dona Saninha não se furtava a exhibir publicamente o romance, encorajada por bilhetinhos do amado: “SANINHA, mil beijos e mil venturas de amor.” E no verso: “O amor é uma corrente elétrica estabelecida entre dois corações.”²¹ O preço pago em domicílio era alto: gritos, discussões, ameaças e choros!

Em março de 1906, uma triste notícia para o casal de amantes. Dilermando teria que terminar os estudos na Escola Militar do Rio Grande. E o recruta foi mais uma vez ingênuo: escreveu um bilhete à família Cunha. Nele, com palavras cerimoniosas, se despedia. A insistência em explicar-se deve tê-lo denunciado. Dona Saninha, por seu lado, não disfarçou a dor. No quarto, desfeita, com a voz afogada em lágrimas, ela se lamentava. Não iriam mais rolar juntos como “conchas levadas e trazidas pela maré que beija a praia” — como Dilermando gostava de lhe dizer.²² Na mesma noite da partida do amante, à hora do jantar, todos reunidos, “o seu marido Euclides, na presença dos criados, de uma senhora hóspede de sua casa, olhando para ela, disse: olhe para a cara daquela mulher que está como quem se despede do ente que mais ama”, dona Saninha rememorou depois, em juízo.²³

Apesar das acusações frontais e da desmoralização que a situação criava, a distância só serviu para alimentar a relação. Era assim, naquela época. Os sentimentos se nutriam da troca de cartas, lembranças ou retratos. As primeiras notícias do cadete não custaram a chegar. Eram enviadas para uma caixa postal que dona Saninha alugava com nome falso: Olinda Ribeiro.²⁴ Inocência e ardor se misturavam nas cartas cuidadosamente numeradas e escritas com letra firme:

“Carta nº 1.

Bordo do Itaituba em viagem para Paranaguá.

Minha nunca esquecida e queridinha Saninha.

Foi triste o nosso adeus!... Foste-te pela avenida afora enquanto eu, não podendo dominar as lágrimas que em

borbotões jorravam-me dos olhos, dando o braço ao meu companheiro, encaminhei-me para a nossa separação. Era preciso que assim triste fosse a nossa cruel despedida, para que nada deixássemos transparecer do nosso intenso amor. Ainda com a tua frágil e delicada mão me acenaste, dando-me, quem sabe, um último adeus. Foi aí, convencido então da realidade, que não me pude conter e... chorei. Chorei lágrimas ardentes que me incandesceram as faces podendo perceber apenas a imagem querida de teu semblante adorável e a dor do teu terno coração.

Dói, dói muito, mas assim é preciso. Não te deixei só ao passo que eu encaminho-me para o exílio onde sentirei tristes dores, longe de ti, sem me molhar em suas queridas lágrimas, sem sentir o calor do teu rostinho formoso, a suavidade de teus seios, onde tratarei da vida com todos os esforços, esperando sempre uma fase mais feliz e prazenteira. Não chores, te peço. Guarda as tuas lágrimas que valerão mais noutra ocasião. Não repares a letra, pois o vapor está jogando muito. Só saímos do Rio às duas horas da noite. Não podendo dormir e só, sentei-me no banco em que estiveras e pedi a meu filhinho que te conserve com saúde e que te proporcione todas as felicidades que almejares. Adeus, querida, até Florianópolis. Onde te escreverei. Aceita mil beijinhos do teu Amado.”

Ou

“Carta nº 3

Bordo do Itaituba, à entrada da Barra do Rio Grande.

Adorada e saudosa esposinha.

É a terceira vez que, com grande satisfação, tomo da pena não só para cumprir um dever contigo, como também, e ainda mais, para contentar o meu pobre coração, que tanta falta tem sentido e há de sentir de ti, minha queridinha. Que saudades?!...

A viagem tem sido maravilhosíssima — até aqui, salvo aquele ligeiro temporal de que já te falei.

Decididamente só a teu lado poderei viver satisfeito. A bordo, caminho para um lado e para outro, do convés ao tombadilho, de bombordo a boreste, converso com um, não satisfeito, procuro outro companheiro, ainda aí não me acho bem, vou a um camarote, abro as malas, e às escondidas, olho para o que foi teu, contemplo tua imagem querida, beijo-a, choro, mas qual, sinto-me sempre mal, falta-me uma causa que não vejo, que não sinto, que não posso abraçar e beijar com aquele intenso amor com que havia e fazia contigo... É um horror a minha vida. Talvez não acredites porque estás longe e não podes apreciar. Perdoa-me esta letra tão triste, com o jogo do vapor não posso escrever bem.

Já vejo de perto os belos montes de areia que orlam as praias dos nossos queridos pampas e então sinto-me bem longe de ti, separado por extensos mares e talvez por um, dois, três anos e, quem mo dirá, por toda a eternidade?! Será possível?!

Poderei morrer sem te ver? Não, hei de ver-te ainda que moribundo.”

“Esposinha”, “filhinho”, “dever”, “viver ao lado e fazer amor”, as representações sobre a família e os papéis se expressavam claramente. O rapaz se sentia responsável pela situação que ambos geraram. Criado sem pai, ele entendia que tinha sua honra de *pater familiae* a proteger. Na época, paternidade e virilidade eram sinônimos e ajudavam a construir a identidade masculina.

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, doutor Euclides tudo controlava dando um mínimo de dinheiro a dona Saninha e pedindo recibos de todos os gastos, receoso, por certo, que a mulher estivesse ajudando seu jovem amante.²⁵ Ignorava que Dilermando tivesse posses. Contava dia a dia na folhinha o tempo de gravidez. Sabia que o filho não era seu; não esteve lá para fazê-lo. Uma tal situação ensejava reações: o falatório da vizinhança, a sensação de abandono e de desordem de sua casa.

Cada vez mais acuada, dona Saninha procurava subterfúgios. As tentativas de aborto foram infrutíferas. Quis morrer.²⁶ Tentou os métodos mais ordinários: inseriu agulhas de tricô e outros objetos pontudos na vagina, deu golpes no ventre e bebeu chás de plantas abortivas. O fruto não renunciou. Com a gravidez avançada, procurou outra solução, como declarou, mais à frente, em juízo:

“Que em vésperas de dar à luz vestiu-se de preto e foi à casa do doutor Érico Coelho, amigo de seu marido e de sua família, lá chegando declarou ser a esposa do doutor Euclides da Cunha, e achar-se grávida; que como dissesse ele não clinicar mais, a informante lhe disse que ali ia pedir um conselho de pai; que ela, informante, disse ao doutor Érico que um filho de uma pessoa de sua amizade, que

estava em sua companhia, na ausência de seu marido, havia se apaixonado por ela, e que, *forçando-a*, tivera com ela relações, ficando ela, informante, grávida; que diante disso ela pedia um remédio para abortar ou um outro conselho.”²⁷

Dona Saninha sabia que este bastardo seria o símbolo da virilidade do pai, mas, sobretudo, o da falta cometida pela mãe. A criança por toda a vida representaria a lembrança viva de um erro, por isso, sendo rejeitada pela família e pela sociedade. Era preciso limpar a situação. E ela não hesitou em transformar Dilermando num sedutor.

O médico, contudo, respondeu que nada podia fazer. Aborto era crime, inscrito no Código Penal da República, de 1890, com pena de 6 a 24 anos de prisão. Apesar dos atenuantes em caso de estupro ou de quando tratava de salvar a própria honra, o doutor Coelho recomendou que voltasse à casa para descansar e mandasse seu marido falar com ele depois do nascimento da criança. No máximo, e em caso de dúvidas, ele poderia alegar que a criança nascera prematura de seis meses. E ameaçava: “Que se ele se convencesse disso, estaria ela, informante, salva, e, no caso contrário, que esperasse a lei do seu destino.”²⁸

Dona Saninha, desesperada em busca de uma solução que convencesse Euclides que o filho era dele, teve outra ideia. Resolveu trocar de endereço. Assim, teria o pretexto dos esforços físicos feitos durante a mudança para dizer ao marido que tinha dado à luz antes do tempo. Mal se instalou, as dores do parto se anunciaram e, às duas horas da manhã de 19 de julho de 1906, nascia Mauro:

“que feita a mudança, no mesmo dia começou ela a sentir as dores do parto, embora esperasse a saída do marido para a Repartição, a fim de que, nascida a criança, tivesse um meio de ocultá-la, fazendo-a desaparecer, o mesmo seu marido conservou-se em casa; que afinal ela deu à luz um menino, estando só em sua companhia o seu marido e vendo a criança nascida e viva, exclamou o marido: ‘um monstro filho daquele monstro que traiu-me’, retirando-se em seguida para outro compartimento da casa”.

Sob os olhos arregalados da cozinheira, a mãe pôde prestar os primeiros-socorros à criança. Tudo isso relatado por ela em juízo, mais à frente.

“Que cerca de meia-noite do dia em que deu à luz, seu marido chegando ao quarto lhe perguntou dirigindo-lhe estas palavras: ‘mulher ordinária, mulher infame, filha daquele tarimbeiro que teve a desgraça de a pôr no mundo, juras pelas cinzas de teu pai como esse menino não é meu filho’; que ela ajoelhando-se com o filho no colo declarou ser ele filho de Dilermando; que seu marido disse que não a mataria porque não queria manchar-se com seu sangue, mas que havia de matar Dilermando, que ela havia de passar uma vida de sacrifícios, proibindo-lhe que o filho fosse alimentado por ela, e que aquele nascimento não se havia de participar à sociedade, ficando oculto até o dia do falecimento da criança, oito dias depois do nascimento.”²⁹

Não se sabe se foram os remédios abortivos ou se a separação imposta pelo marido, impedindo a mãe de

amamentar, mas o pequeno logo morreu. “Vítima de inanição”, diria uma atormentada dona Saninha que tinha diferentes versões para o mesmo fato, como se vê a seguir:

“No dia do enterro e na presença da criança morta, seu marido dizendo-lhe que não a mataria e sim a Dilermando, pediu a ela que jurasse se aquela criança era ou não filho de Dilermando. Que ela jurou nessa ocasião ao seu marido que essa criança não era filho de Dilermando, que três dias depois, numa noite, falando a seu marido, a informante declarou que esquecesse o seu passado, que ela seria daquele momento em diante uma mulher como se fosse outra com quem ele se casasse naquele dia, resolvendo ela, informante, não mais escrever a Dilermando; que durante uns quinze dias, procurou-a o seu marido por umas duas vezes, a fim de que ela cumprisse os deveres de esposa, ao que ela recusou-se terminantemente, dizendo que necessário era primeiro que fosse levantado o seu espírito, para depois ceder à matéria; que continuando então o seu marido a tratá-la grosseiramente, ela resolveu escrever novamente ao denunciado, como fez, e pedindo-lhe que viesse para esta cidade a fim de ter com ele um novo filho.”³⁰

Em meados de janeiro de 1907, Dilermando voltou ao Rio. Vinha de férias da Escola Militar. O casal tornou a se encontrar. Ia junto ao cemitério de São João Batista quase que diariamente visitar o túmulo do menino morto. A mesma dona Saninha que pensou em fazê-lo “desaparecer”, agora, de mãos dadas com Dilermando, chorava sua perda. Que impacto tal peregrinação

não tinha sobre o jovem? Culpa? Dever não cumprido? Afinal, ser pai de um “filhinho” implicava em responsabilidades com a tal “esposinha”, que ele não pudera assumir...

“No dia 20 de fevereiro, no cemitério, ela obrigou Dilermando a fazer o juramento de ter com ela um novo filho sendo porém o enxoval fornecido exclusivamente pelo denunciado; que se despedindo dele na rua dos Voluntários da Pátria nesse dia convidou Dilermando a ir nessa noite à uma hora da manhã, à sua casa, visto àquela noite o seu marido achava-se em Petrópolis, em casa do barão do Rio Branco; que efetivamente foi Dilermando nessa noite a sua casa, partindo quatro dias depois para o estado do Rio Grande do Sul, sem que tivesse até essa data, desde a sua primeira partida para esse estado, falado com seu marido[...] ficando ela informante em estado de gravidez.”

Os depoimentos dados durante o inquérito policial da morte de Euclides demonstram que, ao conviver ao mesmo tempo com o amante e o marido, dona Saninha pagava um preço. E alto:

“Desde essa data, continuava a viver com seu marido, cumprindo com ele seus deveres de esposa, até que em novembro, nascendo seu filho Luiz e vendo nele, seu marido, os traços de Dilermando, começou novamente a maltratar também a criança como fazia com ela; que ela procurava ocultar o seu filho das pessoas que iam a sua casa em visita a seu marido, mas crescendo o seu filho, não mais isto lhe foi possível, que o seu marido costumava desde a data de nascimento de seu último filho, a dirigir-lhe

palavras insultuosas e entre outras a de 'canhorça do sargento' e 'porra do sargento', que a primeira referia-se a ela e a segunda a seu filho; e isto fazia seu marido em frente aos outros filhos e criados."31

"Sargento": Euclides não escondia o ressentimento contra o Exército, onde sempre se sentira deslocado, onde fora considerado "incapaz". Afinal, ele nunca conseguiu seguir a carreira de armas, encarada por seu sogro como a melhor do país. Para ele, era a "madrasta classe militar"! Que um jovem cadete fosse a razão de seu sofrimento revelava-se uma ironia do destino. Via seus papéis de pai e marido triturados pelas circunstâncias: tinha mulher "prostituída", filho bastardo e era enganado, com a prova viva da traição crescendo dia a dia: o lourinho Lulu. A cara do pai. Ou como dizia, ironicamente, Euclides, "uma espiga de milho, em meio a um cafezal", referindo-se aos cabelos e olhos escuros dos demais.

Novamente, nas férias de 1908, Dilermando voltou à capital. Não há registros de encontros, mas certamente existiram. A troca de correspondência e os poemas que ele escrevia à sua amada davam vazão aos arroubos do jovem apaixonado:

"Tremo ao pensar na miserável hora
Do nosso adeus final que se aproxima
Sinto já as saudades desse clima
E a nostalgia do que vejo agora
Adeus, adeus, oh! Transparente aurora
Dos meus sonhos de amor. Nada me anima.
Tenho de rir à dor que me comprima
Tenho de rir quando a minh'alma chora

Oh! Salambô de lábios de rubi!
Não me deixes amar outras mulheres
Não me deixes morrer longe de ti.
Dou-te versos como flores
E depois régio amor de meus amores
Dou-te meu coração se tu quiseres.”

E o que haveria de comum entre dona Saninha e a “Salambô de lábios de rubi”? A heroína do romance do mesmo nome, de Gustave Flaubert, traduzia toda uma linhagem de belas damas perversas. Fêmeas que, como Herodíades ou Salomé, exalavam dor e prazer. A textura trágica do romance francês retratava a inocência sensual e perversa da mulher fatal. Salambô seria traiçoeira e sagrada como uma cobra que ela mesma abraçava: “A virgem enrolou-a em seu corpo, passando-a por baixo dos braços e por entre os joelhos.” Sem contar que a história girava em torno de um triângulo, dois homens e uma mulher. Nenhuma coincidência nessa poética comparação, tanto mais quanto era o único livro de Flaubert que doutor Euclides leu, segundo ele mesmo contou ao jornalista João do Rio.

Passado mais outro ano, em 1909, o jovem cadete foi primeiro hospedar-se numa pensão da rua Silveira Martins e depois numa república de estudantes na estação de Mogi. Dona Saninha foi procurá-lo. O pretexto era o de que Dilermando tinha que pagar as despesas com o vestuário de Lulu. Não se fez de rogado. Empenhou todas as joias que ele e o irmão Dinorah receberam de herança e deu-lhe o dinheiro.³² Respondia prontamente às exigências da companheira. Era uma questão de dever e honra, pois não? Só mais tarde dona Saninha veio saber do gesto desprendido dos rapazes.

Agora morando juntos, e para ficar mais perto da escola de Dilermando, os irmãos passaram a residir na casa de número 214 da Estrada Real de Santa Cruz, no subúrbio da Piedade. Mantinham-se com as mesadas fornecidas pelos parentes e o soldo recebido como “aspirantes”. Dilermando dava aulas particulares de esgrima e fazia pequenos serviços fotográficos para aumentar os rendimentos. Nessa época, colocou o mano a par da situação.

A discrição do endereço permitia encontros sem sobressaltos. A estrada de ferro tinha uma parada na antiga estação Gambá e o subúrbio havia sido o primeiro a receber luz elétrica. Um portãozinho de madeira, dando acesso à casa térrea e modesta, abriu-se várias vezes para deixar passar dona Saninha, como relatou em juízo a empregada. A “Velha”, como era carinhosamente conhecida, fora contratada por dona Saninha para cuidar da casa dos “seus sobrinhos”. A patroa ia acompanhada dos filhos Sólon, Euclides, o Quidinho, já morando no Rio, e de Lulu. A mãe também aproximava os filhos mais velhos, sobretudo Sólon, com 14 anos, dos jovens Dilermando e Dinorah, então com 21 e 19 anos. O menor tinha só um ano e meio.

Na casa onde morava com o marido, à rua Nossa Senhora de Copacabana, número 234, de fundos para a praia, as humilhações e maus-tratos de parte a parte prosseguiram. Euclides sentia-se rejeitado. As informações sobre a sua desventura foram abundantemente exploradas pelos jornais depois de sua morte. O *Correio da Manhã*, por exemplo, não hesitou em publicar que:

“Euclides da Cunha sabia que sua esposa frequentava assiduamente a casa dos irmãos Dilermando e Dinorah de Assis,

antigos conhecidos seus, constando até que entre ela e um dos rapazes haviam estabelecido relações que não eram só de conhecimento.”³³

Segundo dona Saninha, nesta época ela não tinha “mais relações com o marido, que lhe teria dito que havia homens que as mulheres traíam e ficavam ou no mesmo teto, depois de pedirem perdão, ou abandonavam; que ela esperava o falecimento de sua mãe para deixá-lo, visto que com sua morte teria ela uma pensão de uns quinhentos mil réis, além de não lhe dar nenhum desgosto.”³⁴

O escritor era um pote de amargura. Adoeceu. Na época, estava estudando para um concurso no Ginásio Nacional, antigo colégio D. Pedro II. Teve um esgotamento nervoso a ponto de ameaçar cometer suicídio ou matar um dos examinadores do concurso. A sofrida situação familiar só agravava suas penas de autor consagrado, porém insatisfeito com as condições de trabalho em que vivia. O insucesso de sua candidatura a uma vaga na Escola Politécnica de São Paulo, “um velho ideal”, o arrasou. Teve apenas um voto entre as vinte cédulas distribuídas aos professores. E não era um engenheiro iniciante que concorria, mas o famoso autor de *Os sertões*. Depois houve a decepção com o Itamaraty, onde almejava um cargo estável; bastava de ser cartógrafo. Queria mais. O barão do Rio Branco, contudo, não apoiou suas pretensões. As frustrações se acumulavam. O que seria, agora, no novo concurso? Ele estava, como escreveu a um amigo, “a ver navios”...

Acabado o concurso e com Euclides colocado em segundo lugar, dona Saninha foi ao palácio da presidência. Entendeu-se com um dos membros da Casa Militar, que lhe informou ter sido o seu marido nomeado professor da cadeira de Lógica do mesmo

Ginásio. Uma maldosa notícia publicada no jornal acusava-o de ter sido escolhido graças ao empenho de amigos, o que deixou Euclides mais incomodado. Tinha que dar três aulas por semana, às segundas, quartas e sextas, das 11 horas ao meio-dia. Com a informação, a esposa só queria “levar a calma” ao espírito de Euclides, e provavelmente ao dela também, pois a tensão entre eles se tornava insustentável, como demonstra a cena narrada por ela:

“E que estando nesse mesmo dia na cidade encontrou seu marido na companhia de Coelho Neto. O famoso escritor foi dos primeiros a apontar a obra-prima que era *Os sertões*, além de ser confrade de Euclides na Academia Brasileira de Letras.

E sendo-lhe perguntada por seu marido o que estava fazendo, respondeu que tinha vindo fazer umas compras, e como ele duvidasse de sua afirmativa, teve uma cólera forte. Que ela despediu-se e tomou um bonde de Ipanema, com destino a sua casa, bonde em que também entrou seu marido e que se sentando num dos últimos bancos, levantou-se e veio sentar junto a ela; tratando-a grosseiramente em presença do motorneiro; que chegado em casa exprobrou seu marido o procedimento dela, dizendo que ela era uma indigna que devia ir viver com o “sargentão”, e que queria a sua nomeação e a sua posição para gozar unicamente de seu bem-estar.”³⁵

Armava-se, como uma tempestade, a tragédia que teria como palco a casinha no distante e tranquilo bairro da Piedade. Os amigos de Euclides o achavam distraído, “olhar vagando ao longe, num outro mundo”, esmagado pelos “desgostos profundíssimos que a situação do seu lar provocava”, macerado por preocupações. Afinal, todo mundo sabia...

Numa época em que a virilidade era uma característica a ser exibida, o assunto era acompanhado com escárnio e humilhações. A esposa tinha que ser a imagem pública da vida privada do marido. Eis porque havia uma condenação social à passividade do chefe da casa. “Lavar a honra” era conseqüentemente um constrangimento imposto pela sociedade. No início do século XX, com a multiplicação de jornais e periódicos, esta quase obrigação parecia mais rigorosa ainda. A imprensa se tornara uma caixa de ressonância das ansiedades sociais, tornando mais tênue as divisões entre a casa e a rua, vida privada e vida pública. De nada adiantava pertencer à Academia Brasileira de Letras ou ter escrito *Os sertões*, sendo publicamente enganado pela esposa.

Certa tarde de maio, na companhia de Coelho Neto e Goulart de Andrade, seus colegas da Academia, Euclides foi ao cinema Ouvidor. Foi Coelho Neto quem deixou o testemunho: sobre o desfecho trágico de um filme americano, em que o esposo ultrajado vingara com a morte a infâmia da afronta, Euclides, emocionado, teria dito em voz alta: “Essa é a verdadeira justiça. Para a adúltera não basta a pedra israelita, o que vale é a bala.” Limpar o nome, lavar a honra com sangue, “uxoricídio”: não é impossível que o famoso escritor já pensasse em alguma solução drástica que o libertasse de tamanho sofrimento.

Enquanto Euclides definhava, Dilermando prosseguia sua formação na Escola do Realengo, primeiro como aspirante a oficial de cavalaria, servindo no 1º. Regimento de Cavalaria Montada, e depois seguindo os cursos da Escola de Artilharia e Engenharia. A vida entre a Piedade e Realengo era marcada por horários apertados. Havia uma quantidade de matérias a serem

seguidas: Corografia e História do Brasil, Geografia, Línguas Vivas, Cálculo Matemático, Física e Química, História Natural e Desenho. A cada início de ano letivo, o número de inscritos era o quádruplo dos que se formavam. Os selecionados eram poucos. A Biblioteca tinha mais de 12 mil volumes, o gabinete de Ciências Naturais era exemplar e os alunos, vacinados para evitar qualquer foco de doença nas dependências da escola. Valorizava-se muito o aperfeiçoamento prático e *stands* e linhas de tiro incentivavam praticantes. Dilermando era exímio com revólveres. Ganhara vários prêmios e tornara-se conhecido pela excelência de sua pontaria.

O mundo em que o jovem se movia era atravessado por um sentimento ilegível nos dias de hoje: a honra. Honra não era só “a poesia do dever”, como a sintetizava o poeta Alfred de Vigny. Significava, ao mesmo tempo, a autoestima, a ética da conduta e a valorização da honorabilidade. Portadora de uma verdadeira cultura do combate, a honra admitia o exercício da violência. Não qualquer violência, mas aquela aceita pela sociedade e que obedecia a princípios morais que definiam o ideal masculino. O manuseio das armas, com a habilidade que possuía Dilermando, era a manifestação privilegiada da honra masculina. Leituras de obras recém-publicadas na Europa, como *A Arte do Duelo* e *Jogo da Espada*, davam letras de nobreza aos exercícios militares. Neles, honra e virtude se tornavam sinônimos.

Na escola, os alunos se exercitavam com a espada, a pistola e o sabre. A prática da esgrima era assimilada à ginástica. Uma das disciplinas olímpicas desde os jogos de 1896, esta arte reunia os exercícios formais, que davam graça e força às qualidades morais. Acreditava-se que a esgrima assegurava a moderação das paixões humanas. Proporcionava, ainda,

músculos de aço e uma saúde robusta, mas, sobretudo, adestrava o controle de si e a inteligência. A esgrima e o manuseio de pistolas formavam a educação viril de um país, “construíam” homens e preenchiavam uma missão patriótica, no entender dos teóricos da formação militar.

No seio da escola, os campeonatos e disputas visavam ao princípio da ordem e da disciplina. Eles ajudavam o jovem soldado a medir sua coragem, inculcando-lhe sangue frio e, mais importante, tirando-lhe o medo de ver a morte pela frente. Tais exercícios correspondiam a um princípio: em combate, manter-se de pé representava uma necessidade e um imperativo moral. Além do que, alimentava certa estética militar que tinha por objetivo dar realce ao combatente. Espadaúdo, alto, elegante, aluno aplicado, Dilermando preenchia seu papel. Essa consciência dava aos militares um sentimento de superioridade, mesmo numa sociedade que não lhes tinha apreço.

Numa época em que os jornais se enchiam de manchetes sobre o desgoverno do país, Dilermando dividia-se entre a agenda profissional e a privada. Não cessava de admirar dona Saninha, de amá-la. Continuava enfeitado. O fato de viver atarefado entre a caserna e a casa da Piedade, vendo seu “filhinho” nos braços da “esposinha”, só aumentava o seu isolamento do que acontecia em Copacabana.

Tarde da noite, 15 dias antes de tentar matar Dilermando, foi a vez de Euclides receber um telegrama. Vinha de São Paulo, onde residia seu pai adoentado e endividado, com a fazenda inativa. O velhinho já tinha passado pelo Rio, meses antes, registrando em cartas seu choque com a situação familiar que presenciara. O tratamento dado por Euclides à mulher e aos

filhos, sobretudo a Sólon, o impressionou muito mal. Escreveu ao filho sobre isso, repreendendo-o.

O escritor não estava muito melhor: a malária contraída na Amazônia se agravou. A tuberculose, que carregava desde pequeno, também. O nervosismo, a neurastenia e a impaciência que caracterizavam sua personalidade aumentavam. E agora havia mais um problema. As aulas tinham começado no último dia 21 de julho. Não podia atender ao chamado do pai. Pediu a dona Saninha que fosse ver o sogro e que o trouxesse para a capital. Encarregava-a de uma missão familiar, como se vivessem no melhor dos mundos.

Dona Saninha atendeu ao pedido. Arrumou as malas e partiu com o filho Sólon. Não foi direto para a estação, onde deveria tomar o trem das sete horas da manhã. Passou antes na pensão onde moravam as tias Ratto. Lucinda e Angélica foram acordadas por dona Saninha, que lhes pediu um favor: fossem tomar conta do marido, doente de cama, e dos filhos pequenos.

De fato, as tias encontraram doutor Euclides em tratamento, sob os cuidados de um médico que o visitava duas vezes por dia. Elas não só tinham se apartado de dona Saninha, escandalizadas com a relação extraconjugal, mas também esta as afastara: não as convidava para passeios ou lhes dava presentes como fazia outrora. As duas solteironas se encheram de rancores contra o sobrinho e a comadre. Procuravam, contudo, não perder as boas graças da amiga, fazendo-se de confidentes. Egoístas e utilitárias — como dizia Dilermando — só pensavam nas grandes relações. E com o retorno do famoso escritor, diziam abertamente: “O doutor Euclides é homem muito importante. Precisamos procurá-lo. Ele pode servir. É uma relação que se deve alimentar, porque amanhã, caso se precise, se será servido.”³⁶

Da pensão das tias Ratto, dona Saninha dirigiu-se tranquilamente a Piedade. Lá, depois de cumprimentar a velha empregada que ainda a tinha na conta de patroa, e que a via “quase sempre” na companhia dos rapazes, almoçou e passou a tarde. Ao cair da noite, rumaram para a estação. Dilermando foi a São Paulo — nas palavras da empregada — “porque dona Ana lhe disse que ia levá-lo para fazer-lhe companhia”.

É muito provável que o jovem aspirante tenha ido em busca de dinheiro. Pois o seu estava lá, na mão dos tios, e as mesadas chegavam com atraso. Ele possuía despesas, como o aluguel da casinha na Piedade, e havia Lulu, que crescia. Dona Saninha foi com Sólon visitar o sogro, no interior, e Dilermando ficou na capital. Os serões noturnos, os cuidados com o prestigiado doutor Euclides, a revolta com o comportamento do casal, a diferença de idade entre os amantes, enfim, tudo colaborou para que as tias despejassem, à sua maneira, o fel necessário no copo do já neurastênico escritor.³⁷

Segundo as tias, dona Saninha chegou ao Rio uma semana depois, no dia 6 de agosto, às nove horas da manhã. Elas continuaram na casa de Euclides a pedido do casal, sobretudo porque Manuel Afonso, afilhado de dona Angélica, antes doentinho, não tinha melhorado. A esposa logo observou que as tias haviam conquistado o marido. Antes detestadas pelo escritor por serem parentes de Dilermando, agora eram tratadas “com agrado”. Ele até preferia “que algumas coisas da casa fossem feitas por elas”.³⁸

Mais tarde, diante do juiz, tia Lucinda diria que o ambiente entre o casal era de discórdia total: “por qualquer motivo, entravam em discussões violentas.” Qualquer motivo? Não: sobretudo, dinheiro! O marido pediu, diante das tias, que a

mulher prestasse contas da viagem. Euclides não temia só que seu suado salário fosse pelo ralo em despesas com Dilermando — o que, aliás, nunca ocorreu —, mas “fazer contas” era um dos atributos da boa esposa-dona de casa.³⁹ Os livros de inventário do período revelam o hábito disseminado. Noivas recebiam cadernos encapados, para controlar gastos e anotar despesas. Não era mesquinha do escritor, mas apenas uma maneira de vê-la no papel de esposa, de dona de casa, responsável pelo futuro da família e, na perspectiva positivista, pelo da nação.

Durante a discussão espinhosa, houve pior. Insatisfeito com as respostas de dona Saninha, na frente das tias, Euclides disse que “sustentava pessoas em casa que não devia fazê-lo”. Referia-se a Lulu. E, ao perguntar à tia Angélica se não achava extraordinário “que, não havendo ninguém louro na sua família, não sendo ele louro, tivesse um filho assim”, a tia cuspiu: “não era de admirar, porque na sua família, onde ninguém era moreno como o dr. Euclides”, existia “o Dilermando, que era louro.” Euclides, impressionado, não pôde deixar de lhe perguntar: “O que a senhora quer dizer com isso, dona Angélica?!”⁴⁰

Dona Saninha pediu que não falassem mais nisso com seu marido, que se tornava cada vez mais irascível. Bastava a vida torturada que levava — queixava-se. Mas as tias aproveitaram para se vingar. Afinal, tinham sido abandonadas por dona Saninha, a quem invejavam e desprezavam ao mesmo tempo.

“Que acrescentaram também as mesmas senhoras que haviam dito aquilo ao doutor Euclides, sem de nada suspeitarem, visto como eram moças solteiras e que assim não podiam permanecer na casa de uma mulher como ela.”⁴¹ No olhar das pessoas que a cercavam, dona Saninha mais e mais se encaixava

no estereótipo negativo daquelas que, na época, eram chamadas de “prostituídas” ou “caídas”. E, por isso, evitadas.

Na terça-feira, dia 10 de agosto, ao voltar para casa, Euclides não dirigiu mais a palavra a dona Saninha. No dia seguinte, indo ela lhe falar, o escritor replicou que já sabia da verdade. Com gestos largos e num fluxo de palavras, o marido explodiu: tivesse ela um ato de dignidade e heroísmo, indo procurar quem era digno dela — “o sargento”.

Na quarta-feira, 11 de agosto, durante o dia, dona Saninha recebeu uma carta de Dilermando acompanhada de uma conta de armazém. O valor total era de 620 mil réis. Foi a gota d’água. Aflita, ela passou o dia a se lastimar: não tinha recursos. Mas que contas eram essas, se perguntavam as tias? A resposta veio embrulhada em evasivas. Dona Saninha não confiava mais nas irmãs Ratto. Dias depois da morte de Euclides, dona Angélica relataria em detalhes:

“que entrou a lhe contar e à sua irmã o seguinte: que há muito tempo mantinha relações com Dilermando e Dinorah, aos quais fornecia dinheiro em quantia superior a 500 mil réis mensais; que presentemente, tendo o doutor Euclides lhe prevenido que não poderia dar mais de 600 mil réis mensais para as despesas da casa e isso por motivo de não poder acumular empregos, se via embaraçada para satisfazer aquela conta e outros compromissos; 20 mil réis, dizendo-lhe que esta despesa havia sido feita pelos senhores Dilermando e Dinorah, em sua casa na Piedade, sendo essa conta acompanhada de uma carta, segundo lhe disse dona Ana, na qual Dilermando lhe pedia o pronto pagamento de seus credores.” Angélica afirmaria que “este fato lhe causou grande estranheza”, pois sabia que os meninos tinham renda própria.

E insistiu: "Por que motivo sacrificava assim a seu marido em benefício desses moços?" Resposta de dona Saninha: "que tinha por Dilermando grande paixão, que este lhe dispensava sempre as atenções, afetos e carinhos que não encontrava em seu marido, o qual só vivia para os livros, que essa paixão datava de quatro anos, mais ou menos, desde que Dilermando, vindo de São Paulo, hospedou-se em sua casa; que a vista desta confissão, ela procurou aconselhar sua comadre que fizesse o possível para corrigir a sua falta, que se não o pudesse fazer pela moral, não deveria fornecer assim dinheiro a Dilermando e Dinorah em prejuízo de seus filhos; Que a tudo isso dona Ana opôs formal contestação dizendo-lhe que o lado da paixão que nutria por Dilermando, se algum dia lhe negasse auxílio ele exerceria vingança; que ainda concorria para esse estado de coisas as constantes ameaças que lhe fazia seu filho Sólon sempre que ela lhe negava dinheiro, pois esse seu filho não ignorava essas relações."42

Nas palavras ditas por dona Saninha à comadre, Dilermando viveria às suas custas e, mais, seria vingativo. Já Sólon, um achacador. Como se não soubessem do *ménage* desde o início e fazendo-se de puritanas, "a quem essa revelação causou-lhe profundo abalo", as tias resolveram ir embora. No que foram contidas por Euclides. Que ficassem, por favor...

Já com dona Saninha o bate-boca continuou: ela o acusou de desgraçado, de saber a verdade. Ele: que se ela tivesse vergonha não estaria mais debaixo daquele teto. Ela: que ia requerer o divórcio. E ele: que não requereu quando devia tê-lo feito. Ela: que de uma fraca se tornaria uma forte, retirando-se daquela casa e que não ficaria abandonada. E, sempre blefando, que não ia viver como supunha o marido.43

Depois que Euclides saiu para o trabalho, dona Saninha foi à casa de Dilermando, onde ficou até as sete da noite. Avisou-o que “as meninas”, ou seja, as tias, transformariam sua felicidade e calou sobre a situação familiar. Sem saber do nível de tensão que tinha se instalado em Copacabana, Dilermando pediu a Dinorah que acompanhasse a companheira. O mano tomou o bonde com ela e dona Saninha “entrou ocultamente em sua casa, recolhendo-se ao quarto sem que a visse seu marido, só aparecendo no dia seguinte”, como ela mesma afirmou em juízo.

Os dias subsequentes iam levar o caldeirão de tensões a ponto de ebulição. É de se imaginar o desespero de Euclides, doente e traído; a expectativa das tias, antes alcoviteiras, agora defensoras dos bons costumes; o envolvimento da família, preocupada com as consequências do escândalo, os filhos enfermiços, enfim, a casa de pernas para o ar. Longe, em Realengo, Dilermando só podia avaliar o que dona Saninha lhe trazia: a informação era pouca.

Na quinta feira, dia 12, às três e meia, Dinorah chegou à Copacabana. Levava um recado de Dilermando para dona Saninha. Dilermando estaria doente e mandava chamá-la. Aprontou-se rapidamente e, antes de sair, acompanhada por Lulu e Dinorah, pediu às tias que dissessem ao “doutor Euclides que ela havia saído à procura de casa e em companhia de Sólon”. O combinado é que as tias a encontrariam, mais tarde, no Largo do Machado, para fazer compras. Angélica e Lucinda nunca chegaram...

Mas dona Saninha também não voltou para casa. Doutor Euclides, muito aflito, estranhava prolongar-se até tão tarde a tal busca por uma casa nova. “E desanimado de esperar sua

esposa, saiu à sua procura, que às nove horas mais ou menos regressou” de mãos abanando.

Depondo em juízo, dona Saninha contou que neste dia teria desabafado com Dilermando, dizendo-lhe que estava disposta a se divorciar do marido. E fez-lhe a acusação inevitável: ele era o único responsável.⁴⁴ Ela, mais velha, casada e mãe de filhos, fora enganada e seduzida. Vestia a roupagem das mulheres de sua época: seres frágeis, vulneráveis, feitas mais de emoção do que razão. Fora tudo culpa dele.

No Largo do Machado, para onde foi em companhia de Dilermando e seu filhinho à noite, dona Saninha não encontrou as tias e sim seu filho Sólon. Foi ela mesma quem contou:

“Sólon declarara que Angélica e Lucinda não vinham e que o pai estava muito contrariado; que a vista disso, receosa de ir para casa, resolveu seguir para a casa de sua mãe em companhia de Dilermando e Luiz, chegando lá às dez da noite; que uma vez ali expôs a sua mãe a firme resolução em que estava de não mais voltar à casa, divorciando-se; a isso se opôs sua mãe, aconselhando-a no sentido de voltar ao lar.”⁴⁵

Tia Lucinda acrescentou que “nessa noite dona Ana não veio dormir em casa, o que muito contrariou o doutor Euclides; que na sexta-feira pela manhã ele saiu dizendo que ia procurar sua mulher em casa da sogra e de lá ia ao Ginásio. Que nesse mesmo dia, à tarde, ele regressou à casa dizendo que havia encontrado sua senhora em casa de sua mãe, onde havia dormido”. Nesta mesma noite, dona Saninha dormiu na Piedade.

O fato chegou aos ouvidos de Euclides pela língua da própria cunhada, dona Augusta.

Ao encontrar dona Saninha já na casa da mãe, no final da manhã, Euclides mal a cumprimentou. Em contrapartida, pediu a dona Túlia para falar-lhe em particular, encaminhando-se os dois para a sala de visitas. Através da porta, a palavra "infiel" vazou várias vezes. Ele queria "fazer a entrega da filha", ou seja, devolvê-la ao lar paterno.⁴⁶ Falando alto e respirando com aflição, doutor Euclides encerrou dizendo: "o espírito dessa mulher suplanta-me, esmaga-me." Retirou-se, deixando a velha senhora com todos os sintomas de uma crise nervosa. Ela, assim como os outros membros da família, tinha terror agudo do escândalo.

Na sala contígua, o irmão implorava a dona Saninha que voltasse para casa e se reconciliasse com o marido. Assim evitaria desgastes para a família. Mas dona Saninha preparava uma solução que lhe conviesse. Enquanto rabiscava o nome de Dilermando numa folha de papel, tentou convencer a cunhada, dizendo-lhe que não voltaria para casa, mas que também não iria viver com o jovem militar. Ia procurar um asilo, empregar-se a bordo de um navio ou "em qualquer outro lugar, a fim de manter-se e ao filho Luiz". A redenção viria pelo trabalho. Não funcionou. A cunhada, dona Augusta, retrucou que já se "falava muito dela". A má reputação estava consolidada.⁴⁷

À mãe, dona Saninha contou o quanto era infeliz, lastimou-se, disse mal do marido e, num gesto dramático, postou-se diante do retrato do pai, "como que pedindo que a guiasse em seu destino". Dona Túlia também não se deixou convencer. Naqueles tempos, uma divorciada na família era inadmissível.

Segundo dona Saninha, nesse mesmo dia, saiu da casa de sua mãe para voltar à sua. Tomou um bonde da linha Jockey Club e, ao passar pela estação Lauro Müller, saltou do bonde e tomou um trem da Estrada de Ferro Central em direção à casa de Dilermando. Não se sabe o que determinou a fatídica mudança de planos.

Sexta-feira, 13 de agosto, às cinco horas da tarde, bateu no portão da Piedade. Avisado, Dilermando, que tinha saído a cavalo, voltou para casa admirando-se de sua presença àquela hora. Indagou se tinha jantado. Ela respondeu que não e que vinha para comer. Acabada a refeição, mais de uma vez Dilermando chamou-lhe atenção para o adiantado da hora. Que regressasse à sua casa em Copacabana. Por bom senso ou por instinto, Dilermando intuía que a visita imprevista num fim de semana teria consequências. Dona Saninha bateu pé. Novamente se apresentou como vítima de uma situação insustentável, “que tudo havia ocultado dele”. Mas estava decidida. Não voltaria para casa e permaneceria na dele, até domingo. Lamentou-se, falando da vida horrível que tinha.

E ele se defendeu:

“Não poderia lhe dar a vida que tinha com o marido, mas do pouco que tinha podia dividir com ela e seu filho, aconselhando-a que procurasse abrigo em um dos colégios de irmãs de caridade até que ele fosse promovido a oficial e obtivesse o trancamento de sua matrícula, retirando-se com ela para o estado do Mato Grosso.”⁴⁸

Dona Saninha não podia ignorar que seus atos teriam desdobramentos. Para os costumes da época, ficar sem aparecer

em casa era considerado intolerável. Na sua ausência, ambos os filhos, Afonso e Quidinho, tinham ficado entregues às tias. Euclides tinha os nervos à flor da pele. A casa funcionava como um relógio desarranjado. Não foi à toa que ela enviou Dinorah de espia. Que fosse lá “saber o que havia” e trazer notícias das crianças. No sábado, o jovem deixou a Piedade e seguiu até Copacabana. Colado ao muro da casa, ouviu vozes. Vozes altas e alteradas. Voltou sem ser visto. Contou o que escutara.⁴⁹ A tensão contaminou a casa da Piedade.

Enquanto isso, em Copacabana, doutor Euclides chamou Sólon no escritório: onde estava a mãe? O filho fingiu que não sabia. Ao que retrucou o pai: “Pois não está em casa da mãe dela. Tua mãe é uma adúltera.” O filho reagiu como se era de esperar, na época, respondendo: “Se isso é verdade, sairei daqui para a detenção” — o que significava matar a mãe e seu jovem amante. Ato contínuo, “recebeu duas pratas de quinhentos réis do pai e, na saída, ouviu tia Angélica dizer ao pai que dona Saninha estava na casa de Dilermando”. Sólon, então, dirigiu-se para a Piedade, no bolso um revólver saído não se sabe de onde.

Na mesma noite, o pai chamou Quidinho, que se recuperava em casa de um problema de fígado. Quatro anos mais tarde, o filho se lembraria desta conversa que reproduziu na revista do Grêmio de sua escola:

“Quidinho, sua mãe não está em casa de dona Tulia! Deve estar onde?! Acabo de saber toda a verdade... Diga-me se você sabe alguma coisa!...”

Um tanto assombrado, mas ao mesmo tempo sentindo como que se rasgando o véu da inteligência, previu claramente o que era... Julguei pecar contra minha mãe!

Porém, as *inocentes* visitas à casa da Piedade se me afiguraram *monstruosas*... O olhar perscrutador de meu pai me inquiria com ânsia sôfrega e mal contida!... Previa um desatino... As minhas suposições do momento seriam reais?!

Em que me fundara eu para isso pensar?... Só pela fuga e paradeiro desconhecido, até da minha própria avó, que disse a meu pai ter ela estado lá na sexta-feira, 13 de agosto, durante o dia; e afirmou meu pai ter ela dito no mesmo dia que não mais voltaria para casa: quando... pelo contrário, sequer estive lá *uma hora*, pois que saí e lá (na casa de dona Tília) não *pernoitou*... Onde pernoitaria?... Na rua? É o que já sabia meu pai, e o que eu via através da concatenação dos fatos e atos até então passados..."

Nesta mesma noite, Euclides interpelou mais uma vez as tias sobre o destino da mulher. Pediu que lhes desse o endereço de Dilermando e, num desabafo, prometeu:

"Amanhã hei de pôr tudo em pratos limpos!"⁵⁰ E com expressão de grande dor arrematou: "Dona Angélica, eu enlouqueço."⁵¹

A frase traduzia o tal "passionalismo sanguinário" ao qual se referiam os juízes? Demonstrava que Euclides era um "apaixonado pela própria reputação", como o acusava dona Saninha, ou as duas coisas? O marido tão longamente traído preparava-se para uma noite em claro. Um "doloroso transe", como qualificou dona Angélica. Noite que amanheceria, depois de muitos cigarros, numa decisão.

Naquela mesma noite, Sólon chegou à Piedade antes mesmo de Dinorah. Encontrou dona Saninha conversando com Dilermando, na sala de visitas. Apesar do ar submisso diante do

pai, Sólon sabia das relações entre o casal e recebia dinheiro para se calar. Fez o papel esperado do alcoviteiro: avisou a mãe que o pai “estava muito contrariado pela sua ausência de casa”. Insistiu para que voltassem juntos à Copacabana. Dona Saninha, alegando o mau tempo e por estar de roupa branca, recusava-se a sair da casinha da Piedade. Pediu inclusive a Dilermando que não dissesse a Sólon que ela estava em sua casa desde sexta-feira. Sabia que, nas circunstâncias, o filho reagiria mal.

A tensão agora se transferia para os jovens: o filho e o amante. Dilermando não teve forças para mentir. Não era de seu feitio. Perguntado se a mãe teria pernoitado lá, preferiu colocar-se de pé, diante de dona Saninha, e responder “que ela não voltaria mais à casa de seu pai”. E, para protegê-la, acrescentou “que estava naquela casa por ser como se estivesse em casa de um filho.”⁵²

Sólon não engoliu a explicação e, pressionado pelas circunstâncias, insultou a mãe. Tiveram três discussões, sendo que numa delas Dilermando ameaçou expulsá-lo de casa. Respondeu Sólon: “Se me expulsas de casa, eu te expulsarei deste mundo.” Mais tarde, diante do juiz, para escapar à pecha de alcoviteiro da própria mãe, disse que ameaçou Dilermando: “Se fosse verdade o que sabia, haveria de matá-lo.” Este, por sua vez, lhe respondeu que não admitia desaforos em sua casa; que não continuasse no que estava dizendo sobre dona Saninha, caso contrário, o faria retirar-se.⁵³

Numa atitude agressiva, Sólon postou-se na escada da porta da casa, junto ao quintal. Só sairia de lá com a mãe. Esta por sua vez separou o filho e o amante, interrompendo a briga. Dinorah, recém-chegado de Copacabana, conseguiu convencer Sólon de jogar uma partida de xadrez. Assim, desanuviaria o

clima pesado. Depois ambos se recolheram. Dona Saninha enfiou-se no quarto com Lulu e sem Dilermando, que preferiu ajeitar-se na sala. Difícil imaginar que alguém ali tenha dormido o sono dos justos...

No dia seguinte, Ana, a velha empregada, colocou o café na mesa da sala de jantar. Reuniram-se todos para a primeira refeição. A campainha soou. Dinorah levantou-se para ver o que era. Foi até a sala de jantar e voltou dizendo: "O doutor Euclides está aí."

Capítulo II

O peso do passado

Corria o ano de 1899 na cidade de São Paulo. Era domingo e fazia sol. A igreja do Sagrado Coração, colada ao colégio do mesmo nome, recebia os primeiros fiéis. Da longa torre, doação de uma devota rica, os sons alegres do sino enchiam o bairro de hora em hora. O jardim da Luz, ponto de encontro da cidade, acolhia as famílias que faziam passeios e piqueniques. Num canto do parque com grandes árvores e bancos pintados, acontecia um teatrinho. Meninas de chapéus e luvas de algodão e petizes em roupas de marinheiro aplaudiam a encenação com bonecos. Um bulevar arborizado abrigava os transeuntes.

Um pouco adiante, os Campos Elíseos exibiam lindas casas em estilo francês ou de arquitetura clássica italiana. Lá moravam industriais e comerciantes, gente que então mandava no país, além dos ricos barões do café, que tinham deixado suas fazendas havia pouco. Eram tempos da política do “café com leite”, em que davam as cartas os poderosos de São Paulo e Minas Gerais. Eles eram a força dominante da Primeira República.

Por conta do dinheiro e do poder adquiridos nos últimos anos em que o preço do café esteve em alta, a cidade perdeu seu aspecto provinciano. E, com notável rapidez, casas de taipa

e rótulas cederam espaço para edificações em tijolos, decoradas com motivos alemães, normandos e árabes. Antigos templos tinham sido demolidos e as igrejas novas, como a do Sagrado Coração ou a catedral, estampavam estilo eclético ou gótico. O estrépito das rodas dos *fon-fons*, dirigidos por choferes, enchiam o ar. A linha de bonde, recém-inaugurada, cortava o bairro da Luz, trazendo as damas elegantes com grandes chapéus, matronas agasalhadas em mantilhas, moças em roupas engomadas e bandos de estudantes ansiosos para namorar. Os burros que puxavam os vagões tinham sido deixados para trás e agora a companhia Light and Power explorava os transportes públicos, movidos graças à fada-eletricidade. Não faltavam os *smarts*, rapazes elegantes, que aguardavam nos finais da linha. Ficavam ali para ver as senhoras descerem do bonde. Espiavam-lhes, com enlevo erótico, um pedaço do tornozelo por cima do cano da botinha, sonhando com seus joelhos ou as ligas de seda que prendiam as meias.

A estação de trem construída por ingleses, com linhas que se cruzavam vindas de Santos, Itu, Mogi e Sorocaba, via passar as sacas do precioso café que fizera a fortuna do país nas últimas décadas do século XIX e também os viajantes que chegavam à capital do estado. Nos vagões eram transportados igualmente operários que moravam ao longo das vias férreas, na Lapa, Barra Funda ou Pari e que, nos fins de semana, vinham ao centro perambular. Em 1901, havia 94 indústrias na capital: de fundições a fábricas de banha, cerâmica, chita, artefatos de madeira, fósforos e chapéus. A classe operária era composta de 90% de italianos e havia muitos estrangeiros ou forasteiros vindos de outras partes do Brasil para São Paulo. Sob as abóbadas de vidro e ferro da estação, sons se misturavam aos

gritos dos vendedores de caldo de cana, frutas ou biscoitos que trabalhavam nas plataformas.

Entre a gente que descia na Luz, carregada de malas e embrulhos, viria a mãe. Ela era uma das muitas mulheres que trabalhava para ganhar a vida. O belo menino, louro e de olhos azuis, aguardava sua chegada. O colégio ficava ali, colado. Bastava atravessar o jardim com o chafariz e passar diante da porta do Chalet Restaurant, iluminado a gás. Depois vinha a avenida Tiradentes e o grande portão de ferro que guardava os 17 mil metros quadrados de jardins magros. Nos fundos da escola, dava para ver as grandes chaminés soltando rolos de fumo negro e adivinhar os galpões das fábricas ao longo do rio Tietê. A carne e os grãos que abasteciam o liceu, assim como a população paulistana, vinham de Santo Amaro ou Santana, área verde de chácaras e roças.

Como os demais alunos, ele era descendente de italianos. E como outros, necessitado. Perdera o pai precocemente. Lembrava-se com vaidade do cavaleiro que ele fora. Um garboso oficial de cavalaria, com uniforme vistoso que o destacava nos ensaios do desfile de Sete de Setembro. Pois, certo dia, o pai, varão de cara forte, sobrancelhas grossas e bigodes vastos, caiu do cavalo. Caiu e ficou. Tinha só 33 anos de idade e cinco de casado. Deixava três filhos, de 4, 3 e 2 anos: Dilermando, o menino em questão, Dinorah e Dinoberth. A vida mudou. Eles empobreceram. Logo depois, disseram-lhe que seu irmão caçula subiu ao céu em forma de anjo.

O Liceu de Artes e Ofícios do Sagrado Coração de Jesus tinha sido fundado para ajudar gente assim: órfãos, sem recursos. Mas havia também uma preocupação em educar a juventude, em todo o país. A campanha em prol da escola seria

“tão santa quanto a da escravatura”. Era a “abolição da ignorância” insistia o conhecido político Rui Barbosa. Havia que se combater a “casta de ignorantes”, evitando estabelecer “a inferioridade de uns sobre outros desde a meninice”, bradava o futuro prefeito de São Paulo, Washington Luís. A Tipografia Alemã, na rua do Comércio, a da Tribuna Liberal, no largo do Palácio, e a de Jorge Seckler se encarregavam de imprimir os livros que os paulistanos consumiam e que deveriam combater a falta de instrução.

O menino louro tinha, então, 11 anos. Ele não largava o seu exemplar de *Cuore*, de Edmondo de Amicis. O livrinho tinha sido traduzido em mais de dez línguas e ensinava os meninos a escolher o “bom caminho”, nas amizades e nas relações com professores. O autor, um misto de jornalista e oficial do Exército, era um apaixonado pela vida militar. E o menino a conhecia bem e a trazia no sangue: o pai, os avôs e bisavôs foram oficiais graduados, além dos tios, participantes da terrível Campanha de Canudos que mobilizara o país até dois anos atrás.

Não só as palavras açucaradas de *Cuore* eram um remédio para a solidão do menino, mas também o universo marcial o aproximava do cotidiano familiar que lhe tinha sido confiscado pela morte do pai. Estavam empobrecidos mas não eram “*oriundis*” quaisquer. Da parte de sua avó eram aparentados com o papa Pio XI, Achille Ratti, cujos descendentes brasileiros preferiam assinar Ratto. Não eram nobres, mas eram santos, diziam-lhe as tias beatas.

Ele se preocupava com a mãe, que adorava. Só lhe sobrara ela e o irmão Dinorah. Juntos, eram minoria numa família que os tratava como um encargo.⁵⁴ Para compensar a ajuda que recebia dos parentes, a mãe costurava. Pouco saía, pois não

ficava bem mulher viúva na rua. Sua liberdade era vigiada, assim como seu comportamento público e privado. Ela era bonita: tinha olhos grandes e melancólicos e uma boca carnuda. Desde que o marido morreu, não tirava as vestes do luto. Os longos cabelos espessos não podiam ser vistos. Só à noite, quando ela se penteava. No mais, ficavam presos num coque severo. Sua solidão se acentuava frente a um meio pequeno-burguês, em que a vida privada valorizava a família unida. Eis porque, além da morte, sua vida tinha que persistir em torno da imagem permanente do marido, do seu nome, de sua posição. Cabia a ela lembrar aos filhos de quem eram descendentes, lamentando, constantemente, a partida do pai, e labutar para educá-los. Era ela quem pagava, a duras penas, as mensalidades do Liceu onde o menino Dilermando estudava.

O garoto ainda não entendia o porquê, mas sua vida mudou e, à sua volta, o país se modificava. Depois de um período de instabilidade, marcado por especulação financeira e falências, este era o momento em que os setores agrários, donos do poder, buscavam o equilíbrio. O valor médio da saca de café baixava. Apesar disso a produção continuava aumentando, principalmente em função de campos plantados durante os anos bons. A partir de 1902, último período de Dilermando no liceu, a situação começou a declinar. Ela chegaria ao ponto mais baixo em 1905. O governo teria então de intervir. Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais assinariam, na cidade paulista de Taubaté, um convênio que garantiria a compra do café por preço mínimo preestipulado, criando-se para isso um fundo provido por bancos ingleses. Na linha do horizonte de famílias remediadas como a dele, acenava a instabilidade econômica.

Para não naufragar na pobreza, ele tinha que estudar, e muito. Só o domingo era livre. Os irmãos-professores e o padre regente, em particular, eram severos. Acordava-se cedo: quinze para as seis. Depois, banho e missa. A maioria dos meninos comungava. Alguns eram "cruzados", devotos de Nossa Senhora, e destacavam-se, portando a elegante fita amarela. Ao som do órgão, outros tantos cantavam. Diversão, pouca: só nas aulas de ginástica e no recreio, que muitas vezes era usado para estudar. O liceu tinha enfermaria e laboratório, biblioteca e um pequeno museu. A *Cartilha das Mães* indagava em vermelho e preto, separando as sílabas: "Ó I-vo, a a-ve vo-ooou? Vo-ou." As carteiras individuais, consideradas mais higiênicas, mantinham a distância entre os meninos, evitando "contatos perniciosos" e brincadeiras. O importante era garantir a disciplina e a moral.

Aprendia-se aritmética, álgebra, geometria, zoologia, física e suas aplicações, pintura, fotografia e música, entre outras matérias. Nas aulas de piano, quem tocasse com um dedo só era punido. O menino era ótimo violonista. E havia as aulas práticas que preparavam os futuros operários para a mecânica, a indústria e a construção.

Naqueles tempos, as crianças pobres inspiravam preocupação. Era preciso inculcar-lhes "amor pelas profissões viris", "o desejo de realização do labor triunfante", a distância da "ociosidade", como sublinhavam vários educadores de renome. Os padres salesianos que dirigiam o Liceu iam mais longe: diziam que o ensino profissional era a antítese do pecado. Fazia-se necessário trabalhar para não cair em tentação! As autoridades tinham horror à pobreza, sinônimo de preguiça e vício, e os debates parlamentares repetiam sem cessar que quem não trabalhasse era corrupto.

Todas essas lições, o menino louro absorvia. Ao longo da vida, seria disciplinado, ordeiro, “trabalhador”. Filho de viúva, tinha que se preparar para ser arrimo de família. Era o substituto do pai. Já falava francês e inglês e frequentava o terceiro ano do curso preparatório para a afamada Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

A infância foi curta e dura. Lembranças? A de um tambor num armário da pequena cidade no interior do Rio Grande do Sul, em que moraram antes de mudar para São Paulo. Ele era encarregado de comprar as linhas de costura para sua mãe, e nas prateleiras e balcões, entre dezenas de fitas, carretéis, espelhos, joias e roupas prontas, dormia um tambor. O cilindro pintado de azul e vermelho, o couro bem esticado, lembrava os tambores da banda de soldados que seu pai comandara. A cada visita ao armário, constatava que seu sonho continuava na prateleira. Certo dia, disse a mãe ter perdido o dinheiro que, na verdade, serviu para comprar o tambor. Mas como entrar com o trambolho em casa? Pelo quintal. Passou-o pelo muro, sem saber que do outro lado ela mesma estendia roupas no varal. Fim da história: boas palmadas e o tambor de volta à prateleira empoeirada.

Pois naquele domingo, a mãe não veio só. Trazia doces e biscoitos e parecia contente, pois vinha na companhia de uma amiga. Por baixo dos chapéus imensos e das saias sóbrias ampliadas pelas anquinhas, olhos maternais examinavam o menino. A amiga, que se chamava Ana Emília Cunha, tinha dado à luz há pouco tempo e ainda ostentava as marcas da quarta gravidez. O arredondado do rosto acentuava o ar de menina. Era casada com um ex-militar e correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*. Respondia por um apelido: dona Saninha.

A mãe e ela compartilhavam algumas dificuldades em comum: já tinham enterrado filhos e viviam sozinhas. Ambas não perdiam a coragem, apesar do caminho solitário que percorriam. Ambas traziam no rosto os sinais da natureza supliciada da maternidade, investidas do papel de guardiãs dos filhos e da saúde deles. Daí a atenção dada ao menino: comia e dormia bem? Pegou piolhos? Dilermando chamava a atenção. Trazia o louro dos santos nos cabelos, os olhos claros como os do Menino Jesus, um rosto perfeito como o dos pequenos heróis de revistas infantis que vinham da França.

A mãe operária e os dois filhos, Dilermando e Dinorah, ou Sant'Ana com o Menino e João Batista: ali tudo era afeto e doação. Não era o caso da amiga. Comadres ligadas por laços de amizade e pelo meio militar em que viviam, elas compartilhavam segredos. A mãe já sabia do casamento infeliz de dona Saninha. Tinha conhecimento que o marido, Euclides, viajava a maior parte do tempo, abandonando-a à própria sorte. Que, segundo os amigos, ele possuía "gênio arrebatado e temperamento impulsivo". Até aos pais dela ele cobria de insultos, dizendo desejar ser "inteiramente esquecido". Que se queixava "de surda e traiçoeira conspiração" em seu entorno familiar. Euclides rompera ainda com os cunhados. Dona Saninha recorreu ao sogro que, por sua vez, censurou Euclides "pela forma estranha" com que tratava a ela e aos filhos. E recriminou-o:

"Pensei que o trato que tens tido com os homens inteligentes nesta terra e as viagens que tens feito e, sobretudo, meus conselhos, tivessem modificado a tua maneira de viver, mas encontrei os mesmos destemperos, a mesma desordem de outrora."

As tais “desordens” do casamento de dona Saninha e doutor Euclides eram comentadas na família do menino. Não havia segredo sobre as desavenças que datavam dos primeiros dias de casados.⁵⁵ A mãe de Dilermando, por sua vez, não experimentara aflições conjugais. Esteve casada por poucos anos, afora os sete de namoro e noivado, mas adorava o marido, que mantinha vivo na lembrança. Pertenceram um ao outro. Mas o sonho do “para sempre” foi substituído pelo pesadelo do “nunca mais”. Ela viveu um grande amor, na contramão da história de dona Saninha, que aproveitava a hospedagem em sua casa para abrir o coração. Nos anos subsequentes, com os filhos também estudando em São Paulo, dona Saninha reveria o menino, que começava a ganhar corpo. Mais tarde, o garoto registraria em suas memórias sobre certa “senhora amiga”:

“Ficou-me, assim, uma ligeira lembrança de uma senhora amiga que nos visitara, íntima da casa das minhas tias, onde ela morava e onde residia minha mãe, à qual só íamos ter a passeio, de mês a mês, por ocasião da licença dos alunos internos.”

Em 1903, o tio do menino, capitão José Pacheco de Assis, resolveu enviá-lo para a Escola Preparatória e Tática do Realengo, na capital. Fazia-se necessário afastá-lo dos carinhos da mãe, pensando em sua profissionalização, em seu futuro. Ele deixou o Liceu do Sagrado Coração de Jesus com um primeiro prêmio na cadeira de desenho e as felicitações do diretor, padre Zeppa. A revista *A Semana* não poupou elogios ao jovem estudante. Ao destacar as qualidades dos “inteligentes e aplicados alunos”, estampou a fotografia que reproduzia o rosto de anjo louro de Dilermando, “dando os parabéns à Direção do Colégio e à Excelentíssima Família do jovem premiado com a

medalha de prata [...] Mocidade, coragem, trabalho, o futuro é vosso”.

Nesta época, aos 12 ou 13 anos, um menino já era considerado um homem. Tinha que ser entregue ao mundo. Ele poderia dar continuidade à linhagem de aplicados soldados que se encontravam tanto do lado materno quanto paterno. Havia outra vantagem: órfão de militar não pagava escola. E fosse feliz! — como se dizia então. Os anos de infância de Dilermando foram aqueles em que ainda havia orgulho em ser militar. Afinal, foram os ideais salvacionistas nutridos pelo Exército que levaram à República e puseram um fim ao Império. O marechal Floriano Peixoto, por exemplo, encarnava a visão de um governo estável, vagamente nacionalista e baseado, sobretudo, na força do Exército e na mocidade das escolas militares. Mas foram também os anos da crise mundial de 1892-1893, acarretando a baixa das exportações de café no Brasil.

O clima de instabilidade se estendeu ao Rio Grande do Sul, terra onde parte da família se estabeleceu, com a Revolução Federalista, recém-encerrada, degolas e violência. A ela se seguiu a Revolta da Armada, no Rio de Janeiro, e o episódio dos “fanáticos” de Canudos, no sertão da Bahia. Este último colocou em cheque as Forças Armadas. Afinal, o beato Conselheiro, que liderava os insurgentes armados de carabinas Chuchu — cerca de 30 mil pessoas — nas margens do rio Vaza-Barris, dizia-se monarquista. Os rebeldes que comandava eram contra a República de ateus e maçons, representada pelos militares. O conflito deu trabalho a esses últimos e foram necessárias três expedições das forças federais para arrasar Canudos. O marido de dona Saninha a tudo presenciou e deu seu depoimento sobre

os fatos num livro que acabava de ser publicado e que fazia grande sucesso: *Os Sertões*.

O prestígio do Exército começava a ser coisa do passado. O momento em que o menino entrava para as Forças Armadas era de mudanças. Os militares voltavam aos quartéis e não tinham mais o apoio unânime da população. O Clube Militar, onde se conspirava contra o governo, tinha sido fechado entre 1896 e 1901, e o movimento do jacobinismo republicano — que unia a baixa classe média, alguns operários e militares atingidos pela carestia e más condições de vida — tinha se esvaziado. Rui Barbosa não esquecia de lembrar que as Forças Armadas tinham que ser instrumentos submissos à opinião nacional, “absolutamente subordinados à lei e à autoridade dos seus superiores”. Não pairava mais sobre a imagem do soldado a sombra protetora de Deodoro da Fonseca, verdadeiro ícone da integridade do Exército.

Apesar de tudo, Dilermando iria servir ao país. Conformada, a mãe abraçava o filho e padecia de saudades antecipadas. Houve despedidas, choro, promessas de cartas. A mãe, o rosto afundado no lenço, o corpo sacudido por soluços, com o mano pela mão, ficou para trás na Estação da Luz e o “homenzinho de 13 anos” seguiu para o Rio de Janeiro. Não lhe importava que a cidade estivesse sob o espectro da febre amarela e que histórias sobre o terrível vômito negro lhe enchessem a cabeça. A capital, a futura Paris tropical, o aguardava. Sim, pois a cidade velha e colonial estava sendo posta abaixo. Na verdade, o Rio de Janeiro vivia um período de intensas polêmicas sanitárias, agravadas pela postura do presidente Rodrigues Alves que, ao assumir o cargo, declarou: “Meu programa de governo vai ser muito simples. Vou limitar-me quase exclusivamente ao saneamento e

melhoramento do porto do Rio de Janeiro.” Ele instituiu também um radical plano de governo intitulado “Bota-abaixo”, executado pelo prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos.

Mudanças urbanas entraram em curso. Feios sobrados eram demolidos do dia para a noite. Estripavam-se ruelas e ruas tortuosas, para transformá-las em avenidas claras, retas e arejadas. A população pobre, moradora de cortiços, subia os morros, construindo favelas. Biscateiros e outros prestadores de serviço eram expulsos das áreas nobres. Palavras como “circulação”, “higiene” e “estética” faziam as manchetes de jornal. De aterros na parte norte do cais nasciam avenidas costeiras, aproximando os subúrbios de Botafogo e Flamengo. E a imponente avenida Central ia conectar o porto com o centro da cidade. Querendo visitar a distante praia de Copacabana? Bastava tomar o novo túnel do Leme. Glamorizava-se a cidade, cuja elite sonhava com uma educação à europeia, inspirada em matrizes francesas. Modos e modas desfilavam nos cafés e confeitarias. Multiplicavam-se os salões literários e os clubes sociais, verdadeira “coqueluche” do Rio *belle époque*.

Como tantos outros jovens, Dilermando estava exposto à febre amarela e à “parisina” — inclinação por Paris —, “moléstia” que acometia a elite da época com efeitos devastadores. A cidade velha engendrava a nova, e as pessoas tinham que se adaptar: ser moderno ou antigo? Nem morador de cortiço, nem de sobrado francês em Botafogo, ele foi direto para a Praia Vermelha. Como qualquer jovem, achava-se forte e atrevido e ia tomar o trem da história na metrópole. À mesma época em que Dilermando desembarcava na estação Central, o poeta e jornalista Olavo Bilac escrevia na revista *Kosmos*:

“Há poucos dias, as picaretas, entoando um hino jubiloso, iniciaram os trabalhos de construção da avenida Central, pondo abaixo as primeiras casas condenadas [...] No abrir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido lamentoso do passado, do Atraso e do Opróbrio. A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles apodrecidos materiais que desabavam. Mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto impotente. Com que alegria cantavam elas — as picaretas regeneradoras! E como as almas dos que ali estavam compreendiam bem o que elas diziam, no seu clamor incessante e rítmico, celebrando a vitória da higiene, do bom gosto e da arte.”

Enquanto isso, do outro lado da cidade ficava a Escola Militar da Praia Vermelha, grande e comprido prédio, debruado por uma praia de ondas mansas, entrincheirado entre o morro Cara de Cão e o Pão de Açúcar. Dali saíram os batalhões que deram apoio ao golpe republicano. Ali, oferecia-se um curso de quatro anos onde se estudavam as três armas: infantaria, cavalaria e artilharia. Com os conhecimentos de mecânica adquiridos no Liceu Sagrado Coração, Dilermando se destacou no estudo dos materiais de guerra, bocas de fogo, canhões e projéteis. O tio do menino morava ao lado, na fortaleza de São João, e foi lá que ele passou a residir. Ia a pé para a escola, caminhando ao longo do muro onde morriam mansas as águas do fundo da baía de Botafogo e de onde se via o imponente morro do Corcovado. Para o lado do mar, circulavam lanchas, velas brancas, navios e fortalezas. Em tudo, o cheiro de maresia.

Até bem pouco tempo atrás, a escola era conhecida por formar profissionais que se distinguiram nas funções públicas. Nada de combate em campo; não havia linha de tiro, nem qualquer exercício prático, a não ser a ordem unida. Mas como tantas coisas, nesta época, a Escola também sofria transformações. Os “doutores” saíam e entravam os “soldados”. Antes, a opção foi formar militares como Benjamim Constant ou o marido de dona Saninha, doutor Euclides, homens ligados a preocupações políticas e artes. Era um grupo que se empolgava com as inquietações filosóficas e que não cogitava treinar estrategistas ou comandantes de tropas. A preocupação constante era a graduação em matemáticas, ciências físicas e naturais e a obtenção do anel azul-turquesa do bacharelado. Enfim, eram paisanos fardados. O Tabernáculo da Ciência, como era chamada a Escola, não fazia combatentes. Forjava teóricos positivistas. Muitos deles, com o passar dos anos, a renegaram. Pior. Arrependeram-se até de ter participado do golpe republicano.

O outro modelo era o do militar do tipo de Deodoro, forjado nos campos de batalha do Paraguai. O exemplo a copiar era o do Exército do Império alemão, impressionante pelo alto nível de instrução técnica e a capacidade de manobras. Canhões possantes fabricados pelas indústrias Krupp, a pistola C.96, uma das primeiras automáticas, e a evolução das baionetas eram assuntos correntes na conversa entre os jovens. Aqui se agrupavam os que tinham interesse no manejo de armas e que, ao contrário dos integrantes do primeiro grupo, adoravam o quartel, a tarimba e as armas de fogo. Não trocavam o posto militar pelo tratamento de “doutor”.

Uma tensão constante fazia com que os dois grupos se afrontassem. Não faltaram militares que, entusiastas do segundo grupo, tivessem sido agredidos na rua, quando uniformizados. No entanto, para a maioria dos membros das organizações militares prevalecia o compromisso de preservar a unidade nacional, exacerbada na ideia de pátria. *Policarpo Quaresma*, herói do livro do então conhecido jornalista Lima Barreto, publicado pouco tempo depois, seria a imagem que alimentava o ideal de muitos jovens como Dilermando:

“Policarpo era patriota. Desde moço, aí pelos vinte anos, o amor da pátria tomou-o todo inteiro. Não fora o amor comum, palrador e vazio; fora um sentimento sério, grave, absorvente [...] Nada de Europa, do francês bem decorado, dos modelos ingleses, das cópias norte-americanas — o Brasil, só o Brasil, num ufanismo ingênuo”, segundo Lima Barreto, na mesma obra.

Patriota também, Dilermando mergulhou de cabeça neste momento de mudanças. Nada de positivistas egressos da Escola Militar como Benjamim Constant ou o marido de dona Saninha. Para os jovens aspirantes o objetivo era preservar a nação da desagregação anárquica, dar legitimidade às instâncias políticas, valorizar a ideia de honra profissional. A instabilidade em que o país mergulhara só teria remédio na proteção do Exército. Contra o risco dos grupos oligárquicos que se enquistavam no governo dos estados, só as Forças Armadas. Tudo isso inclinava à responsabilidade e ao trabalho.

Recentemente estabelecido na caserna da Praia Vermelha, Dilermando recebeu uma terrível notícia: morreu-lhe a mãe.

Tinha só 47 anos. Foi um passamento rápido e sem sofrimento. No leito, ela pediu ao irmão, Joaquim Nicolau Ratto, que ficasse como tutor dos meninos e que alugasse a casinha onde ela morava para garantir os estudos deles. Ah! Quanto empenho não teve a pobre mulher em vê-los no uniforme militar!

Na tradição patriarcal que então vigorava, os tios cerraram laços em torno dos órfãos. Todos se fizeram presentes, mesmo os que, como o rico tio Afonso, moravam longe. De Uberaba, onde alguns tinham se estabelecido, chegavam cartas consoladoras:

“Neste momento de dor, possa a imagem de sua Mãe, possa a memória de seu Pai, servir-lhes de amparo no desalento, estímulo à honradez; — eles, os saudosos Pais de vocês, que estariam, nesta triste hora banhados de lágrimas [...] No que lhes pudermos ser úteis, sua tia e eu não os abandonamos no momento em que se acham tão rudemente feridos pela fatalidade.”

Ou: “Folgo bastante em saber que se acham socorridos por quantos os conhecem e que não lhes falta amparo e conforto para a solução da crise por que passam; sejam bons, leais e cumpridores de seus direitos e deveres para serem considerados e felizes.”

Em toda a correspondência havia duas imagens recorrentes: a do drama da orfandade — “deplorável tragédia” — e a do investimento na honradez e no batente. Acima da dor, se impunha a tradição de austeridade moral que soldava a família.

Ninguém registrou os sofrimentos do menino, agora com um buço louro de rapaz. Homem não chorava. Mas ele chorava por dentro. Amava aquela mãe. Perdeu seu tesouro. Não mais veria seus olhos cheios de luz. Não teria mais seu sorriso, sua

atenção, seus carinhos. Teve que engolir a revolta e a dor. Nada de lágrimas ou gemidos. Só o luto que lhe ia à alma e a responsabilidade pelo irmão menor.

Os rendimentos do aluguel da casa chegavam ao Rio, depositados em casas comerciais que faziam a transferência do dinheiro para o pagamento da Escola: as *Loterias Nacionais*, o *Bazar América* ou *A Espingarda Mineira*. A ele só cabia estudar. Tinha casa, comida, roupa, calçado e professores. Recebia um pequeno soldo que dava para pequenas despesas. Tinha muitos colegas órfãos como ele e que nem embolsavam mesada. Mesmo com poucos recursos, havia muitos casados. Ninguém recorria à caridade alheia, embora não faltasse quem lançasse críticas à carestia da vida. Em meio à situação explosiva que se armava na capital, o menino ia passar a homem. Era querido. Os dois irmãos eram considerados “órfãos de pai, mas não de amigos”, como costumava dizer uma pessoa da família.

A catarse quanto à perda da mãe encontrou boa oportunidade para se manifestar durante a Revolta da Vacina. Foi o momento em que ele pôde gritar: não às mortes! E assim, fingir que recusava o inelutável. Dilermando era apenas um adolescente doce, com jeito de homem amargo. E a adolescência foi época das ameaças, de cerrar punhos, de promessas, de emoções novas. Foi ainda enlutado que ele se juntou ao grupo de alunos que se envolveu nas arruaças do dia 13 de novembro de 1904, em protesto contra a lei de vacinação obrigatória. Quando se divulgou a derrubada de prédios considerados “anti-higiênicos”, a invasão de casas por mata-mosquitos e a manipulação das pessoas por médicos, a irritação se alastrou com a violência da epidemia. Para piorar, havia a crença de que a vacina era aplicada nas “partes íntimas” das mulheres. A

cidade foi tomada por um motim. A manchete da *Gazeta de Notícias* trazia em letras garrafais:

Gravíssimo

Os fatos de ontem

Revolta dos alunos militares

Combate em Botafogo

O Exército rachou. Em meio à agitação popular, militares, que eram contra a vacinação obrigatória, e que paralelamente viram nessa medida uma forma de enfraquecer o poder do então presidente, entraram em conflito com outros militares que lutavam ao lado do governo. Ou seja, defendendo a lei de obrigatoriedade da vacina. Na noite anterior, o primeiro grupo tinha deixado a escola em direção ao centro.

A vista disso, o general Piragibe resolveu unir todas as forças da brigada policial, que guarneciam o centro da cidade, as delegacias de polícia, parte da que achava na repartição central e todas as que guardavam estabelecimentos públicos e particulares, e formada a brigada policial, marchar com ela para o Catete. Eram 9h15, seguramente, quando a brigada passava pela rua do Lavradio em marcha acelerada. A essa hora a central de polícia achava-se em situação muito delicada. Desde a manhã, corria que um assalto seria praticado contra o palácio. De fato, algumas vezes, durante o dia, notou-se certa aglomeração de populares nas proximidades chegando a formar a guarda. Esses grupos, porém, dissolviam-se sem manifestar hostilidade alguma.

[...] Os estudantes da Escola Militar tinham vindo em grupos para a praia. A polícia foi a primeira a chegar. A cavalaria formou linha de batalha da rua Marquês de Abrantes à rua Farani, a infantaria seguiu pela praia. Às 11 horas, começou o tiroteio empregando-se carabinas e revólveres. A luta foi acesa. Ouviram-se gritos, exclamações, toques de avançar. Os alunos militares recrudesceram no ataque — e depois — entrincheiraram-se na rua da Passagem, no canto da praia de Botafogo. A essa hora já havia muitos feridos e alguns mortos. Os holofotes dos vasos de guerra projetam-se insistentemente, iluminando toda a praia.⁵⁶

No dia seguinte, mais alunos aderiram ao movimento “subversivo” e ficaram sob o comando do general Travassos, aliado do ex-presidente Floriano Peixoto. O combate se preparava:

“Dois pelotões partiram da Escola Militar, ficando um na rua General Severiano, esquina da rua da Passagem, outro na pedreira do morro do Pasmado, na praia de Botafogo. Este último pelotão levava metralhadoras. Distribuíram-se em patrulhas dobradas os demais alunos até a esquina da rua São Clemente. Estes deviam, à medida que avançasse a brigada policial, apagar os lampiões e recuar o grosso da força, no morro do Pasmado”, informava a Gazeta de Notícias.

As forças da ordem avançaram, entrincheirando-se diante da rua da Passagem:

"Uma violenta carga de fuzilaria partia dos alunos da Escola, recebendo a brigada que entrava pela rua da Passagem. A retaguarda era hostilizada pelos alunos que se achavam no morro do Pasmado. A polícia assestou seus canhões. Fez dois disparos, retrocedendo quase imediatamente, repelida pelos alunos. Já então inúmeros corpos juncavam o solo, pois o sangue corria à larga [...] O embate terminou com a debandada da Escola Militar e a retirada das forças legais para o Catete, onde se achavam novas forças prontas para a ação, estendidas desde a rua Silveira Martins até a praça José de Alencar... Felizmente, às duas horas da madrugada, tinha voltado a calma a Botafogo."

No dia 15, a Escola foi ocupada pelas forças chefiadas pelo ministro da Guerra. Os duzentos alunos que ali se encontravam, entre eles Dilermando, perfilaram-se e foram formar em frente ao edifício, em silêncio. Alguns bondes da Companhia Jardim Botânico aguardavam para levá-los até o Centro, de onde seriam enviados ao Realengo. Quando, às oito horas da manhã, passaram em frente ao palácio do Catete, o presidente estava na sacada. Acabara-se o levante!

Sobre a violência desta semana, Olavo Bilac disse em artigo da revista *Kosmos* que nela o diabo andara à solta. O consagrado escritor se perguntava "que ressentimentos e despeito pudera levar essa gente a perder em um dia o que ganhara em 15 anos": luz, avenida, saúde, árvores, limpeza e dignidade ao povo. Mas a nova estética da cidade não bastava. A República não trouxera nada de bom para os pobres, os desempregados, os desfavorecidos.

Nesses dias curtos e agitados, Dilermando conheceu a experiência de segurar uma arma e apertar o gatilho. Na paisagem úmida de uma manhã de novembro, sentiu as balas *coblain* zunirem perto do capacete, a solidão inquietante dos pelotões jovens, o mal-estar que transformava um simples bater de dentes numa corrente elétrica. Viu sangue encharcar os paralelepípedos das ruas e ouviu gritos de dor. Os projéteis se alojaram nas paredes das casas e estilhaços de vidro salpicaram as calçadas. Toques de corneta e explosões de dinamite encheram os ares. O corpo de Ocardino, um alferes seu amigo, ficou estendido na rua General Polidoro.

Junto com os colegas, ele achava que tinha lutado pela nação, o bem, a verdade e a justiça, referências básicas em várias das correntes de pensamento que alimentavam os debates em toda parte. A imprensa, sempre pronta a desvalorizar os militares, insistia que a revolta tivera “o tom bonacheirão das comédias”. Tragédia ou comédia, ele, contudo, se perguntava o que lhes aconteceria. Afinal, como informava o jornalista Lima Barreto:

“A polícia arrebanhava, a torto e a direito, pessoas que encontrava na rua [...] Juntadas que fossem algumas dezenas, remetia-as à Ilha das Cobras onde eram surradas desapidadamente.” As “presigangas”, espécie de navio prisão, seguiam atulhadas de homens cujas calças eram arreventadas para que pudessem ser mais facilmente humilhados e espancados. Vagabundos inocentes também eram recolhidos e mandados para o Acre. “Degola”, “exílio” e “deportação” eram as palavras com as quais costumavam se encerrar as crises políticas desde 1889, data do golpe republicano. Foi assim também em 1891, durante a Revolta da Armada no Rio de Janeiro, em 1893,

na Revolução Federalista do Rio Grande do Sul, e em 1897, em Canudos. Eram maneiras eficientes de eliminar da cena política grupos comprometidos com anseios populares. Pois Dilermando não foi exilado para o Acre, nem apanhou de calças arriadas na Ilha das Cobras. Mas, como todos os colegas, foi expulso da Escola Militar.

Na Paris tropical, Dilermando ia se ajustando. Aos 14 anos, correspondia à imagem que o jornalista João do Rio fazia de seus contemporâneos. O ímpeto juvenil — dizia ele — era incomensuravelmente maior do que em qualquer outra época e se expressava por sintomas generosos: “o de amor ao trabalho, o da conquista vertiginosa, o apetite de vencer, o desenvolvimento pasmoso da personalidade, a maravilhosa maneira por que se aprende, pois o conhecimento estava no ar.”

Além das qualidades que a época emprestava aos jovens, a beleza física do praça chamava atenção. Era “moço bonito”, como se dizia então. Nada a ver com o dândi, morador de Botafogo, com cabelo à americana, roupas amplas e bengala. Ou com os rapazes do Estácio, donos de botas de bico fino, ternos justos e cabelo cheio de óleo. Mas um *sportman*: alto, musculoso, os olhos cor do céu e os fartos cabelos louros em corte que acentuava o rosto anguloso. O bigode disfarçava a idade, dando-lhe um ar um pouco mais maduro. O nariz fino da família do pai e a boca carnuda, da mãe, arrematavam o harmonioso conjunto. “Mocidade! Mocidade!”, diria Bilac.

Durante um ano, Dilermando ficou trabalhando nas obras do Hospital Central do Exército, como desenhista. Sob os olhos vigilantes do tio, recolhia-se, à noite, ao forte São João. Foi neste ano que assistiu ao início das obras da avenida Central; que viu subir os tapumes e crescer o formigueiro de operários

com suas estridentes ferramentas. Viu erguer os primeiros tijolos do pavilhão São Luiz, depois palácio Monroe, para hospedar a Conferência Pan-americana. Viu ser editada a lei que proibia, sob pena de multa, "a exposição de roupas e outros objetos de uso doméstico" nas janelas. Viu dar início ao recenseamento que o povo confundia com recrutamento. Entendeu, também, que a gente tinha horror às fardas.

No meio do ano, Dilermando seguiu para Santos, a fim de trabalhar com seus tios Amadeu e João Ratto no comércio do café. Ao final de 1905, já anistiado, veio preencher sua vocação: voltou à Escola Militar. Não mais a da Praia Vermelha, que fora fechada, mas aquela instalada, agora, em Realengo. Era o fim do templo do bacharelismo militar praticado pelos tais "doutores", responsáveis por uma série de insucessos operacionais. Para recriar a noção de "defesa nacional", inaugurou-se outra escola: a de Guerra, em Porto Alegre. O objetivo, um só: a proteção da pátria. Em Realengo, para onde seguia Dilermando, a ênfase era dada às manobras. Um novo Regulamento de Ensino do Exército foi promulgado em 1905. Por fim o governo promoveu a compra de material bélico: fuzis, metralhadoras e canhões com as respectivas fábricas de munição instaladas no mesmo bairro.

Dilermando correspondia ao ideal sonhado por figuras já respeitadas como Hermes da Fonseca ou Caetano de Farias. E se o Exército alemão era a menina dos olhos dos grandes generais, o jovem cabia como uma luva no retrato do tarimbeiro modelar: tinha "robustez física e sanidade moral" sob medida para defender o país. Era também excelente atirador, esgrimista, engenheiro, desenhista, esportista etc. E a todas essas qualidades se juntava a paciência que tinha para fazer o caminho que levava da Urca a Realengo, todos os dias.

Saindo do forte São João, ele pegava um sonolento escaler que atravessava a baía, até o Centro. De lá, um bonde que se arrastava até o ramal ferroviário D. Pedro II, onde tomava o trem. Havia duas classes: na primeira, os passageiros iam sentados em bancos de palhinha. Na segunda, colados, lado a lado, em bancos longitudinais de madeira. Passava várias estações até chegar a Realengo. A Escola dava os passes para a viagem, que era extremamente cansativa. Era preciso encontrar uma solução para aquele calvário, e o destino se encarregou de lhe oferecer uma.

Desde que voltara de São Paulo, Dilermando trazia consigo umas partituras de música que devia entregar às tias, Lucinda e Angélica, irmãs de sua mãe, moradoras de Botafogo. "Fazer visita" era uma forma de distração e lazer. Os domingos tinham a preferência. E foi com um embrulho nas mãos que foi dar às portas da pensão Monat, na rua Senador Vergueiro, número 14. As pensões se multiplicaram no tempo do Bota-abaixo. Antigas mansões serviam como casas coletivas para trabalhadores, sem renda para ter seu próprio teto ou para pegar os trens que levassem aos subúrbios. Em quartos apertados e sem ventilação, eles dormiam em camas-patente ou esteiras, servindo-se de uma única bica de água.

Havia ainda as "pensões familiares" que, como o nome indica, eram dirigidas geralmente por uma dona de casa, celibatária ou viúva, necessitada de aumentar seus rendimentos. Em casas de muitos cômodos, elas "admitiam hóspedes" de boa procedência, e muitas delas ainda completavam o orçamento com costura ou "engomagem" de roupas. O ambiente era quase de pensionato religioso: hora marcada para tudo e controle da vida alheia.

A vantagem do bairro era o transporte e a diversidade dos moradores: gente como ele. Bondes abertos, com vagões de 1ª e 2ª classe, tráfegavam pela rua Voluntários da Pátria, onde restos das chácaras que ocupavam a região ainda podiam ser vistos. Barcas ferry levavam da praia ao bairro do Caju. Antes região nobre, reduto da aristocracia, o Flamengo passou a receber uma população eclética de funcionários públicos, operários, artesãos, comerciantes, bancários e, sobretudo, militares.

Cortiços, estalagens, pequenos chalés e casas de vila proliferavam, dando à área um colorido barulhento e animado. Lá começava a se organizar o rancho carnavalesco “Ameno Resedá” e erguia-se a igreja Nossa Senhora da Glória, inspirada na congênere londrina, Saint-Martin. A avenida Beira-mar inaugurada em 1905, separada do mar por uma mureta de pedra, proporcionava belas caminhadas aos alunos dos colégios Zacaria e Amaro Cavalcanti. Haveria melhor ambiente para um jovem estudante? Quem lhe abriu a porta da pensão Monat não foi nem tia Angélica, nem tia Lucinda. Mas a velha amiga de sua mãe, dona Saninha. E a solução, com o tempo, iria se tornar uma armadilha.

Capítulo III

Cara a cara com a morte

Segundo um dos seus melhores biógrafos, Roberto Ventura, Euclides da Cunha deixou Copacabana na manhã de 3 de Gutemberg de 121 do calendário positivista. Era o dia consagrado à festa da mulher, no mês dedicado ao inventor da imprensa. No mesmo dia, a revista *Ilustração Brasileira* noticiava uma entrevista sua, queixando-se das dificuldades em publicar *Os sertões*. Tinha 19 anos de casado e ia matar a mulher e seu amante com um revólver que tomara emprestado de um parente. A desculpa que dera? Tinha que “matar um cachorro louco” que lhe rondava a casa.

Cedo, antes de sair, perguntou à tia Angélica “o que merecia uma mulher que traía o marido”. Resposta curta: “O marido matar a mulher e em seguida cuspir-lhe no rosto.”⁵⁷ Sua atitude em relação aos amantes era “francamente hostil”, registraria Dilermando.

Chovia. Euclides tomou o trem na estação final da Central do Brasil. A locomotiva se arrastou pelas várias estações: São Cristóvão, Riachuelo, Sampaio, Quintino, Cascadura, Rio das Pedras. Durante um tempo, acreditou na informação de dona Saninha de que Dilermando morava longe, em Petrópolis, na casa de um tio.⁵⁸ Agora, graças às tias e depois de ter

implorado “pelas cinzas de sua mãe”, possuía o endereço certo.⁵⁹

A Estrada Real de Santa Cruz trazia à mente uma história que, então, todos conheciam na capital. Lá, poucos anos antes, um marido vingou-se da esposa adúltera. “E matou-a?”, perguntou ao assassino o jornalista João do Rio. “Porque *ela* quis”, sibilou o homem traído, por trás das grades da Casa de Detenção. Nestes anos, crimes de amor enchiam as prisões. Derramar sangue era uma aberração num mundo que se queria civilizado e um tropeço na escala evolutiva, como pontificava o médico italiano Cesare Lombroso. Afinal, a razão para este tipo de crime era inexplicável, sendo atribuída a uma forma de loucura. A não ser que *elas quisessem...*

Euclides viu ficar para trás a capital com ares franceses, mergulhando, pouco a pouco, nas bordas semirrurais que cercavam a cidade. Se na *belle époque* o Centro reformado era o lugar da civilização, os subúrbios ainda concentravam a barbárie. Chamados de “sertões”, com suas ruas sujas, matos e mosquitos, os vilarejos se arrastavam como tartaruga, em busca do progresso. Cercados de morros desabitados, seus moradores ainda viam galinhas ciscarem na rua ou cabritos mariscando capim. Grandes valas serviam para escoar água e, à noite, os vales cheios de casas mergulhavam no silêncio. Lá, todo o mundo se conhecia.

Na estação da Piedade, antiga Gambá, cruzou as vitrines cerradas de pequenas lojas como a “Bota de Segurança”, “A Glória das Damas” e a funerária “A Violeta”. A rua da Piedade, em descida, não tinha calçamento. Perguntou a torto e a direito onde moravam os irmãos Assis. Equilibrando-se debaixo do

guarda-chuva, ele tomou a estrada de Santa Cruz e caminhou dez minutos na lama até chegar ao número 214.

Como repórter de *O Estado de S. Paulo*, Euclides esteve cara a cara com a morte: passou fome, enfrentou privações, viu degolarem homens e estuprarem mulheres e crianças. Chegara seu momento de recorrer à violência vingativa que ele mesmo denunciou na Guerra de Canudos. Será que se lembrava das palavras do Conselheiro, líder da revolta, sobre o quinto mandamento? “Não matar: essa ação é estritamente vedada ao homem, visto que o próprio Jesus, tão injuriado pelos homens e investido de tão grande poder por seu Divino Pai, não matou os seus agressores, mas antes os perdoou.” Mas o beato Conselheiro também teve mulher adúltera que, dizia-se, tentou trucidar: “fulminado de vergonha, o infeliz procurou o recesso dos sertões”, escreveu o mesmo Euclides.

A formação positivista de Euclides o levava a crer numa série fatalista de etapas no desenvolvimento humano. Aquela seria a sua etapa final. Tinha que cumprir o seu destino, lavando a honra em sangue. Estava tão doente que pouca diferença faria se tivesse que antecipar seu fim. A *Gazeta de Notícias* tinha até uma coluna, “Suicidomania”, dando conta da história de homens e mulheres que se matavam por amor. Enfrentar um jovem militar, campeão de tiro, era quase isso. Muitos médicos diziam que um bom casamento salvava do suicídio. O lar acolhedor, verdadeiro tesouro que lhe faltou, teria sido seu remédio. A satisfação, o socorro e o cumprimento das “obrigações naturais” ajudavam a controlar as paixões e os desatinos.

Alguns especialistas chamavam inclusive atenção para o risco que corriam os homens de letras, cujas vigílias, meditações e estudos “inflamavam os órgãos geradores”. Resultado: a

retenção prolongada induzia às afecções nervosas e ao desarranjo das funções cerebrais. Todos, contudo, eram unânimes em afirmar que tristeza inesperada, amor traído ou honra comprometida conduziam ao delírio agudo e suicida. Longe das discussões acadêmicas, Euclides tomou a sinistra resolução: ia para matar ou morrer. O importante era o nome limpo.

Com a tensão em nível máximo, chegou à frente de uma casa modesta. A construção tinha um só pavimento, com duas janelas de veneziana, um portão baixo na entrada e um pequeno jardim na frente, pontuado por um esguio mamoeiro. A casa era geminada com outra, à direita. À esquerda, erguia-se um muro feito com folhas de zinco. Era ali que sua esposa e causa de tanto sofrimento se escondia. Bateu palmas. Com um sorriso polido, o rosto de Dinorah se mostrou à janela. Viu doutor Euclides pendurar o guarda-chuva na cerca.

Na sala de jantar, instalou-se a surpresa! Dilermando, com Lulu ao colo, a quem dava uma mamadeira, e dona Saninha, xícara de café aos lábios, reagiram juntos: o jovem estava brincando. “Palavra de honra”, retrucou Dinorah. “O que faço, sinh’Aninha?”, perguntou-lhe Dilermando.⁶⁰ Sólon, que estava lendo *Como se Cura um Louco*, obra da biblioteca do pai, largou o livro sobre a mesa.⁶¹

Dona Saninha e Lulu foram para um quarto, na edícula, que servia de gabinete onde se revelavam fotos. A criada ficou debaixo da cama, no quarto do dono da casa. E completou: “E que Sólon ficasse no mesmo lugar e que recebesse seu marido, doutor Euclides, delicadamente, mostrando-lhe toda a casa para ver que ela aí não se achava.”⁶² Dilermando foi vestir o dólma e Dinorah aguardou na sala. O plano não funcionou. Dona Saninha

não sabia que este seria apenas o primeiro ato de uma longa tragédia. E contou que:

“estando nesse quarto, ouviu passos e em seguida a voz do seu marido acompanhada de tiros, pronunciando as palavras ‘corja de bandidos’, ‘vim para matar ou morrer’, sendo que repetia por diversas vezes as palavras ‘bandidos’; que nessa mesma ocasião ouviu a detonação de tiros fortes e a voz de Dilermando que dizia: ‘fuja doutor, que precipitação, eu não lhe quero matar’; que depois disso ficou tudo em silêncio até que Dinorah veio abrir-lhe a porta que foi trancada por fora, dizendo: ‘sinh’Aninha, estamos todos mortos, seu marido morreu, assim como Dilermando e eu também vou morrer.”⁶³

Dona Saninha reagiu: “Ai, meu marido, estou desgraçada, antes eu tivesse ido embora”, como contou ao juiz a velha criada; “Velha, venha ver seu patrão, que morreu.”⁶⁴ A empregada não teve coragem, preferiu rezar.

Os anos passados na Escola Militar e a intimidade com o manuseio de armas permitiram a Dilermando agir de outra forma. Como Euclides, ele também tinha sua honra a preservar. Sim, cometera um sério erro. Apaixonou-se por uma mulher casada. Amou-a sem medir as consequências. Sua obrigação era defender-se e à dona Saninha com uma espécie de superioridade frente à desgraça que se consolidava. Com calma, levantou da mesa e dirigiu-se ao próprio quarto para fardar-se. Não queria que doutor Euclides o visse em mangas de camisa. Acreditava numa conversa de homem para homem em que pudesse convencer o famoso escritor da necessidade do divórcio. Diria a

verdade, assumiria seus erros e ofereceria uma solução digna ao marido traído.⁶⁵

Nas lembranças de Dinorah, doutor Euclides entrou com a mão no bolso e, uma vez na sala, puxou o revólver. Gritava o nome de Dilermando, ameaçando: viera para “matar ou morrer”. Não o encontrando na sala, avançou corredor adentro e deu um chute na porta do quarto onde se achava o mano. Ouviram-se dois disparos para dentro do cômodo. Aflito, Dinorah se jogou contra ele, tentando imobilizá-lo. Lutaram, embolados no chão. Doutor Euclides atirou mais duas vezes contra Dinorah, sem o ferir seriamente. O rapaz desvencilhou-se e o largou no chão. A seguir, recuou na direção do seu quarto, em busca de uma arma. Queria defender-se e ao irmão. Mais um tiro, desta vez nas costas do jovem Dinorah.

Dentro do quarto, Dilermando ainda abotoava o dólmã quando recebeu o primeiro disparo na virilha: “Que é isso, doutor?” E Euclides, dedo no gatilho, repetia: “bandido”, “desgraçado”, “mato-os”. Sim, pois pretendia eliminar dona Saninha também. Cerebral e adestrado para situações de risco, Dilermando deu um passo na direção de doutor Euclides. Queria desarmá-lo. Não trazia arma nas mãos. Foi quando levou um segundo tiro no peito. Recuou para dentro do quarto e, enquanto Dinorah fugia dando as costas a Euclides, Dilermando colheu na prateleira seu Smith and Wesson. Ao ver o escritor atirar pelas costas em seu mano, Dilermando fez o primeiro disparo. Mirou a mão. Queria apenas desarmá-lo e, como já tentara fazer outras vezes, explicá-lo o inexplicável. Em resposta, Euclides xingava e gritava. Dilermando atirou para assustá-lo, a bala indo encravar-se na parede. O escritor correu para a sala, palco dos últimos disparos.

Tarde demais. Nesse momento Dilermando entendeu que, entre ele e Euclides, qualquer conversa seria inútil. Euclides estava simplesmente decidido a matar um campeão de tiro. E mais, queria acabar com dona Saninha e, quem sabe, com Lulu. Era uma questão, como ele mesmo disse, de "vida ou morte". Enfrentaram-se. Dilermando foi atingido abaixo da garganta, acima do estômago, do lado direito, e recebeu um balaço na omoplata do lado direito das costas. Euclides, no ombro direito, no braço esquerdo e também do lado direito do peito. Uma hemorragia no pulmão fez o resto. Caiu na porta da frente, entre as escadas e o modesto jardim.

O primeiro a sair de casa foi Sólon. "Mataste meu pai", gritava. E puxou o revólver que trouxera, no que foi desarmado pelos irmãos Assis. A seguir, Dinorah veio para a frente da casa, onde caíra o corpo de Euclides. Ensanguentados, ambos os irmãos se debruçaram sobre o escritor ainda com vida: "que loucura foi essa doutor", "que desvario", "veja o que fez". E o escritor arquejante: "odeio-te", "desprezo-te", "honra".⁶⁶

Os três jovens transportaram o moribundo para o quarto de Dilermando. Sobre a cama, ele teve o peito friccionado e sorveu algumas gotas de vinho do Porto. Todos ouviram sua voz débil: "intrigas", "perdoe-te". Dona Saninha chegou chorando. Segundo a criada, dizia: "Ai, meu marido, estou desgraçada, antes eu tivesse ido embora."⁶⁷ Dilermando foi pedir ajuda aos vizinhos: que chamassem um médico e avisassem na escola. Quando o médico entrou no quarto, Euclides já tinha fechado os olhos.

Alguns vizinhos presenciaram o ocorrido. A troca de tiros atraiu pais preocupados com filhos que brincavam na rua. Um viu Euclides cair na porta da casa e ouviu os gritos de dona Saninha e os gemidos de Sólon, "meu pai, meu pai!" Outra

assistiu Dilermando disparar, frente a frente com Euclides. Mãe e filho eram conhecidos de todos. Os vizinhos achavam que eram da "família". Estavam sempre por lá.

Diante do fato consumado, entre lágrimas e arrependimentos, uma linha de defesa fazia-se necessária. Quem a inventou? Não se sabe, mas era preciso manter a versão de que dona Saninha estava na Piedade "como na casa de um filho". A honra de Dilermando o obrigava a proteger a reputação da mulher, impedindo-a de ser destroçada pela multidão que começava a se juntar na porta da casa. Afinal, nestes tempos, a difamação era um esporte, prevenia João do Rio. Algo como o críquete, o tênis, o futebol. "A honra alheia é a bola. E no fundo, amamos a bola."

Uma reputação podia ser pisoteada pela imprensa. Graças aos jornalistas e à fotografia, a curiosidade perdeu o pudor. Nada separava a vida privada da pública. Se as pessoas retiravam-se em suas casas, contra a má língua e a bisbilhotice malsã, os jornalistas se encarregavam de pular o muro: "Beltrano, que na vida pública era um benfeitor, não passava de um tratante, filho de mãe incógnita. Um tal? Um tal, coitado! Tem a esposa... a linda esposa... Não há de quem não se fale mal", admoestava João do Rio.

O Rio de Janeiro era a capital do mexerico e da calúnia. "Uns e outros nada faziam senão estraçalhar a vida íntima do próximo, encarrapitados sobre o muro da vida privada a gritar com exagero o que lá se passa." A uma simples palavra os jornais faziam juízos integrais. "Contavam-se adultérios com os nomes por extenso das três vítimas, defloramentos com as notas do exame médico-legal [...] Casos de honra não os há mais

porque a publicidade nulifica a honra em teatralidade, espiando os bastidores da cena.”

A popularização dos jornais se deveu à transformação da linguagem, que passou a ser informal, e ao feitio dos tabloides. Um novo público consumidor foi criado com o crescimento urbano. E surgiu um “sr. Público”, que tinha caprichos a serem respeitados: “o público é o ator de tudo isto; não quer que o instruam, quer que o divirtam. E como é preciso que um jornal viva, ele esforça-se para satisfazer as fantasias de seu amo, o sr. Público”, dizia o *Diário do Rio de Janeiro*.

O papel do jornalista, ponderava Machado de Assis, colega de Euclides na Academia Brasileira de Letras, era colher e levar notícias, examinar boatos, farejar acontecimentos. Ele teria que criar “textos em que se fala de tudo”. E não só se falava de tudo, mas se falava tudo. Assim era percebido o cunho democrático dos jornais, cuja informação tinha que ser a mesma, “quer nos salões do rico, quer no tugúrio do pobre”.

E quem era o jornalista? Na língua afiada de Olavo Bilac, “todo o homem que não podia intitular-se outra coisa logo lembrava de intitular-se jornalista. As confeitarias, os botequins, os teatros, os clubes de dança, as casas de jogo, todas as casas e todas as ruas da cidade estão cheias de jornalistas!”

Na frente do número 214 da estrada de Santa Cruz, jornalistas chegavam munidos de caderninhos e Kodaks. Entrevistavam quem se encontrasse à porta. Na tradição de “quem conta um conto aumenta um ponto”, a história que ali se desenrolara ia inchando. No tempo que tiveram entre o último suspiro de Euclides e a chegada do delegado e dos jornalistas, dona Saninha, Dilermando e Dinorah montaram sua versão dos fatos. O fundamental era proteger a honra de dona Saninha.

Adúltera, ela seria inevitavelmente “a bola”. Dilermando só não se deu conta de que, com a dissimulação, assinava sua própria condenação à outra morte: a social. As manchetes não esconderiam o choque: “Um doloroso drama de sangue”, rugia *O País*:

“Todos aqueles que viram os primeiros boletins noticiando o assassinato do grande escritor recusaram-se a aceitá-lo.”

Ou o *Jornal do Commercio*:

“O assassinato do dr. Euclides da Cunha

Ainda não voltamos a nós do espanto horrível que nos causou a notícia do absurdo e trágico assassinato de nosso prezado e eminente colaborador, Euclides da Cunha.

Um telegrama expedido de Cascadura, às 12 horas e 30 da tarde de ontem, dizia laconicamente: “Euclides Cunha assassinado. Estrada Real, 214 (Assinado) Sólon Cunha.”

De início, os jornalistas compraram a versão: foi tudo culpa das tias. Elas teriam enchido a cabeça do doutor Euclides com fofocas. Segundo *O País*, “ciúmes injustificados teriam criado a zelos que agiram, cada vez mais percucientes, como um perturbador da lúcida visão de Euclides da Cunha”. E repisavam a tese dos médicos: as fadigas do trabalho intelectual “facilitavam os impulsos irrefreados”. Falava-se em “neurastenia”, em “repulsas de brio traído”, em “situações dolorosas de espírito” para justificar que, envenenado por maledicências, o grande intelectual tivesse perdido a cabeça. Os jornalistas se viam na contingência de dar a terrível notícia e, ao mesmo tempo,

desculpar Euclides. Nas primeiras versões, o célebre escritor fora atacar três inocentes, sem razão.

Quem deu as informações? Os próprios irmãos Assis, sobretudo Dilermando, que, mais tarde, as repetiria aos jornais:

“Disseram então eles que eram naturais do Rio Grande do Sul, filhos do ex-tenente do 22º Regimento, João Candido de Assis e D. Joana Carolina de Assis, já falecidos; que eram parentes de D. Ana [...] e que depois da morte dos seus progenitores vieram para o Rio estudar, sendo sempre, tanto por ela como pelo dr. Euclides, muito bem tratados, frequentando-lhes a casa, isto durante alguns anos, sem que houvesse a menor sombra de desgosto.

Há um ano e pouco, porém, começaram a notar uma certa frieza no modo de tratar do dr. Euclides, que se foi acentuando cada vez mais, chegando-lhes mesmo aos ouvidos que ele não os via com bons olhos, nutrindo suspeitas de caráter íntimo (...)

Aquela senhora que os estimava sobremodo, e que não comprava para os filhos um objeto que não comprasse também para os dois moços (...)

Dilermando, então, escreveu uma carta ao dr. Euclides da Cunha, agradecendo-lhe o tratamento que lhes dispensara sempre e ao mesmo tempo fez-lhe sentir a mágoa que tinha de pôr ele em dúvida os seus sentimentos de rapaz honesto e respeitador; ao que lhe respondera em carta o dr. Euclides da Cunha não ser exato que suspeitasse deles, e que continuava, por seu lado, a ser o mesmo de sempre.

Apesar disso, os dois irmãos passaram a residir na casa da estrada Real de Santa Cruz, número 214, só comunicando a sua nova residência a dona Ana que uma vez por outra os ia visitar, acompanhada sempre de seu filho mais velho Sólon, e de um outro filho menor, e levava-lhes presentes etc.

Assim residiam eles há um ano na casa em questão, sem frequentarem a casa do dr. Euclides da Cunha, sabendo, entretanto, que continuava a manter as mesmas suspeitas, cada vez mais acirradas por uma senhora, parenta da família, que mora na casa do dr. Euclides da Cunha, a qual pelo seu temperamento, em vez de acalmá-lo e dissuadi-lo da preocupação que o irritava, achava razoável o seu modo de pensar. "Esta é a narrativa feita por Dilermando", explicava o *Jornal do Commercio*.

"Depois do afastamento dos dois rapazes da sua residência, ficara morando o dr. Euclides Cunha com a sua família e duas senhoras, tias de Dinorah e Dilermando, à rua Nossa Senhora de Copacabana, número 234.

Parece que por questões de incompatibilidade de gênios, não havia muita harmonia entre aquelas senhoras e a esposa do dr. Euclides Cunha, que, por esse motivo, procurava por meios dissuasórios ver se conseguia afastá-las de casa, para arredar uma situação constrangedora.

Por esses motivos, consta, apareceram as primeiras rugas no casal e dúvidas no espírito do dr. Euclides Cunha com relação aos dois rapazes, que se foram acentuando cada vez mais.

Há dias, dona Ana Cunha retirou-se para a casa de sua progenitora, em companhia de seu filho menor, Luiz, no

Campo de São Cristóvão, número 94, a fim de ver se assim as duas senhoras se afastavam da casa.

Sábado último o dr. Euclides foi à casa de sua sogra procurar a esposa e ali chegando não a encontrou por ter ela saído com destino ao colégio D. Pedro II, para visitar seu filho Euclides, que se achava enfermo.

Esperou-a por algum tempo, e como ela não regressasse, ele saiu e foi ao colégio de onde retirou o menino, levando-o para casa, aonde chegando, em conversa com uma das senhoras em questão, D. Angélica Ratto, bastante indignado declarou que no outro dia, pela manhã, poria termo definitivamente àquela situação, que mataria Dilermando, que ele considerava o fator dessa desarmonia.

O seu filho Sólon, que tudo ouvira, saiu de casa, foi à residência de sua avó, e contou a dona Ana Cunha o que seu pai havia dito.

Esta, temendo pela sorte dos dois rapazes, ontem, pela manhã, vestiu-se e, acompanhada de Sólon e Luiz, dirigiu-se de trem para a estação de Piedade, onde desembarcou, tomando a direção da casa deles, a fim de avisá-los.

O dr. Euclides Cunha, por sua vez, muito cedo deixou o lar com um revólver Smith and Wesson de sete tiros no bolso, e tomou o mesmo rumo, chegando primeiro que ela uns dez minutos apenas.

Como não soubesse, ao certo, a casa, pôs-se a indagar e a perguntar onde moravam dois estudantes militares, até que, com algum trabalho, conseguiu-lhes descobrir o paradeiro.

De modo que D. Ana, com seus dois filhos, ia chegando à casa de Dinorah e Dilermando, quando ouviu os disparos

e, a correr, para ali se encaminhou, certa de que uma grande desgraça naquele momento ali se desenrolava.

Era tarde, como vimos na narrativa”, rematava o jornalista.

Com essa reportagem, o campeão brasileiro de tiro desfechou um no próprio pé. A tentativa de proteger dona Saninha, dizendo que ela chegara depois do tiroteio, se traduziu num dos piores erros de Dilermando. Por que falar em “amizade maternal”? Por que dizer aos jornalistas que Euclides era um “amigo infatigável e digno protetor”? Por que acusar “espíritos malignos e intrigas contra a fidelíssima companheira de 17 anos de casada”?⁶⁸

Naquele domingo, tudo colaborou para o *imbroglio*: a tensão, os ferimentos, o desfecho do caso e, sobretudo, sua preocupação em salvaguardar a reputação da mulher amada. Um misto de ingenuidade, valentia e inexperiência fez crer a Dilermando que, sem outras testemunhas, o “sr. Público” engoliria a versão. Ele nunca pôde imaginar que seria abatido pelo “fogo amigo”: aquele que é disparado por um companheiro. Anos mais tarde, analisando o caso, diria amargurado: “a mim, mais jovem, menos precavido e mais sincero, menos experimentado e mais brioso, estava reservada a infelicidade e o amargor da desdita. Só sobre mim se acumularam todas as responsabilidades.”

Feitas as desafortunadas declarações ainda na casa da Piedade, os irmãos foram escoltados em “carro de assistência policial” para a estação São Francisco Xavier. De lá, Dilermando seguiu para o hospital do Exército. Dinorah, que prosseguiu até a Central, foi de ambulância para a Misericórdia. Dessa estação, o

jovem aspirante pediu que se enviasse um telegrama à tia Angélica: "Satisfeita a tua vontade, Euclides assassinado, Dilermando morto ou condenado."⁶⁹

O corpo de Euclides, envolto numa colcha vermelha, foi da estação da Piedade para o necrotério e, de lá, para o Silogeu Brasileiro, situado na esquina da avenida Beira-mar com o Passeio Público. Criada em 1897, a Academia Brasileira de Letras sobrevivia com dificuldades em salas emprestadas e depois neste endereço, onde dividia espaço com a Academia de Medicina. Muitos amigos e admiradores já choravam a "alma bem nascida e tão mal fadada", como o definia o intelectual Carlos de Laet.

João do Rio fez questão de assinalar em sua coluna, "Cinematógrafo", que via escrita na fisionomia de Euclides "a fatalidade de uma súbita morte horrível". Estava impressionadíssimo com o que considerava uma premonição: "E olhava o grande homem e sentia, via um desenlace próximo e violento, uma súbita morte horrível."⁷⁰ Em toda a imprensa, choviam explicações...

Segundo *O País*, foi "ali armada a câmara ardente, para ser exposto o corpo por alguns dias. Para isso o governo já tomou providências para que seja embalsamado o cadáver. D'aí sairá o enterramento, com todas as regras do grande funeral para o cemitério São João Baptista. Estão deliberadas várias manifestações de pesar pelos membros da Academia".

Coelho Neto, redator de *O País* e grande amigo de Euclides, chamado às pressas na Piedade, deixou o local por último, ao lado de Sólon. Assim que cruzou uma agência de telégrafos, enviou mensagens a Nilo Peçanha, presidente da República, ao barão do Rio Branco, a Ruy Barbosa e a Mário de Alencar, secretário da Academia Brasileira de Letras. Dona Saninha, por

sua vez, abandonou a casa amparada pelo médico, doutor Martins Fontes. Nem sua mãe aceitou recebê-la, horrorizada com o escândalo, razão pela qual escreveu à irmã de Euclides, Adélia: “Você chora a morte de seu irmão; mas infeliz sou eu que choro por ter trazido ao mundo essa pobre infeliz.” Com Lulu no colo, dona Saninha ia voltar a Copacabana.⁷¹

Dois dias depois do episódio, *O País* apregoava:

“A morte de Euclides da Cunha — Ainda o drama de anteontem

O drama da estrada de Santa Cruz tomou ontem todos os espíritos. A narrativa feita pelos dois irmãos aspirantes, únicas testemunhas presumíveis dos fatos, e informantes das causas daquela pungente ocorrência, parece que não se firma como a absoluta expressão da verdade.”

Sim, a imprensa já sabia que a atitude das tias não passara de “franqueza imprudente” e dizia com todas as letras que a versão de Dilermando era apenas uma forma de defesa. Dona Saninha não teria chegado depois, como ele afirmara. O “ato violento” de Euclides se justificava como consequência de uma reação “moral”. E como era de praxe se punir as adúlteras, concluía o jornal: “os temperamentos mais sadios teriam quiçá agido da mesma forma.”

No dia 18, uma charge publicada em *O País* falava mais do que mil palavras. O preconceito contra a diferença de idade dos amantes alimentava o ânimo dos leitores. Com o título de “Amor Feroz”, Dilermando aparecia numa caricatura vestido só de tanga, com um pano nos ombros e sandálias, como um gladiador. Numa mão, uma vara, e na outra, uma pistola. Pelo

chão, ao seu redor, viam-se corações fumegantes. A legenda era impiedosa: “Tipo profissional de domador de leas... de meia idade.” Enquanto o *Jornal do Commercio* publicava em letras garrafais que, na prisão, “Dilermando repele com energia a acusação relativa à natureza da amizade existente entre ele e a sra. dona Ana da Cunha”.

Enquanto isso, em juízo, dona Saninha declarava-se, sem rodeios... sua amante!

Enganados! Foi assim que os jornalistas se sentiram. As primeiras notícias não passaram de conversa fiada. Em retaliação, a imprensa doravante não daria mais trégua a Dilermando:

“Os depoimentos obtidos ontem pela polícia do 23º distrito levantam, finalmente, o véu já tênue que envolvia esse triste caso da estrada Real de Santa Cruz, e desvendam em sua repulsiva nudez fatos e caracteres que mais pungente ainda tornam o drama doloroso em que foi sacrificado o saudoso Euclides Cunha.”⁷²

Seu depoimento passou a parecer aos jornalistas “mal tecidas e estranhas narrativas”. Pior, as notícias sublinhavam que Dilermando mentira sobre a “reação violenta, mas digna” de Euclides. Ela não era a de um “neurastênico, influenciada por duas senhoras despeitadas”. Mas de alguém que foi fazer justiça. Os intelectuais, amigos de Euclides, muitos deles na imprensa, como Coelho Neto ou Carlos de Laet, não perdoariam jamais o belo gesto de Dilermando. Pois o belo gesto que resguardava dona Saninha esmagava seu marido. E isso não era admissível:

“A verdade que jorra, finalmente, dos testemunhos de ontem, se traz uma nota mais desoladora ainda aos pungentes sucessos de domingo, tem ao menos o valor de apresentar as figuras e os fatos como realmente são, tirando a falsa auréola de simpatia com que se resplandeciam os tristes personagens desse drama odioso, e não permitir mais que aquele doloroso mártir da honra tivesse a lhe chasquear o sofrimento a insinuação de desequilíbrio mental, com a deprimente piedade que deriva dela”, martelava *O País*.

Pouco importava que Dilermando declarasse que preferia estar morto em lugar de seu “protetor” Euclides da Cunha. Era preciso fustigar os culpados. Já se falava em “versão previamente combinada junto ao cadáver”, acusava o *Jornal do Commercio*.

Dona Saninha resolveu depor pela segunda vez. Sua explicação? Não queria que seu marido “passasse por um louco” ou um “desequilibrado mental”. Ao contrário, desejava “levantar sua memória”.⁷³ Se antes ela dissera que as suspeitas de Euclides eram “infundadas”, agora — explicava — eram “verdadeiras”! O resultado esperado: ser considerada uma pessoa digna. Sua “franqueza generosa” lhe fez desafiar a “sucessão de misérias morais” que levaram ao triste desfecho. E mais, sua atitude arrependida incentivava a compaixão:

“Essa infeliz senhora, obcecada por uma paixão que a desproporção das idades tornava mais dominadora e explorada indignamente por uma mocidade sem brios não é, aliás, a mais merecedora de gracejos. Há em torno dela um ambiente de misérias morais, cúmplices de seu erro e tanto

ou mais flageláveis do que ela. O que aparece de mais revoltante é a exploração desse desvairamento, é o tributo pecuniário imposto à cegueira de uma mulher, é a retribuição de um afeto delituoso convertido em uma forma de indústria particular. Esta situação apaga as simpatias que poderia despertar a mocidade do triste herói dessa história lamentável”, deplorava *O País*, na edição de 18 de agosto.⁷⁴

Na mentalidade da época, uma mulher era um ser fraco. Daí poder ser explorada. E explorada financeiramente. Isso explicava, dizia o *Jornal do Commercio*, que Dilermando tivesse um gabinete de fotografia, arreios de montaria caros e importados e contas de armazém de mais de 300\$000. Era um “farto gastador”, afirmava o jornal, ligando a suposta generosidade de dona Saninha aos bens de Dilermando.⁷⁵

Exageros jornalísticos à parte, as confissões de dona Saninha a remeteram para o lugar onde se costumava colocar as mulheres que erravam:

“Dona Ana da Cunha era já uma senhora de pouca saúde, predominando porém sobre o seu temperamento um elevado grau de histerismo [...] O estado de dona Saninha é realmente lastimável; ela acha-se quase em estado de verdadeira inconsciência devido ao choque profundo que abalou seu débil organismo de neurótica; as suas palavras e suas ações o denotam [...] qualquer manifestação mórbida que se acentue nela, apesar da medicação que deixei, recorram a mim”, insistia doutor Alfredo Barcellos, um grande especialista em “hipnose psicoterápica”, em entrevista aos jornais.⁷⁶

Histeria: a palavra figurava sem problemas no braço da doença mental. Psiquiatras e médicos associavam o corpo flácido da mulher como ideal para se deixar penetrar pela enfermidade. Quando, na França, o médico Bricquet definiu a histeria como “uma neurose do encéfalo”, reforçou-se o vínculo entre a doença e as qualidades naturais da mulher: sensibilidade, emotividade e sentimentalismo. Entre os aspectos que predispuham ao mal, encontrava-se o abuso dos prazeres venéreos. O tipo histérico era assim definido nas teses de medicina, na época:

“As mulheres nas quais predominarem uma superabundância vital, um sistema sanguíneo ou nervoso muito pronunciado, uma cor escura ou vermelha, olhos vivos e negros, lábios de um vermelho escarlata, boca grande, dentes alvos, abundância de pelos e de cor negra, desenvolvimento das partes sexuais, estão sujeitas a sofrer desta neurose.”

Podia ser qualquer uma e podia ser ela, também. Outro contemporâneo do drama, doutor Henrique Roxo, estudioso do assunto, definia as histéricas por aspectos de personalidade em parte coincidentes com as atitudes de dona Saninha. Elas eram basicamente instáveis: “Mudam constantemente o modo de pensar”; “mudam constantemente de casa”; “o egoísmo extremado, o hábito de mentir, a vaidade desmedida e o capricho constante” eram outros sintomas.

A “histeria” cabia como uma luva em dona Saninha que, aos olhos de muitos, jogava erradamente com sua vida e com a dos outros, arriscando o próprio destino, o do amante e o dos filhos, sem ponderar consequências. Anos mais tarde, sua filha

informaria que, dias antes da tragédia, ela comprou uma passagem para viajar com Lulu para a Europa. Embarcariam na segunda quinzena de agosto.⁷⁷ Como dizia não ter dinheiro? Resultaria tal projeto do presente de 300\$000 que lhe ofereceu o sogro quando de sua visita a São Paulo? Subtraía ao que lhe dava Euclides? Dilermando saberia destes projetos?

Uma mulher foi buscar explicações para o comportamento de dona Saninha. Tratava-se da escritora Carmem Dolores, jornalista de *O País*, onde trabalhavam vários amigos de Euclides. Em sua coluna *A Semana*, lamentou “o assombro, o fim dramático” do escritor. Lembrava, contudo, que os louros que o cobriam não bastaram. Faltava-lhe “o aconchego do ninho”. E, na linha dos grandes médicos da época, recordava que “muitas vezes, o talento só não basta para formar essa macia pousada da harmonia e do amor”. O homem público, dizia Dolores, era capaz de opressões tirânicas. A reação da mulher? A revolta que substituiria o afeto, “abrindo a porta aos feios instintos humanos”. Euclides morreu vítima de uma tragédia, e dona Saninha ficaria “na terra para provar o cálice de talvez ainda maiores desenganos e sofrimentos”. E como era preciso encontrar um culpado, sobrava para Dilermando:

Quanto a mim, guardo a minha antipatia para esse tipo incestuoso, hoje comum em nossa sociedade, do homem novo que explora fraquezas e cegueiras da mulher madura, quase maternal, perdida nesse anseio vago de certo período difícil da vida feminina em seu declínio, quando a assaltam sonhos mórbidos, angústias fisiológicas, desejos de simpatia, precisões de carícias — para arrastá-la ao abismo das concessões e até... coações.

Esse tipo de rapaz é simplesmente repugnante... Como consolador, enoja, por ter espedaçado a barreira moral do respeito; e como explorador, indigna, enfurece...

Como, porém, pululam atualmente esses tipos risonhos, bem-vestidos, imponentes, usufruindo todas as regalias, sem uma vermelhidão na face! Chamam a isso amor!...Não, amor não é isso, nem jamais excluiu o amor de uma alma de homem, mesmo novo, o sentimento de brio e de orgulho.⁷⁸

Um inquérito policial, assim como as investigações, começou no mesmo dia 15 de agosto. A polícia chegou a suspeitar que os irmãos tivessem armado uma tocaia para o marido de dona Saninha. Gravemente ferido, Dilermando só dizia ao delegado que disparara contra Euclides para se defender. Matou para não morrer. Acrescentou que os motivos de sua atitude eram de ordem particular. Depois os esclareceria.

Mas a imprensa já tinha escolhido o seu lado e entendia que tiraria mais sangue das páginas de jornal atacando Dilermando. O jovem tenente seria coberto de adjetivos negativos. Se dizia aos jornalistas ter querido morrer no lugar do grande escritor, lia-se nos jornais, "queria substituir Euclides"!

No dia 19, a pequena casa da Piedade sofreu "busca, arrombamento e apreensão" e o delegado encarregado do caso decidiu: "o sinistro personagem" era culpado, pois "atacou a honra do malgrado escritor". Ele e o irmão "não quiseram evitar o conflito", e, tendo condições de bater em retirada pela porta dos fundos, não o fizeram. Na descrição do delegado, Euclides teria sido friamente executado. Pior foi a tentativa de Dilermando e Dinorah de se tornarem simpáticos aos olhos da opinião pública, ao proteger a reputação de dona Saninha. Pois a

estratégia transformava o imenso escritor num “temperamento enfermiço”, ou seja, num doente — o que era indesculpável. Com essa explicação, a prisão do cadete lhe rendia todos os louros.

No dia 20, *O País* noticiava “novas diligências na República sinistra”. No quarto de Dilermando, roupas de homem — botinas, colarinhos, ternos — e de mulher — sandálias, penhoar, camisas e “calças de senhora”. No quarto de Dinorah achou-se uma mala com “grande correspondência amorosa endereçada a Dilermando, de caligrafias diferentes e cautelas de casas de penhores em nome do mesmo”. Numa outra mala, mais fotografias e correspondência amorosa. Segundo *O País*, “no porão foi encontrado um embrulho, contendo retratos de várias mulheres com dedicatórias a Dilermando”.

O tipo “incestuoso e risonho”, como queria a imprensa, ainda arrebatava outros corações, os de meninas casadoiras da estação da Piedade. Alheio aos depoimentos e aos fatos, o delegado já tirara suas conclusões e apregoava aos sete ventos:

1. Dinorah era cúmplice do irmão;
2. Se quisesse, Dilermando poderia ter evitado o confronto fugindo de casa assim que Euclides chegou;
3. Dilermando atirara em Euclides quando a inofensiva vítima se retirava da casa;
4. Dilermando era um cruel matador, um criminoso de sangue frio daqueles que humilham a espécie;
5. Ele ultrajara o escritor ao seduzir sua esposa;
6. E o matou por motivo torpe, uma vez que estava atrás da porta ao efetuar os primeiros disparos.

Segundo juristas renomados, o relatório do delegado apresentou argumentos de grande subjetividade. Uma peça daquelas tinha que ser exclusivamente descritiva e isenta, e não como se lia:

“Para documentar a insensibilidade moral, a ausência dos elementos que disciplinam os homens normais e lhe moderam a ação, basta lembrar que Dilermando, ao dar as suas primeiras declarações, procurou construir a hipótese de que o doutor Euclides da Cunha, homem próximo à genialidade, era quase um demente, impulsivo e insano, e Dinorah, poucos dias após o evento que abalou de surpresa, dor e piedade a cidade do Rio de Janeiro, ousava — insensível e risonho — comparecer a uma partida pública de futebol de maiô e calção, jogando vivaz e alegre, uma afronta aos sentimentos de piedade de uma sociedade inteira.”

Dilermando colhia os frutos amargos da versão dada aos jornais. Era apresentado como “o sedutor” de dona Saninha, uma “pobre histórica”. A resolução do caso traria prestígio ao delegado. Em 1909, ocorreram 57 homicídios na capital, mas esse era diferente! Envolvia gente graúda. Ali, não se tratava de uma velhinha moradora do Encantado ou de um cafetão e uma prostituta. Mas um escritor afamado, sua esposa e o jovem amante.

Nos primeiros anos da República, as forças policiais sofreram significativas transformações. Elas seguiam a estrutura hierárquica militar, que exigia a alfabetização dos seus membros. O recrutamento era voluntário e o treinamento, feito nos

quartéis. O dia a dia, contudo, era marcado por baixos salários e má qualificação. O regulamento de 1907 tentou estabelecer as bases de uma carreira policial e um sistema de promoção para delegados, que podiam subir da terceira para a primeira classe. Na capital, eles eram em número de trinta, recrutados entre advogados com dois anos de prática. Tinham que estar presentes nas delegacias de 11h às 16h e novamente à noite, “por tanto tempo quanto necessário”. O número de vagas era limitado. Daí a importância desse “caso”. O delegado podia ter uma promoção. Nos bastidores, havia ainda uma luta surda contra o comando da força policial, sempre na mão do Exército, a que pertencia Dilermando.

Além de representar a opinião do tal “sr. Público”, as ações do delegado integravam-se ao projeto de “civilizar a capital”, ao combater os crimes morais. Tudo o que dizia respeito ao amor, a casos de adultério ou a simples namoros públicos, era considerado ato ofensivo que “escandalizava cinicamente a sociedade”. Por exemplo, havia delegado que se contentava em condenar a maneira imprópria das pessoas se vestirem a caminho da praia. Ou os casais que “xipofagicamente” se beijavam em público. Críticas à atuação da autoridade não faltavam: “A polícia, não sei como e por quê, adquiriu a mania das generalizações, e as mais infantis”, diagnosticava, nesta época, o romancista Lima Barreto.

Encarregado de analisar as provas colhidas no inquérito, o promotor pediu que fosse decretada a prisão preventiva de Dilermando. Ele estava convencido de sua culpa, logo formulando o enquadramento penal da conduta do denunciado. Foram arroladas cinco testemunhas e cinco informantes para

serem ouvidos durante a instrução processual. Dilermando passava rapidamente de vítima a acusado.

Menos de um mês depois do drama, era a vez do delegado apresentar o "réu" já como um assassino. Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, ele repetia algumas imagens que se colaram à pele de Dilermando por muitos anos. Ele, "um celerado", foi responsável pela "desordem no lar do glorioso homem de letras"; "as relações adúlteras", com o apoio de Sólon e Dinorah, formavam "à volta do esposo ultrajado um cordão vigilante". Juntos articularam o ataque à honra de Euclides. Dinorah não precisava abrir a porta ao marido humilhado; Dilermando tinha propósitos homicidas. Matou como quem mata um cachorro.⁷⁹

Mais "fogo amigo" veio da parte de Sólon e Dinorah. O primeiro foi à redação de *O País* declarar que, diferentemente do que circulava na imprensa, jamais fora visitar Dilermando no hospital. Acrescentou que tampouco sua mãe queria saber notícias sobre sua saúde e que se o encontrasse novamente, seria para "terçar armas", ou seja, para um duelo. Negava-lhe, assim, qualquer gesto de boa vontade e procurava despir-se da imagem de cúmplice da mãe e de Dilermando.

E Dinorah? Entregue à própria sorte, sem ter para onde ir, pois a casa estava lacrada por conta das averiguações, o mano, sem orientação de dona Saninha ou de Dilermando, trocou os pés pelas mãos. Com o inquérito policial quase terminado, Dinorah ficou preso ilegalmente na delegacia do 20º distrito. Seu erro? Tentou entrar na "República sinistra", nome com que a imprensa batizou a casinha da Piedade, pois não tinha onde dormir. Na chefatura, não se sabe a que tipo de pressão foi

submetido, mas os resultados certamente incidiram sobre a reconstituição do crime.

Na presença de repórteres, retificou pela segunda vez seu depoimento. Para começar, disse que foi espionar a casa do doutor Euclides na quinta-feira, quando o fez na sexta. Que não recebeu um tiro pelas costas, mas pela frente, enquanto lutava com o escritor. Ao reconstituir o crime, acusou o irmão de atirar entrincheirado atrás da porta.⁸⁰ No dia seguinte, procurou o *Jornal do Commercio* para dizer que prestara a declaração “coagido pelo ambiente da repartição policial”. Não foi a primeira vez que se disse perseguido. Mas Dilermando com certeza não precisava deste tipo de ajuda.

Já o delegado, como diria o *Correio da Manhã*, “depois de prolongado trabalho de investigação para conseguir provas, conseguiu o que desejava...”, pagou o preço da celebridade facilmente adquirida. Para demonstrar a vida debochada do jovem, exibiu a foto de uma bela morena dedicada ao “Idolatrado Dilermando”. Cometeu um engano! Era a mãe do rapaz e não outra amante.

Recebida a denúncia, passou-se ao interrogatório judicial e à escuta das testemunhas de acusação e defesa. Em razão de seu estado de saúde ou por orientação dos advogados, Dilermando prestou poucas declarações. Foram ouvidos os vizinhos, entre os quais uma menina de 9 anos que teria escutado Dilermando chamar Euclides de “cachorro” e “desgraçado”. Dona Saninha deu três depoimentos, um corrigindo o outro. A empregada também, assim como Sólon e Dinorah. Quando chamado para interrogatório, Dilermando respondeu secamente às perguntas formuladas. O advogado já sabia do imbróglio com as declarações iniciais. Quanto menos falasse, melhor.

No dia 27 de agosto, novo interrogatório: as provas exibidas mostravam que o cadete agiu em legítima defesa. Desta vez, Dinorah não só confirmou a versão do irmão, mas isentou-se de responsabilidade pela morte de Euclides, pois não disparara um único tiro contra ele. Ao contrário, foi ferido por três.

O advogado de acusação atribuiu a Dilermando a morte de Euclides por motivo "reprovado". Seu advogado produziu uma peça de defesa afirmando que o militar agiu impelido "pelo estado de necessidade, em legítima defesa própria e de outrem". Afinal, ele teve sua casa invadida e foi agredido por Euclides, que também atirou contra seu irmão indefeso.

O advogado não era qualquer um, e sim um dos mais célebres defensores que já passaram pelos tribunais cariocas: Evaristo de Moraes. Ficou renomado, entre outras razões, por estudar crimes passionais que marcaram a época. Como, por exemplo, o que levou um desembargador a matar sua amante, moça de "vida fácil" a quem estrangulou, cobriu o corpo de mordidas e depois o esquartejou para que coubesse numa caixa que enterrou no jardim. Evaristo já tinha defendido o pai, Basílio de Moraes, diretor de um asilo de meninas pobres e frequentador das redações de jornais, onde ia pedir auxílio para a instituição, preso em 1898, acusado de levar moças à noite para seu quarto, onde iam coçar-lhe o dedão do pé.

A imprensa atacou Basílio com fúria. Em sua defesa saiu seu filho, jovem rábula — como se chamavam os advogados sem diploma —, mas já um nome de destaque por suas atuações no foro carioca. O argumento de Evaristo em defesa do pai, baseado em discussões científicas recentes, era a impossibilidade de se confiar no testemunho prestado por crianças. Mesmo assim o pai foi condenado a dez anos de prisão. A irreverência

carioca vingou-se dele com uma cançoneta satírica chamada "Papai Basílio", que dava à expressão "coçar o dedão do pé" um sentido totalmente novo.

Evaristo se notabilizou por acreditar que a criminalidade, a punição e os direitos dos indivíduos não podiam ser medidos pela classe social, etnia ou formação religiosa às quais pertencessem. Defensor de operários, anarquistas, prostitutas e criminosos passionais, o advogado ganhou visibilidade na imprensa, por vezes negativa, ao combater as ações policiais arbitrárias e violentas contra essas pessoas. Do seu ponto de vista, todos teriam deveres diante da Justiça e, ao mesmo tempo, direito à defesa e à expressão de ideias, desde que isso não implicasse em prejuízo à ordem social, naquele momento muito voltada para a concepção burguesa de trabalho e família como principal referência de comportamento social.

A princípio, Evaristo relutou em defender Dilermando. Como tantos, era um grande admirador de Euclides. E como outros tantos, estava impregnado com a campanha movida pela imprensa contra o jovem, que era "aparentado com Euclides, protegido por ele, recolhido generosamente em seu lar", "seduzindo-lhe a esposa, a quem, para cúmulo, também explorava pecuniariamente".

Até que o advogado cedeu ao pedido de um colega e jornalista e visitou-o. Foi sem entusiasmo. Enojava-o a "mentiralha" em que o caso afundara. Na ocasião, o tenente mostrou-lhe documentos que provavam a falsidade das notícias veiculadas pelos jornais, principalmente porque ele não tinha relações familiares e nunca fora sustentado por Euclides. Mais. Pediu-lhe que mesmo com o sacrifício de sua defesa, não sujasse

a vida íntima do escritor, sua conduta como homem e chefe de família.

“Nunca esquecerei o nosso encontro”, diria mais tarde Evaristo. “Ele foi o primeiro, e talvez o mais eloquente dos advogados de sua própria causa. Logo de entrada, me agradou aquele aspecto de criatura bem constituída, misto de força e de beleza, de energia e de amenidade, falando sem subterfúgios, e assim, se impondo a confiança [...] Abalado, semiconvencido, aceitei o patrocínio da causa. Não me arrependi.”

Não se sabe se o caso de seu pai, também enxovalhado por jornais, o sensibilizou, ou se foi a atitude digna de Dilermando. A verdade é que Evaristo de Moraes assumiu a missão de provar que o jovem agira lícitamente ao defender sua própria vida e a do irmão Dinorah, matando Euclides. Uma tarefa fácil, não fosse a insistência da imprensa em colocar a opinião pública contra o “assassino de Euclides”. Como disse Evaristo, “quantas dificuldades para acalmar a matilha das paixões populares açuladas contra Dilermando”. Sua defesa jamais foi aceita pelos jornais, onde trabalhavam muitos amigos do grande escritor: “Contra o tenente Dilermando, tudo; a favor, nada. Nem que o senhor nos pague contos de réis”, declarou o jornalista a um amigo que lhe apresentara um artigo defendendo o tenente.

Enquanto delegado e advogado preparavam as respectivas munções, Dilermando via iniciar-se um calvário. Ainda não sabia que sua vida fora destruída. Que o pequeno mundo que havia criado com o mano, dona Saninha e Lulu, na casa da Piedade, naufragava em águas escuras. Sem família, sem o misto de mulher e mãe em que dona Saninha havia se tornado, sem o apoio de Dinorah, nada lhe sobrava. Seus parentes também tinham se afastado e as tias foram levadas para São Paulo. Já no

hospital militar, desligava-se da experiência anterior que considerava afortunada e boa, para prender-se num universo obscuro e ignorado, cujas raízes iriam sufocá-lo.

No hospital, era guardado por um sentinela que não o deixava um minuto. Primeiro passou por exames de raios X para detectar os projéteis. Padecia de dispneia, escarrava sangue e mal conseguia falar devido aos sangramentos do pulmão. Nos primeiros dias, em meio a dores atrozes, Dilermando sentia a aversão dos colegas. "Fisionomias sem bondade", segundo ele, desfilavam frente ao seu leito. Nos corredores próximos, ouvia murmurar a seu respeito. "Nas trevas de um sofrimento torturante, compreendi quase tudo...", escreveu mais tarde.

Quando teve alta, aturou a primeira tentativa de humilhação dentro do Exército. A ordem era de ser escoltado ao quartel. Só que enviaram um inferior em posto para acompanhá-lo. Dilermando protestou: "Se não o fizesse, até esse vexame teria sofrido." Sua prisão foi outro enigma. Ficou atrás das grades por dois meses antes que a ordem fosse dada por autoridade competente. Desde agosto sofreu uma coação ilegal.

"Quem me tolheu a liberdade antes do momento devido?", perguntava-se. Dilermando ficou preso, incomunicável, rigorosamente vigiado e proibido de ler jornais, de receber visitas ou correspondência. Achava que poderia ser libertado: afinal, fora atacado em casa! Surpreendeu-se quando um camarada de farda, também em tratamento na mesma enfermaria, deu-lhe "notícias da terrível situação em que se achava".

No final de agosto, pôde enviar a primeira mensagem a dona Saninha. Mensagem em que a dor do jovem apaixonado

fica em segundo plano frente à preocupação com o sofrimento da amante, que até então não lhe tinha mandado nenhum sinal:

“Querida S’Aninha

Se é grande a dor que agora me aflige mais ainda é o meu amor por ti. Longe, sem te ver, sem te sentir, sem te ouvir, a minha vida é um desespero que não tem alívio, que não tem fim. As saudades são muitas e o teu sofrimento, as infâmias que desgraçados e espíritos miseráveis procuram lançar sobre ti, muito me revoltam, pondo-me num estado de revolta horroroso. Quisera ver-te, ver ao nosso querido Luiz, e então os meus padecimentos se dissipariam incontinenti, mas não é possível, não? Pois bem, ao menos manda-me uma palavra de conforto, manda me dizer que ainda me amas e todas as minhas lágrimas se secarão. Assim, coragem, não te amofines que eu, ainda que nas galés, sempre serei teu, nunca a tua imagem se apagará do meu coração.

Sirvam-te de conforto as infâmias e as ofensas que sabes nunca pesam. A tudo suporte em tua memória e a ti ofereço esta dor. Não quero, e este é o meu maior lenitivo, que suponhas que eu não padeço também. Coragem!

Dilermando.”

Para se comunicar, os amantes passaram a recorrer a cartas clandestinas e a emissários amigos. Dilermando os tinha no Exército. Era querido. Não faltou quem ficasse do seu lado contra a campanha que se montava na imprensa. Mensagens de apoio chegavam, inclusive às mãos de seu advogado, incentivando-o na defesa do jovem tenente. E não faltavam os admiradores de

Euclides que rodeavam dona Saninha, na expectativa de herdar o espólio intelectual do escritor. Alerta, Dilermando procurava tranquilizá-la sobre a força do seu sentimento, mas também alertá-la para os riscos que corria: “ando muito bem informado e não me deixo iludir”, avisava. Que tivesse cuidado com os que a rodeavam, pois ali estavam para roubá-la. Aves de rapina estendiam suas asas sobre ela. Admoestava seu “espírito vacilante manobrado convenientemente” por desafetos. Que se confiasse a Evaristo de Moraes, capaz de cuidar dela como já cuidava dele. Que tivesse atenção também com a correspondência, pois as cartas eram violadas. E prevenia:

“Não sou nenhum bobo, não me deixo guiar senão por meu espírito que, felizmente, está mais lúcido do que o teu, ninguém me desvia da verdade e sei como agir. O que te ordeno, se é que ainda me amas, se é que ainda és minha esposa, se é que reconheces como nosso sangue esse pequeno mártir que por aí devaneia, é o que deves fazer. Cuidado, tu estás sendo roubada, enganada. Não duvides de mim.”

E pedia-lhe que viesse, à tarde ou à noite, à prisão para que ele lhe mostrasse a situação e repetia, “sou teu, sou o teu marido. Juro-o pela memória dos mortos e por ela peço-te que me ouças e não duvides do teu Dilermando”.

Além de trocarem informações, dona Saninha enviava-lhe livros e flores. Ele chorava, amava-a: “Tenho estado com imensas saudades. É uma infelicidade — quanto mais te vejo, mais te quero ver, mais se me despertam as saudades, as dores da tua ausência.” Ou “Quanta satisfação acabo de experimentar

com a leitura da tua cartinha. Sinto-me tão teu que me custa crer nesta ingrata separação. Agrada-me também esta prova de lembrança e cuidado que tens comigo, que me sinto orgulhoso possuindo-a". E batendo com insistência na mesma tecla da relação familiar: "Reconheço que tenho-te como esposa. Só uma legítima consorte poderá inundar de prazeres e consolações a alma angustiada de um proscrito." E sempre temeroso da vigilância, lembrava: "Manda notícias. Pelo correio, não."

Acusado tantas vezes de viver do dinheiro dela, ao contrário era ele que se ocupava das despesas: "Deve ter chegado aí, ou está prestes a isso, a encomenda que fiz de um colchão e travesseiro para a tua cama e para a cama do Luiz. Manda me dizer se precisas de mais dinheiro e quanto gastaste ontem. Compraste roupas para ti?" Pai amoroso, pedia que mandasse Luiz visitá-lo, "bem limpinho, bem vestidinho, risonho", como se os papéis familiares, que ele gostava de exercer, pudessem diminuir as agruras da prisão. A saúde não estava 100%. Alimentava-se mal, a "fim de fazer economias". "Ora, eu não estou acostumado a passar assim tão mal. Daí as dores de cabeça, as febres e as tonturas." O cárcere pesava-lhe sobre os ombros, "tudo isso me persegue há nove meses. Já estou fatigado. Deveras aborrecido. A provação é grande demais e já basta".

Todo o tempo que esteve preso, Dilermando se sentiu injustiçado. Teve oportunidade de expressar sua revolta num livro que escreveu posteriormente. Foram dois longos anos de espera pelo julgamento e posterior absolvição. Lúcido, o jovem tenente conseguia avaliar seu procedimento de companheiro zeloso e apaixonado como "perfeitamente normal e humano". E não "bárbaro e feroz", como o atacavam os caluniadores. Mas

tinha consciência também que foram “irrefletidas relações” que o conduziram a uma “catástrofe”. Que se tratou de uma “união adúltera” que resultou em “desgraça”. Se mentiu? Claro. Afinal, “afirmava a inocência da esposa para evitar à memória de Euclides o horrendo vexame da verdade”. Daí a fatídica entrevista que gerou o ódio dos jornalistas. “Sim, eu mentia, em parte. Mas mentia para poupar-me a fastidiosa e horrível narrativa dos fatos que na Pretoria foi feita por D. Ana”, reconheceu.⁸¹ Culpa ou sentimento de responsabilidade, a verdade é que, preso há três meses, endereçou à dona Saninha um curto bilhete:

“S’Aninha

Sabe que eu sou um condenado, um proscrito da sociedade, do mundo, porém que sou inocente, pois não?

Reconhecendo o mal que lhe fiz, pretendo recuperá-lo, oferecendo-lhe o meu nome.

Aceita-o? Espero breve resposta, que uma vez positiva, me fará seu marido.

Assim que me veja livre da iniquidade dos meus algozes, tornaremos então oficial o enlace que lhe proponho.

Sem mais, sou o grato amigo obrigado,
Dilermando de Assis.”

A prisão de Dilermando não parece ter feito bem à relação com dona Saninha. Alguma significação em o pedido de casamento ter sido feito por “um grato amigo obrigado”? Onde estava o grande apaixonado dos primeiros tempos? Nos poemas que lhe endereçava, havia um travo amargo. Dona Saninha mais

era sombra do que sol na vida dele. Palavras como engano e infidelidade pontuaram o soneto escrito em abril de 1910:

“Não me enganes
Se a dor que guardo n’alma tu sentisses
Da verdade fatal que me consome
Essa atroz confissão regada em nome
Desse amor que, eu supora, tu sentisses
Se mais franca tu fosses, oh querida,
Mulher que o riso ostenta quando chora
Essa loucura vil de que hoje coras
Farias de tormento a minha vida
Não o queres. Preferes lentamente,
Ir mostrando, infiel, o teu pecado
Aos poucos enganando-me inocente
Procurando fazer-te assim ver
Sem ver que assim esgotas o bocado
Que ainda me instiga a não morrer.”

Às vésperas do julgamento, outra complicação. Os jornais divulgavam que no Estado-Maior do 1º Regimento de Artilharia, onde Dilermando estava recolhido, ele “abusara de uma menor que o teria ido visitar”. Ele nunca a vira antes. Novamente submetido a inquérito, agora por crime de sedução, Dilermando vestia, mais uma vez forçado, a camisa de Don Juan. Mas o exame médico legal da vítima deu negativo, resultando em arquivamento a pedido do Ministério Público. Evaristo de Moraes disse logo ter suspeitado de uma “invencionice, obra gratuita dos seus perseguidores”. Logo procurou o *Correio da Manhã*, para explicar que se tratava de uma informação caluniosa. Mais uma.

Com habitual má vontade, *A Notícia* divulgou: “Fica assim mais ou menos provado que Dilermando não fez *mais nenhuma* vítima.” Por sorte, anos depois, vazou a informação. A suposta vítima foi internada no Hospício Nacional, com “acessos de erotismo”. Apurou-se também que guardava retratos dos seus amantes imaginários numa caixa, entre as quais uma foto do belo tenente. Amarelecida pelo tempo, fora arrancada da revista *O Malho*. Assim ela o ficou conhecendo.

No dia anterior ao julgamento, a imprensa foi procurar Evaristo de Moraes. Perguntado sobre se receava a severidade do júri, respondeu: “Nunca receei severidade. Só receio injustiça por má interpretação dos fatos.” E explicou que havia enganos deploráveis e equívocos tremendos na acusação feita a seu cliente. Dilermando agiu exclusivamente impelido pelo “estado de necessidade, em legítima defesa própria e de outrem”, visto que, achando-se em sua residência, foi agredido a tiros de revólver por Euclides da Cunha, que também atirou contra Dinorah. Definitiva, a frase constava da primeira peça de defesa nos autos.

Os jurados sorteados foram 12. Todos homens. Mulheres ainda não participavam dos atos da vida civil. Em parceria com o advogado Delamare Garcia, Evaristo de Moraes apresentou a tese de legítima defesa. No repto, desafiou quem quer que fosse da acusação pública a descobrir nos autos uma frase ou palavra que provasse a proteção de Euclides a Dilermando. Se isso ocorresse, abandonaria imediatamente a tribuna. Depois falou do passado do réu, dizendo que na sua infância fora educado por um tio, conhecido por Quincas Ratto. Demonstrou através de provas documentais que Dilermando jamais fora socorrido por

Euclides. Este conhecera o escritor muito tempo depois de ser amante de sua esposa.

Relembrou Santo Agostinho e Jean-Jacques Rousseau, aos quais chamou de sinceros por terem confessado os seus pecados carnis. Quem não teve desses pecados aos 17 anos? Em seguida, sustentou a doutrina que admite o adultério, desde que o seu responsável tenha pouca idade, classificando de convenções sociais as manifestações hipócritas dos que não têm coragem para confessar suas fraquezas.

Demorou-se em divagações acerca da diferença da responsabilidade do adolescente e do adulto. Citando vários autores, procurou demonstrar que não se pode falar em sinceridade dos atos de um adolescente porque ele nunca é imoral nem moral, mas simplesmente amoral.

Explorou a ação da imprensa, que rebaixou o réu à categoria de homicida comum. Negou o direito, defendido pelo promotor, de Euclides da Cunha entrar na casa de Dilermando. Falou, por fim, do exercício de legítima defesa por parte do réu, não só em relação à sua própria pessoa, como em defesa da adúltera. Justificou a impossibilidade de Dilermando fugir, alegando o ridículo do aspirante a oficial fugir em trajes menores, pés nus, dando as costas ao agressor de sua própria casa. A própria lei — argumentou Evaristo de Moraes — sustenta que não se pode fugir, sempre que essa fuga seja vergonhosa e perigosa.

Fez menção ao tiro de misericórdia que Dilermando teria dado da soleira da porta, quando Euclides já se achava abatido. Alegou ser difícil saber qual a reação de um homem atacado de surpresa, lendo vários autores e doutrinadores.

Analisou a suposta condescendência de Euclides da Cunha com o adultério, alegada pelo promotor, aludindo que o grupo

social repelia essa condescendência, que seria um verdadeiro *ménage à trois*.

Argumentou que a condenação, ainda que mínima, seria um absurdo, dentro das circunstâncias. Ou tudo ou nada! Se o júri reconhecesse a culpabilidade do réu, como assassino perverso, ingrato, miserável, que traiu seu protetor, que o condenasse; caso contrário, estava na obrigação moral de absolvê-lo. Evaristo de Moraes conclamou os jurados a exercer a sua nobre função, sem medo da opinião alheia e apreciações de censura ou de aplauso.

Findos os debates, fecharam-se na sala secreta os jurados. Veio o empate. Seis votaram pela condenação e seis pela absolvição. Além disso, houve contradição na resposta ao quesito que se referia ao motivo do crime. Frente à pergunta "se o réu cometeu o crime por motivo reprovável", sete jurados responderam que sim. Em seguida, ao votar os quesitos de defesa, seis jurados reconheceram que sim e outros seis, que não. Um dos jurados mudou de opinião, pois a legítima defesa não poderia ser considerada "motivo reprovável". Diante do empate, prevaleceu o entendimento favorável ao acusado: *in dubio pro reu*.

Ao ser dada a absolvição, desabaram sobre o júri as acusações de costume. Alguns parentes e fervorosos admiradores de Euclides da Cunha se exaltaram. Um chegou a ponto de ameaçar o advogado para que ele visse o que era "legítima defesa". "Está no pau!", ameaçava. "Você é um fiteiro. Não tenho medo de homens. Aqui e lá fora", retrucou Evaristo. Dilermando ficou preso até 5 de maio de 1911, quando foi posto em liberdade. O promotor apelou, alegando contradição nas

respostas dos jurados. O julgamento foi anulado e marcou-se um segundo, para 31 de outubro de 1914.

O País, que reunia amigos de Euclides e o maior responsável pela campanha movida contra Dilermando, ofereceu uma descrição fria e discreta do julgamento. Era como se de antemão os jornalistas reconhecessem sua inocência. O jornal não perdeu, contudo, a oportunidade de criticar a decisão, por voto de Minerva, a favor do acusado. Na seção atualidades, publicou uma caricatura mostrando a deusa da Justiça, cobrindo o rosto de vergonha, ao depositar seu voto em uma balança. A legenda: "Pobre Minerva...".

A *Gazeta de Notícias* deu ampla cobertura. Revelou que um rábula cabalava abertamente para que os jurados condenassem Dilermando, que a acusação era tão ruim que atuou em favor do réu e que, segundo a opinião de alguns, "quem devia estar sentada no banco era dona Ana".

Findo o primeiro julgamento, Dilermando precisava dar um sentido a todo o drama passado. Colar os pedaços e tentar ser feliz. Decorridos sete dias, a 12 de maio, ele se casava com dona Saninha.

Às vésperas do segundo julgamento, um jornalista da revista *O Século*, "para a satisfação dos leitores", foi ouvir Dilermando. Encontrou-o cercado de filhos. Em agosto de 1910, nascera João Cândido. Em março de 1912, Laura. Em setembro de 1913, Judith, e dois dias antes da entrevista, Carlos Frederico.

No Estado-maior da Cavalaria de Guerra, achou um homem jovem e amargo, dizendo-se "vítima da fatalidade". O lado antipático do caso — as mentiras sobre suas relações com Euclides — ainda estava no ar. Para dirimi-las, Dilermando exibiu todos os documentos que comprovavam que as acusações da

imprensa não eram mais do que “invencionices perversas”. Nessa mesma matéria vieram informações sobre Dinorah: “Está no hospício, louco e paralítico!” Para não morrer, Dilermando matou Euclides que, por sua vez, “matou” o aspirante Dinorah. O mano nunca se recuperou dos ferimentos físicos ou morais. O jornalista tudo acatou e reproduziu bastante bem impressionado. Foi das poucas vezes em que o tenente não foi adjetivado como de costume: “desprezível”, “asqueroso”, “despudorado”, “fera”, “covarde”, “cruel”, “besta”, “selvagem”, “bárbaro”.

Novamente Dilermando foi absolvido, desta vez com cinco votos contra dois. Ganhou o perdão judicial, mas a herança da “desgraça” se lhe colou à pele. Como os heróis trágicos, não se notabilizou por conquistas ou feitos, mas porque lutou até o fim para assumir uma falta que o precedia e o perseguiu, mesmo sendo inocente. Ele ganhou o processo, mas não pôde vencer o seu destino.

Capítulo IV

O quinto mandamento

Em princípios de junho de 1911, um número da revista *Careta*, em nota seca, noticiava: “Casaram-se o aspirante Dilermando de Assis e a mulher que foi a esposa de Euclides da Cunha. Os filhos do grande escritor à guarda de quem estão confiados? Incumbir-se-á de lhes formar o caráter a lamentável mãe transviada?”⁸²

Apenas 12 anos haviam transcorrido desde o dia em que dona Saninha conhecera Dilermando ainda no colégio. O enlace se deu no dia de São Pancrácio. O noivo tinha 23 anos, a noiva, 39, e vinha carregada de rebentos. A reparação foi feita. Ele começou a sustentá-los.

Quase dois anos de prisão num quartel militar e de ataques nos jornais o fizeram passar de menino a homem. Enquanto ele amadurecia, o país e o mundo mudaram. O Brasil, que exportava 97% da produção mundial de borracha, enfrentaria a concorrência asiática; a pianista Guiomar Novaes dava seus primeiros concertos em Paris; imigrantes japoneses começavam a se espalhar ao longo das terras da Estrada de Ferro Sorocabana; eclodiu a Revolta da Chibata; teve início a construção do Palácio das Indústrias em São Paulo; o Fluminense Football Club levava o título de 1911; o *Jornal do*

Commercio passava a publicar o folhetim *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, e Hermes da Fonseca foi eleito presidente, substituindo Nilo Peçanha.

A campanha de hermistas contra os civilistas, representados por Rui Barbosa, recolocou na cena política os militares, que tinham se afastado desde 1898. As casernas, antes silenciosas, se manifestaram na defesa do soldado-cidadão, salvador da pátria mergulhada em corrupção, coronelismo e cangaço. De nada adiantou os paulistas financiarem a campanha de Rui, que percorreu o país procurando o respaldo popular, fato inédito na vida republicana brasileira. Hermes da Fonseca foi o primeiro militar a se eleger por voto direto e ao assumir utilizou tropas federais para garantir a “política das salvações”. As “salvações” substituíam nos governos locais, sobretudo no Norte e Nordeste, candidatos favoráveis ao governo central, em detrimento de oligarquias que mandavam e desmandavam em benefício próprio. Entre intelectuais e camadas desfavorecidas da população, engordava um sentimento de desgosto com o conservadorismo político representado pelo presidente Hermes. O caldo de amarguras contra o Exército não ajudava a situação de Dilermando. Neste quadro, um militar que matasse um civil, mesmo em legítima defesa, não tinha a simpatia do público.

Mas não era só. A *belle époque* dos anos posteriores à proclamação da República não era tão *belle*. A criminologia, que antes avalizava a igualdade dos homens perante delitos e penas, passou a considerar delinquentes quase como um gênero humano singular, um sinônimo de perigo! A obsessiva europeização, levada a sério tanto no ambiente doméstico quanto no das políticas públicas, enrijeceu os papéis de gênero. Homens só podiam ser pais e provedores. Mulheres, mães e

esposas. Todos perfeitos. Quem rompesse a norma se comprometeria.

As transformações urbanas obrigavam a remodelagem do casamento como instituição social. Contra “os surtos grandiosos do progresso”, que “faziam oscilar o mundo”, era preciso procurar no lar “o ser estável que nenhum acontecimento pode abalar”, recomendavam educadores. Um sistema rígido de valores exigia a coerência de comportamentos, o que era difícil numa época de mudanças aceleradas. Ainda assim, as inovações introduzidas pela tal “vida moderna” incentivavam a defesa da família. E, nos jornais e revistas, se fustigava a “onda de imoralidade e perversão dos costumes que tenta levar de vencida tudo o que a humanidade possui de melhor”. Embora tentasse se adaptar às exigências do tempo, o casal Dilermando e dona Saninha era uma exceção aos modelos familiares. A dupla que resumia as tensões do início do século causava repulsa: eram vistos como dois “delinquentes”.

Sinal disto é o tom do texto da revista *Careta*. Humorística e contando com a colaboração dos melhores chargistas do Brasil, seu articulista não poupava dona Saninha. Se antes ela parecia “protegida” por sua histeria, era agora taxada de “transviada”. E, à sombra desta “lamentável mãe”, existiam filhos. Os havidos com Euclides e os com Dilermando. Os primeiros tendo sofrido perdas irreparáveis.

Na época da tragédia da Piedade, uma foto de jornal mostrava Sólon a conversar com um jornalista, diante de seu irmão Quidinho, o Euclides Filho. O pequeno, mão no queixo, parecia concentrar-se nas palavras ali trocadas entre entrevistador e entrevistado: se a família Cunha procurasse os

irmãos Assis, seria para duelar — ameaçava Sólon. Sim, matava-se pela honra, pela palavra e por um fio de bigode!

Longe ficaram os tempos em que Dilermando e dona Saninha foram juntos levar Sólon para o internato do colégio Anchieta, em Friburgo. Distante também a amizade que tinha o filho primogênito de Euclides por Dilermando. Da escola, no início do ano letivo, Sólon sublinhava, sem rodeios, escrevendo ao amante da mãe:

“Note bem, das pessoas conhecidas, incluindo todos os meus parentes, a única pessoa que me escreveu foi você. Sinto uma saudade de ti! Eu, no meu natural, pareço estar alegre, mas o meu íntimo está triste como o triste som do calvário. Antes de ires embora me venha visitar, sim? Do amigo sincero, Sólon.”

Por biógrafos de Euclides, sabe-se que nessa mesma época o reitor do colégio escreveu a ele dizendo que os dois irmãos, Sólon e Quidinho, eram a indisciplina “em forma de garotos”. Ao receber a carta, o pai embarcou imediatamente. Em Friburgo, ouviu, silencioso e distante, o padre. Por fim, mandou chamar os meninos, que lhe apareceram constrangidos. Mandou sentar. O padre aguardava um temporal. Tudo o que ouviu foi:

“Soube do que se passou. O padre Yabar me disse tudo. Volto hoje mesmo para o Rio. Vocês devem ter muita cautela. Estudem matemática sem descanso, com afinco, e tragam os dentes bem limpos.”

Despediu-se do reitor, dispensou os meninos e regressou à capital. Euclides não correspondia ao modelo burguês de pai terno e amoroso, que busca criar para seus filhos intimidade e

intensidade afetivas. Ao contrário, tinha destemperos tão grandes que o avô chegou a interferir, pedindo-lhe paciência com os netos. A certo amigo, Euclides certa feita escreveu: “Também por aqui anda a praga dos filhos. Nasceu mais um no dia 16 de novembro. Chamei-o Luiz percorrendo o calendário exausto.” Para eles, filhos eram um castigo. E Lulu, o bastardo, o maior deles.

Dona Saninha, por seu lado, não se enquadrava nas regras da época. Tanto o positivismo, no qual foi educada, quanto a Igreja católica, que ditava as normas na sociedade de então, preconizavam que o papel da mulher era um só: esposa, mãe, dona de casa. “Anjo tutelar da família”, modelo de perfeição na transmissão dos valores e da educação, que era complementada pela escola. Sua paixão por Dilermando a distraiu destas tarefas. Nem obediente ao marido, nem pura como queria a imagem ideal feminina. Os filhos com Euclides nunca tiveram um lar e, muito menos, o anjo guardião. As sucessivas mudanças de endereço, os pensionatos por longos períodos, tudo os afastava da casa onde deveriam ser educados como “cidadãos dignos”.

As consequências da desagregação familiar eram visíveis no temperamento de cada um. Sólon, por exemplo, mentia. Primeiro ao pai. Depois à mãe e, depois, ao “amigo” Dilermando. E, para livrar-se da pecha de comparsa dos amantes, trunco informações várias vezes à imprensa, como revelou o *Jornal do Brasil*: “O menor Sólon declarou mais que estava na casa da Estrada Real de Santa Cruz por ocasião da tragédia — Já não diz que chegou depois.” Na verdade, ao saber que o pai chegara, escondeu-se debaixo da cama da empregada. Medo, vergonha ou sentimento de rejeição? Afinal, queixava-se aos padres do colégio: “Papai não gosta de mim; prefere o Quidinho.” Sólon

mutilou sua versão tantas vezes durante o inquérito que “tonteou o delegado”, segundo o *Jornal do Brasil*.⁸³

Euclides Filho, o Quidinho, por seu lado, era menino doente, frágil. Quando da morte do pai, disse aos jornalistas também querer levar um tiro e ir fazer-lhe companhia. E Manoel Afonso, pouco mencionado, cresceu à sombra do naufrágio familiar, espectador das intimidades de Dilermando e dona Saninha, enquanto Euclides estava fora. O carinho das tias de Dilermando teria conseguido abafar o insólito da situação? Nas fotos de infância, não há sorrisos, colo de mãe e de pai ou demonstrações de afeto. E sim pequenos de fisionomia sombria, braços caídos ao longo do corpo, sem espontaneidade.

Logo depois do casamento, foram todos morar juntos. Dilermando não queria “expulsar de casa o filho de sua vítima, tornando-a outra”. Amparava a todos. Algum tempo depois, Sólon se empregou na polícia, passando a pernoitar lá. Ia à casa do casal, na rua Pedro Ivo, número 117, em São Cristóvão, apenas em visita. Logo após a morte do pai, seu irmão Euclides, que já estivera enfermo, adoeceu novamente. “Tinha visões e terror noturno.” Primeiro, foi tratado pela mãe a expensas do modesto soldo do padrasto. Depois, foi residir com um tutor, o médico dr. Sá Pereira. Nesta época, dona Saninha desistiu da biblioteca do finado marido em favor de Quidinho.

Já o pequeno Manuel Afonso, de início, foi confiado aos cuidados da avó, D. Túlia, e posteriormente internado num colégio Salesiano em São Paulo. Os tempos eram duros, o salário de Dilermando, limitado, e a família não parava de crescer. Devido à permanência dos filhos de Euclides em sua casa, D. Saninha pediu ao juiz de órfãos alguma importância para sua subsistência. Só uma vez foi atendida pelo magistrado.

O tutor dos irmãos era um primo e amigo dileto de Euclides, Nestor da Cunha, que não via dona Saninha com bons olhos e sempre procurava distanciar os meninos de seu convívio. Inventariantes, advogados, parentes, “ninguém até então se preocupara com a sorte destes meninos a não ser para acirrar-lhes o ódio contra a minha pessoa e a de sua mãe”, queixava-se Dilermando.

Em 1911, os filhos de Euclides começaram a se afastar. A decisão parecia uma solução para os problemas materiais e psicológicos da frágil família. Sólon partiu para o Mato Grosso, e com a imprecisão que, segundo Dilermando, caracterizava seu temperamento, foi pedir a bênção de dona Saninha. A influência dos amigos já se fazia notar no ressentimento que nutria contra o casal. No início da viagem deu alguma notícia. Depois, esqueceu-se de todos. Não respondia às cartas, nem se comunicava. Foi só em 1915, quando decidiu regressar ao Rio de Janeiro, que voltou a escrever. Telegrafou anunciando a chegada, “amigo, meigo, carinhoso”. Marcou encontros com sua mãe. Nunca, contudo, sem segundas intenções. Logo pediu a dona Saninha umas tantas autorizações a propósito dos bens a haver, tais como o anel de grau do pai e os originais de *Os Sertões*. “Obtém-nos e de novo se transforma”, contou, ainda, Dilermando.

Frustrado, Sólon se tornou ameaçador. Depois de ter se queixado de falsos protetores que o iludiam com promessas nunca cumpridas, “fugia, esquivava-se, negava sua estadia na casa onde morava”. Durante esse período na capital, recebeu novo convite de trabalho. Antes empregado pelo governo em Mato Grosso junto à Comissão de Linhas Telegráficas, agora partia para o Acre, onde ia viver como delegado de polícia.

Nesta época, procurou Dilermando e dona Saninha. Foi despedir-se e tranquilizá-los. Era voz corrente, entre parentes, amigos de Euclides e jornalistas a ideia de que os meninos deveriam vingá-lo, e que abominassem publicamente a mãe. Sólon desfez as dúvidas. Declarou não existir por parte dele ou dos irmãos nenhuma intenção violenta de desforra. “E finalmente parte sem nada dizer, desta vez sem levar a bênção materna, para o Norte... para a independência... para a morte”, anotou, mais tarde, Dilermando em suas memórias.

Enquanto isso, Quidinho encontrava-se interno no colégio americano *Granbery*, de Juiz de Fora. Nessa excepcional escola, voltada para o ensino do “livre pensar”, multiplicavam-se os grêmios literários e não faltavam os admiradores do grande autor que foi Euclides da Cunha. Se o prestígio do pai alimentava o narcisismo do adolescente, nutria também um envenenado desejo de vingança. O jovem bebia desta taça, com sede.

Quando a mãe quis ir visitá-lo no colégio, Quidinho a preveniu:

“Quanto ao que escrevestes, a respeito de vires visitar-me, fiquei muito satisfeito, porém tenho uma objeção a fazer; como sabes a língua é pérfida e injuriosa. Vindo aqui poderão os espíritos obnubilados falarem. Dirão que dou-me com o assassino de meu pai, pois estás casada com ele.

Não quero falar contigo aqui em Juiz de Fora, porque como sabes, não poderei ter muita liberdade, pois, como já disse, nesta cidade (como em todas) há muita gente que só gosta de ‘bater língua’.

Portanto, marque o dia, o lugar, qual o trem que toma e mande o preciso para eu ir. Adeus, abraça-te o filho

afetuoso, Quidinho.”

As marcas da tragédia da Piedade eram visíveis. Quidinho sabia que os colegas e professores o espreitavam, que sorriam atrás das portas e janelas e o apontavam o dedo. Seu sofrimento o conduzia a um novo drama: tanto na escola como em todos os ambientes em que vivia, seria diariamente diminuído por não haver vingado a morte do pai. Tinha que se afastar, pelo menos publicamente, de dona Saninha, e preparar-se para enfrentar Dilermando. O menino outrora magrinho e franzino passou a se dedicar às atividades físicas. Ganhou corpo graças à ginástica. Seu esporte preferido? O tiro ao alvo.

O rapaz vivia mergulhado numa sociedade machista onde se acreditava que uma nódoa na honra tinha que ser lavada em sangue. Dentro destes princípios, eliminar Dilermando seria a única solução. As marcas de balas contariam aos colegas a narrativa de sua vingança. Para isso, era preciso odiá-lo. Ou odiá-los ambos. Afinal, a mãe contrariou as virtudes femininas de sua época. E nunca mostrou remorsos, pedindo desculpas à família ou renegando o amante. Por isso mesmo, de ano em ano, as relações com dona Saninha se debilitavam. No início, era uma simples fissura, mas ela se abriu rapidamente.

Em 1912, a troca de correspondência azedou. Acusações de ambos os lados se multiplicaram e o rapaz acabou por pedir à mãe que “não mais lhe escrevesse, visto ter que vir para o Rio e não querer com isso ser prejudicado em sua carreira e em seus interesses”. Sentia-se cada vez mais ameaçado por não ter ainda vingado o pai ou rompido com dona Saninha. As relações coercitivas entre alunos, dentro do colégio, alimentavam essa disposição. Amigos de Euclides e colegas da escola lhe

lembravam todo o tempo que não bastava liquidar Dilermando. Mas que era preciso incorporar os valores que se associavam ao gesto que o eliminaria: coragem, bravura, virilidade. Em certa disputa com um colega, este lhe retrucara: “Não me bato contigo porque tu és um covarde. Pois não tivestes coragem de matar o assassino do teu pai.” Humilhar-se era um vexame. Pois Quidinho não ia se deixar “desfeitar”.

Ao final deste mesmo ano, regressando ao Rio, a gota-d’água: uma carta de dona Saninha o acusava “por ter infringido o preconceito imposto pela Dignidade [...] traindo suas relações filiais e acovardado pelo *bater língua*”. A resposta não tardou. Ele não quis encontrá-la e foi além: intimou-a novamente a não lhe escrever, até segunda ordem. E não mais deu notícias.

Manuel Afonso, o mais moço, conservava-se em silêncio. Não se manifestava, nem revelava o que lhe ia à cabeça. Diferentemente de outras mulheres, nesta época, dona Saninha parecia ignorar que a vida em sociedade só era possível se respeitadas as diferenças de sexo e de gerações. Que ter filhos adolescentes era enfrentar uma fase determinante e dolorosa em que se criavam oposições entre velhos e moços. A sucessão de gerações só seria estável e contínua se os filhos tomassem os lugares dos pais na boa hora, segundo a ordem prescrita. E não na violência. Com um companheiro quase da idade dos meninos — Sólon tinha só quatro anos a menos do que Dilermando —, a mãe embaralhou as regras tradicionais, acentuando as tensões.

Depois do casamento, com os filhos de Euclides afastados do casal, Dilermando recebeu uma ordem do Exército: mudar-se para São João Del Rey, em Minas Gerais, para servir na 51ª Brigada de Cavalaria. A cidade conheceu o seu auge no final do século XIX e início do século XX, avanço comprovado pela

arquitetura das mansões do centro, mais modernas do que em outros municípios históricos. Obras-primas do período colonial, como a igreja de São Francisco, cuja portada foi esculpida por Aleijadinho, e outras igrejas barrocas como a catedral de Nossa Senhora do Pilar e a de Nossa Senhora do Carmo, ombreavam com as instalações do Exército, localizadas há poucos quilômetros do centro.

Mas o ambiente era o mesmo das pequenas cidades do interior, onde dona Saninha já vivera em companhia de Euclides: São José do Rio Pardo, São Carlos do Pinhal, Guaratinguetá. Tacanho! No interior, como "se batia língua". Em São João Del Rey também seriam conhecidos: ela "transviada", ele, "assassino". Fugindo dos rumores, dona Saninha vivia para a casa e os filhos pequenos. Nem pensar em trabalhar em espaço público, posição considerada indecorosa para uma mulher casada. Dilermando mergulhou fundo na carreira e no trabalho. Os problemas familiares o faziam cada vez mais aplicado. Sim, fora treinado para a carreira militar desde a infância. Mas havia um investimento suplementar que nascia da necessidade de sufocar a dor. Estes eram tempos em que homem não chorava, não se queixava e não podia se mostrar fragilizado. Por isso, um excepcional militar emergia do sofrimento.

Também foi na sala de sua casa em São João Del Rey que Dilermando fotografou dona Saninha em escuras vestes de gala, chapéu com pluma, um ramo de flores entre as mãos. A mulher envelheceu. Nem um sorriso, mesmo no olhar. Ganhou peso e perdeu alegria. O rosto, antes delicioso, se enfeara. As feridas da alma não a pouparam.

Ainda em São João Del Rey, Dinorah foi operado na Santa Casa de Misericórdia. A bala com que Euclides o atingiu pelas

costas se alojara na coluna. O calor do projétil era suficiente para provocar a hemiplegia. Tratava-se de cirurgia complicada, capaz de afetar sensíveis feixes de nervos. Dilermando se sentia responsável pelo mano e pelo que lhe acontecera. E registraria anos depois, "foi a mais infeliz das vítimas do meu erro dos 17 anos":

"Apenas metade do corpo vivia; aleijado, amparado num bastão, com sua carreira na Escola Naval destruída, remoendo ressentimento, afastado de todos os prazeres singelos da mocidade, tolhido na sua virilidade, Dinorah carregava o desgosto profundo de precisar deixar o mundo, no qual apenas entrara, sem dele tirar nenhum proveito. O aleijume apartara-o irremediavelmente da mais humilde felicidade", resumia Dilermando, com a consciência torturada.

No ano seguinte, Dilermando foi mandado para São Luís das Missões, no Rio Grande do Sul, onde uma unidade do Exército se instalara em 1905. A chegada do 3º Regimento de Cavalaria trouxe alguns fatores de progresso para a região. A escalada profissional começou. Um convite da 1ª Brigada para servir como ajudante de ordens o reteve e estava perfeitamente integrado à forma do soldado perfeito: era querido, competente, corajoso. Desta época, datam inúmeras cartas de colegas de farda, sinceros apreciadores de seu caráter:

"Fica, agora, tranquilo, meu amigo, aí no teu ermo, sob o esplendor do céu latino. Amando e enaltecendo até o delírio o estandarte do teu regimento, resgatarás do futuro a grande usurpação que a cegueira das multidões te fez. Nem te preocupem ânsias de reabilitação. Esta virá com o tempo e com o amor que dedicas à profissão."

Dilermando era amparado e aplaudido por um grupo de amigos e admiradores. Gente que pensava como ele: um soldado não foge à luta; matou Euclides em legítima defesa; a honra o obrigou a aceitar o duelo. As amizades viris alimentavam a convivência. A comunidade de interesses ancorada nos princípios militares era um verdadeiro lenitivo contra a solidão: “aperta-o ao coração num verdadeiro amplexo de dó, de simpatia e de admiração”, diziam as cartas. Tudo para fortalecê-lo.

Aquele lugar, segundo ele, era uma das piores guarnições da cavalaria nacional: “um eremitério. Sem luz, sem água, sem esgotos... Carência de tudo... Um degredo!” Dilermando se descrevia como “um moço que a mão pesada do destino mergulhara num abismo, de onde saiu, com as mãos manchadas de sangue, é verdade, mas com a alma justificada no terrível cadinho dos sofrimentos”. As ilusões de outrora contrastavam com a aridez das realidades presentes. Aos 27 anos, o jovem tenente parecia mastigado pelos desgostos familiares, enquanto sua poesia revelava um homem tão solitário quanto culpado.

“Se acaso alguém passar em rumo certo
Atento o olhar no vasto descampado
Para as bandas do poente, verá perto
Negro vulto no campo desnudado
E afirmar poderá que um lar referto 84
Outrora foi. Desfeito e ora escolmado
A sombra da desgraça, em vil concerto
Todo ali convertera aquele estado
Retal de outro fantástico e deserto
Mas naquele montão abandonado

Das ruínas invadidas pela hera
Alguém não extirpara o fado incerto
Ainda que esquelético e alquebrado
Habita-o um ente — o gato da tapera.”

Dinorah era uma ferida que não fechava. Em 17 de dezembro de 1913, por exemplo, Dilermando dava notícia do “lamentável estado molesto do meu desditoso irmão” e investia contra o jornal gaúcho *A Verdade*, que o atacara com uma manchete espaventosa: “Um dos assassinos de Euclides da Cunha vai para o hospício.” Não, protestava! Ele só deixara a Escola Naval por ter sido ferido, perturbado e perseguido:

“Pois bem. Este moço, de invejável robustez, estudante, militar, aspirante a oficial, de brilhante futuro, teve todos estes e mais alguns predicados seccionados por uma bala de revólver Smith tão assassina quanto as minhas. Foi contra essa existência que o dr. Euclides tentou — sem crime algum cometer, senão o de tê-la abatido de uma vez —, com aplauso geral e unísono... Ferido na espinha dorsal, entre as omoplatas, por certo sofreu uma lesão no sistema nervoso. Daí a perturbação cerebral nele logo notada pelos íntimos seus, conseqüente do choque traumático provável. O fenômeno da hemiplegia não se fez tardar.”

E Dilermando defendia o mano. Frente ao subtítulo da manchete — “destino, castigo ou tara?” — respondia com veemência: “Não, bala assassina pelas costas. Dinorah, pois, foi uma vítima, um desgraçado, de fato, não um castigado ou tarado.” Há pouco tempo, os Assis ainda eram os dois irmãos

atléticos e esportivos, jovens e independentes. Um, campeão de tiro, o outro, de futebol, atraíam a atenção da vizinhança na Piedade por sua vida sadia e alegre. Dinorah, então, se destacou no ano em que o Botafogo Football Club fez a sua mais bela campanha, tendo vencido o Campeonato Carioca de 1910, sendo alcunhado de "O Glorioso". Ele era reconhecido pelas ruas, festejado e invejado. Tinha a vida pela frente. Vida que uma bala disparada por Euclides roubou.

Em 1915, a família tornou a residir no Rio de Janeiro. Dilermando voltou para responder ao processo aberto pelos amigos de Euclides contra ele, do qual seria novamente absolvido. Dinorah preferiu ficar na província do Rio Grande, onde possuía parentes. Apesar de suas limitações físicas, parecia mais à vontade e menos perseguido pela imprensa. Dilermando se instalou próximo da Escola Militar em Realengo. Acharam uma casa na fazenda dos Macacos, cujo nome vinha da propriedade que pertencia ao barão de Drumond, dono de terras ocupadas pelo Jardim Zoológico. Os loteamentos e a abertura de novos bairros acompanhavam as companhias de bondes, que funcionavam integradas com a estratégia do crescimento imobiliário. Dilermando encontrava-se matriculado no curso de engenharia da Escola Militar e recebia louvores pelos serviços prestados ao 51º Regimento de Cavalaria.

Tinham uma vida de casal empobrecido. O subúrbio era negligenciado pela administração pública. Faltavam luz, água e os problemas de limpeza pública se acumulavam. A precariedade dos transportes para outras aéreas da cidade ou a carestia foi motivo de vários protestos. Em 1912, por exemplo, o desabastecimento e a elevação dos preços da carne fizeram com que a população invadisse e incendiasse os açougues de

Madureira. Distúrbios explodiam sempre que havia aumento no preço da passagem dos trens da Estrada de Ferro Leopoldina. Também na região era ativa a Federação Operária do Rio de Janeiro, adepta do anarco-sindicalismo, mentora de uma Campanha Contra o Alto Custo de Vida.

Em maio de 1912, dona Saninha enterrou seu filho caçula, Carlos Frederico, com menos de um ano. Ela já contava 42 anos, enquanto Dilermando tinha apenas 26. A casa abrigava os pequenos Luiz, João Cândido, Laura e Judith quando ela engravidou de novo. O próximo seria Frederico Guilherme. É provável que a escadinha de filhos pequenos não os permitisse gozar das vantagens de morar na capital.

Dona Saninha e Dilermando não frequentavam mais o agitado Centro. Não eram adeptos do “passeio familiar ao ar livre”, circulando entre a rua do Ouvidor e as avenidas Central e Beira-mar, como faziam antes. Raramente iam arejar nos jardins do Passeio Público ou, como outras famílias, improvisar piqueniques em Paquetá ou nas Paineiras. Não eram membros de *Clubs de Sports* que atraíam mais e mais espectadores e torcedores. A cidade oferecia competições de natação e canoagem na baía. Jogava-se malha e pingue-pongue. O casal que, outrora, na pensão Monat, praticava “tiro ao alvo com dardos”, ficara para trás. Passava ao largo das diversões típicas dos subúrbios: as visitas ao Jardim Zoológico, que importara novos animais de várias partes do mundo. Evitavam a Quinta da Boa Vista, que explorava um restaurante e pequenos pavilhões onde o público se refrescava. E o futebol, que mudava de esporte de elite para esporte popular, na segunda década do século, se tornou tabu por causa da doença de Dinorah. Se o

lema da época era “a família exige respeito”, Dilermando procurava dar à sua todo o respeito possível.

Mas não bastou. Em 1916 a desgraça lhes bateu mais uma vez à porta! Em suas vidas, as tragédias se sucederiam e Dilermando, novamente, seria colhido pela mão do destino. Em meados de maio, Sólon foi assassinado por grileiros no Acre. Tendo seguido para uns seringais, na região do rio Jurupari, a fim de prender bandidos, estes lhe acertaram um tiro no estômago. Deitado numa rede e a caminho de um barracão onde receberia cuidados médicos, morreu, chamando pelo pai. Lá mesmo foi sepultado. Tinha 23 anos.

Um mês depois, Manoel Afonso, que aos 15 anos vivia com o tutor, fugiu de casa. Explicou que sentia muita falta da mãe. Assustando a todos, chegou à fazenda no meio da noite fechada. Implorou para permanecer ali. Não queria residir com Nestor da Cunha, que acusava sua mãe de “assassina de seu pai” e, agora, de seu irmão Sólon. Parecia horrorizado ante a possibilidade de ser reconduzido a São Paulo, onde viveu sete anos de orfandade. Falava em internar-se pelo mato, em fugir, em matar-se. As tensões com o primo e amigo dileto do pai pareciam esmagar o adolescente.

A permanência do filho com a mãe revoltou os parentes de Euclides e causou enormes problemas. Mais de uma vez, policiais estiveram na fazenda para retirá-lo de lá à força. De início, sem nenhuma ordem judicial, apenas atendendo a um pedido do tutor. No entanto, ao verem Manoel Afonso abraçado à mãe e pedindo para não ser levado, os policiais desistiram da empreitada.

Teve início um vaivém entre dona Saninha e o primo de Euclides na disputa pelo menino. Na última ocasião em que isso

aconteceu, o delegado encarregado pediu a Dilermando que comparecesse ao cartório do juiz de órfãos, acompanhado de Manoel Afonso, para explicar a situação. Afinal, a história que chegara ao conhecimento do juiz era completamente diversa dos fatos reais.

À mesma audiência perante o juiz de órfãos compareceu o advogado de Nestor da Cunha. Houve acalorado debate entre ele e Dilermando. Ao final, o juiz decidiu atender a vontade de Manoel Afonso, determinando, porém, que lhe fosse nomeado outro tutor. A sugestão de Dilermando: um militar. Ao final da audiência, o advogado de Nestor ameaçou: "Euclides Filho anda muito nervoso, muito neurastênico; é preciso uma providência." O aviso pairou como uma intimidação ao casal, mas, sobretudo, uma advertência à mãe, que parecia ter abandonado os filhos de Euclides à própria sorte.

Consequências? Muitas. De fato, Quidinho estava cada vez pior. Nada o obcecava mais do que vingar o pai. Sua entrada na Escola Naval acelerou o contato com os princípios da honra, tão caros ao meio militar. Bater-se em duelo lhe permitiria escapar ao ridículo, ao riso dos camaradas de farda e do público. Ele tinha que reconquistar, por um ato excepcional, sua dignidade social. Ele também faria valer a sua bravura e o seu vigor, medindo-se contra um rival cuja coragem era reconhecida.

Mas Quidinho sofria também das acusações que pairavam sobre Euclides. Havia uma lógica na tradição popular que desprezava o "marido traído": ele não soubera se fazer amar. Faltara com qualidades físicas e morais ao indivíduo de seu sexo e não cumprira suas funções de maneira satisfatória. Quidinho não queria este retrato para o pai num momento em que se criavam "cultos euclidianos" no Ginásio Nacional — antigo

Colégio Pedro II. Lá, ex-alunos, comovidos pela trágica morte do escritor, zelavam contra “difamações”, promoviam estudos de sua obra e romarias a seu túmulo. Havia que preservar a imagem de Euclides.

Na *Revista do Grêmio*, dias antes de tentar matar Dilermando, Quidinho lançou:

“Meu pai o perdoou no seu último suspiro por julgar infundadas suas suspeitas!... Hoje, porém, eu sei que não eram, mas... que pelo contrário, minha progenitora, enviuvando-se, veio a se casar com o assassino de meu pai... A justiça não procedeu como devia! Quem deverá castigar semelhante crime?

O futuro dirá!...”⁸⁵

Contou mais tarde a meia-irmã, Judith, que Quidinho “estava convenientemente estimulado a pôr fim à ignomínia que era seu irmão metido na casa do assassino de seu pai”. Tanto os parentes quanto os amigos incitavam-no a acertar as contas com Dilermando.

Posteriormente Dilermando diria que, enquanto Quidinho se correspondia com a mãe, nunca o julgou capaz de uma vendeta. Mas, “que se recolheu ao absoluto mutismo, depois de sua inclusão na Escola Naval.” Na verdade, esperava um encontro leal, precedido de formalidades. “Jamais supus que, aprimorando seu espírito nos princípios de honra e cavalheirismo professados em nossas escolas militares, pudesse um dia vir a me acometer pelas costas e de surpresa, como de emboscada.” Pois foi o que Quidinho fez.

O cenário: rua dos Inválidos, dia 4 de julho de 1916, 13 horas, no cartório do 2º ofício da 1ª vara de órfãos da então capital da República. Dilermando, absolvido por duas vezes no processo de homicídio contra Euclides, ia pôr em prática um pedido de dona Saninha. Solicitou ao escrevente o processo de tutoria de Manoel Afonso. Sua intenção: ver de que forma o adolescente poderia ficar sob o mesmo teto que a mãe.

Mal começou a ler o processo que solicitara ao escrevente, ouviu uma detonação. Sentiu-se ferido, com a vista turva e as pernas bambas. Foi atingido em série na pleura, no pulmão e no diafragma. Dilermando se voltou para a direita e viu recuando um vulto trajado de escuro com o brilho de metais. Tratava-se de um aspirante da Marinha. Apesar de não ter visto o seu rosto, presumiu logo que havia de ser de Quidinho.

Lembrando-se de que era um dos filhos da mulher com quem há pouco se casara, e, portanto, um irmão de seus próprios filhos, procurou retirar-se, dirigindo-se a passos rápidos para a porta da rua. Esperava ser socorrido pelos presentes. Mas as pessoas fugiam.

“Houve em pleno cartório uma debandada quase geral, procurando cada um se colocar ao abrigo da pontaria de um revólver fumegante”, dizia o *Jornal do Brasil*. “O aspirante Euclides da Cunha Filho, logo que pronunciou a frase ‘Miserável!’, descarregou com presteza seis tiros de revólver. Logo que recebeu o primeiro tiro, o tenente Dilermando jogou para o lado a petição que lia e levantou-se apressadamente. O aspirante, sem se arredar do lugar em que se achava, continuava a alvejá-lo. O tenente Dilermando, vendo-se em perigo, continuando alvejado,

segurou então uma cadeira e com ela abriu passagem para a rua. Enquanto isso o aspirante Euclides descarregava seu revólver [...] Fácil é presumir a confusão que dentro de curto instante se estabeleceu no local. Os funcionários do cartório, apavorados, corriam para a rua, enquanto os serventuários do Fórum iam à demanda do local, a fim de verificar do que se tratava”, detalhou o *Jornal do Commercio*.

“E a esse estampido sucederam-se muitos outros. Houve uma grande confusão no cartório. Dilermando já ferido afastava-se para a porta de saída, continuando a ser alvejado por Euclides. Já na calçada, Dilermando retornou para dentro do cartório então também de revólver em punho, travando-se um emocionante e verdadeiro duelo. Descarregadas as armas, os dois contendores tombam ensanguentados no chão. Estavam mortalmente feridos. Era já enorme a aglomeração de populares que acudiram aos estampidos e a balbúrdia. A confusão havia chegado ao auge”, esclareceu *A Noite*.

Caído, ferido, Dilermando perguntava: “Ele morre, esse menino?”. Acalmaram-no. “Eu queria beijar os meus filhinhos. Sei que não poderei, vou morrer”, murmurava. O jornal *Imparcial* registrou: “O destino não quis que o filho de Euclides da Cunha vingasse o seu pai e orientasse dignamente seu irmão. Dilermando de Assis tinha que, mais uma vez, ensopar as mãos de sangue da sua primeira vítima. E o assassino aí ficar para ensopá-las — quem sabe — uma terceira vez...”

Os primeiros boletins da imprensa davam Dilermando como morto e ele seguia como o “monstro, miserável, sicário, facínora.” Já sobre Quidinho choviam adjetivos: “digno, bom,

morigerado, honrado, distinto.” O telefone do hospital central do Exército, segundo a *Gazeta de Notícias*, não parava de tocar com insultos:

“Como vai o bandido?”

“Quem?”

“O miserável?”⁸⁶

“Não tem aí quem dê uma injeção nesse bandido e o mate de uma vez?”

No bolso de Quidinho, achou-se um envelope com vários textos que atestavam a premeditação do atentado. Havia uma relação de despesas feitas na Escola Naval que precisavam ser cobertas — 10\$000 à lavadeira, 22\$000 ao sapateiro, 8\$000 ao charuteiro etc. A encomenda de uma coroa de flores a ser posta no túmulo do pai, bilhetes de despedida aos tutores e ao irmão Manoel Afonso; versos do tipo “Quero vingar a morte crua de dois entes / Que já não mais na terra os tornarei a ver... / Meu Deus! Me auxilia!... És pai e também sentes / O quanto sinto n’alma...Nest’alma a padecer!” O *Jornal do Commercio* confirmou a pressão dos amigos ao informar que: “ao entrar na Escola Naval, uma atmosfera de desconfiança se formou em torno dele. A maledicência não poupou o brioso moço, que fora vítima de cruéis intrigas. Os seus colegas, por isso, ficavam em expectativa. Euclides, porém, com o tempo foi sendo olhado com interesse pelos companheiros, que acompanhavam sua vida nos mínimos detalhes.”⁸⁷

Ao deixar a instituição, uma semana antes, “já foi com a ideia de realizar o encontro com Dilermando, e isso se verificou pelo fato de ter se despedido carinhosamente de todos os colegas e pessoas da escola. O inditoso moço não se esqueceu de ninguém, despedindo-se até do sapateiro. Ao despedir-se do

barbeiro, disse-lhe que com certeza não voltaria mais". Quidinho mais foi morrer do que matar.

Mas o mesmo envelope trazia as marcas do ódio no qual vivia mergulhado o rapaz. Numa outra carta se liam as "Declarações de Euclides Filho": "A quem isto encontrar peço que faça com que o público fique conhecedor das causas que me levaram a agir do modo como agi." Dilermando era seu único alvo. Por saber que corria sério risco de vida, Quidinho optou por cair atirando. Num testamento, deixou acusações pesadíssimas que queria ver divulgadas:

"Declaro que:

O bandido Dilermando (que faz parte do nosso infeliz Exército — cheio de patifes — pois que se assim não fosse dele não faria parte) há muito que deveria estar morto, a bem da moral pública e civilidade atual.

Este famigerado, cínico e espécime real de degenerado nato só tem feito na vida crimes tão hediondos, que um só bastaria para condenar à morte a qualquer outro, em país estrangeiro.

Citemo-los:

1º Quando em criança, roubou de seus parentes (tios, avós e pais), como me relatou um dos primos, Camilo Ratto, não só dinheiro, como objetos de uso.

2º Quando sua mãe adoeceu mortalmente tentou ele, já rapaz, esbordoar um tio seu, com uma acha de lenha, causando forte comoção à sua progenitora.

3º Quando aluno da Escola de Guerra roubou uma manopla de esgrima, sendo que o poderiam atestar seu ex-

mestre, 1º tenente honorário da armada Jacob Nogueira, e minha progenitora, que foi quem encobriu o fato.

4º Abusando da hospitalidade dada por minha mãe na ausência de meu pai, a conquistou, abusando do seu estado de fraqueza mental: explorando-a mais tarde, já em dinheiro, já em proteção...

5º Assassinou, emboscado em sua casa (pois sabia, por espionagem feita por seu irmão Dinorah, que meu pai iria pôr tudo em pratos limpos), assassinou, repito, covardemente, meu malogrado pai!

6º Expulsou e concorreu para a loucura de seu irmão Dinorah, hoje um alienado.

7º Espanca com espada e chicote a sua esposa (minha infeliz progenitora), sua cúmplice no desfecho da tragédia da Piedade.

8º Foi quem levantou, em torno de meu infeliz irmão Lalão (morto como um herói a 6 de maio deste ano no cumprimento do dever no Acre), as maiores calúnias.

9º Foi a causa da morte de meu irmão Lalão, pois que esta nada mais é do que o suplemento da de meu pai; se este não tivesse morrido meu irmão não teria ido para o Acre.

10º Foi o causador da dispersão da minha família.

11º Foi causador da morte de meu avô, Manoel R. P. da Cunha, que faleceu de desgosto dez dias após meu pai.

12º Enfim, é o causador do pervertimento moral do menor Manoel Afonso (menino de 15 anos sem discernimento e compreensão atribuível à sua idade de puberdade), meu irmão mais moço e único que estava se educando num colégio em São Paulo.

Assim sendo, nada mais creio da vida!

Não posso me conformar com semelhante existência, quando vejo que não há justiça nesta terra puramente agrícola!... Sim... Quem deve fazer justiça sou eu, pois que mais do que ninguém, posso avaliar o mal que este cão me fez!

Este cão, que tem a pretensão de se pôr ante mim, impedindo que se eleve a moral de uma criança sem direção e compreensão do dever...

Talvez eu morra na luta; que, malgrado ser, o miserável cachorro, um covarde e desleal, empenharei com lealdade, pois pouco se me dá, que vença ou não!... Quero apenas me desabafar... Quero matá-lo como a um cão! Não... Um cão sempre é mais digno que este bandido! Hei de matá-lo como a um miserável que é!

Quero encontrá-lo em campo raso, para que ele não possa se entrincheirar como se entrincheirou para matar meu pai...

Isto escrevo para que, se eu vier a morrer, não se diga que este bandido matou-me em legítima defesa ou em privação de sentidos, pois que ninguém as perde, senão quando morto; mas sim que foi ele quem me provocou, arrebatando meu irmão único na terra...

Se eu conseguir, sem que veja o bandido, trazer meu irmão para junto de seu tutor, Nestor da Cunha, nada farei! Agora, se meu irmão não quiser vir, ou não m'ó queiram entregar, eu o arrebatarei de qualquer forma, e, enquanto vida tiver, lutarei para isto!

O famigerado bandido não mais se rirá de mim...

Ele o quer... Pois terá...

Se eu morrer: me despeço de meu protetor e amigo dr. José Carlos Rodrigues, de meu amigo e primo Nestor Cunha, dos amigos Rodrigo S. Paulo, Eurico Cruz, Homem de Mello, Belisário Távora, Carlos Esteves e irmãos, e o meu irmãozinho Afonso, a quem, como último desejo, espero que saiba seguir o exemplo de meu pai e de meu irmão Lalão.

Desejo mais que saiba avaliar a falta irrefletida que cometeu!

Meu irmãozinho, com lágrimas d'alma eu te dirijo esta súplica: Saiba sempre se guiar na vida com honra, como se guiaram nosso pai e nosso irmão! Siga os seus belos exemplos! Lembre-se de nós...

A vida é curta, e neste curto espaço de existência não devemos fazer nada que não seja baseado na moral e na razão.

Tu hoje não raciocinas, porém mais tarde saberás o quanto te amaram: teu pai, teu irmão Lalão e este teu irmão, que de ti se despede para sempre na Terra.

Euclides da Cunha Filho."

Quidinho, desde os 14 anos, queria reparar o irreparável. Falhou. O testamento do filho morto de Euclides deu munição para que toda a imprensa atirasse num único alvo: Dilermando. Argumentos não faltavam:

"Se a justiça cumprisse o seu dever, punindo o assassino, esse sentimento de vingança teria desaparecido. Mas, absolvido, continuou a ser uma afronta viva e impune para o filho do assassinado. O caso da tutoria do menor Afonso, irmão do agora aspirante da Marinha Euclides da

Cunha Filho, acerou o sentimento de vingança e precipitou o terrível desfecho. Euclides não podia tolerar que seu irmão vivesse debaixo do mesmo teto que abrigava o assassino de seu pai... e todo o trabalho do tenente Dilermando, naturalmente a pedido de sua esposa — a viúva do grande escritor... — era justamente para reter ali o menor por meio de uma nova tutoria.”

Quidinho era apresentado como “pundonoroso”, ou seja, brioso, altivo. Exatamente a imagem que ele gostaria de deixar. A morte teria posto fim aos seus “grandes sofrimentos morais”. A evidente premeditação de seu crime foi tratada com parcialidade por alguns jornais. Ele apenas tentara “fazer justiça”. E o rapaz se justificava num bilhete: “Isto faço porque, infelizmente, a nossa justiça não o soube fazer.”

A má estrela de Dilermando continuava a escurecer o horizonte. Sua vida parecia imersa num permanente processo de demolição. Na mesma semana em que Quidinho tentou assassiná-lo, um importante julgamento estava em curso. Outro escândalo, outro crime cometido por Gilberto Amado, que atirou à queima-roupa em seu desafeto, Aníbal Teófilo. E foi também defendido por Evaristo de Moraes, mesmo advogado de Dilermando. O que se via é que homens de letras ou sem letras, por uma discordância, uma crítica, um insulto de “corno”, iam às vias de fato.

Rui Barbosa, na presidência da Academia Brasileira de Letras, repetiu os gestos da cerimônia fúnebre. Dele foi a primeira pá de terra sobre o caixão do poeta. Exatamente como nas homenagens póstumas a Euclides. O caso foi muito pior do que o de Dilermando. Depois de ter sido agredido verbalmente,

tendo ao lado a esposa grávida de seis meses, Gilberto Amado atirou pelas costas de sua vítima dentro da redação do *Jornal do Commercio*. Entre as testemunhas não faltaram os que o encorajaram: “Gilberto, um homem não pode suportar isso!” Era a época do “olho por olho, dente por dente” e de afamados juristas que assim explicavam a reação masculina: “Uma verdadeira coerção social pressiona o indivíduo. Ninguém é obrigado a ser poltrão e a reação se dá, por vezes, de forma exagerada.”

O problema, diria Evaristo de Moraes, em defesa de Gilberto Amado, eram as glândulas! O homem era um “armário de glândulas” e estas é que condicionavam seu comportamento. Na vigência do Código Penal de 1890, a perturbação dos sentidos em função das alterações endócrinas era contemplada como dirimente da responsabilidade penal. Benditas glândulas! Gilberto Amado foi absolvido... Dilermando levou as sobras. Havia muita tolerância para pouca justiça, dizia-se.

A imprensa não se conformava. A honestidade era falha. Por que não se condenavam “matadores” como Dilermando e Gilberto? Charges ilustravam as folhas:

“Mais um assassino absolvido para o ‘Pantéon’! A nossa justiça popular enriquece assim o rosário de homicidas que infesta a nossa alta sociedade, sem exclusão das casas legislativas. Pelo que se vê, justiça entre nós, só mesmo pelo sistema violento do filho de Euclides da Cunha. A campanha que se fizer para reabilitação da justiça será uma campanha de salvação nacional”, apregoava o *Jornal do Brasil*.⁸⁸

A absolvição de Gilberto Amado trazia de volta à memória do público o julgamento de Dilermando. Tudo conspirava para vitimizar Quidinho, como foi feito com seu pai: fotos do aspirante da Marinha ensanguentado, paredes com marcas de balas, o corpo de Aníbal Teófilo sendo enterrado, Dilermando ferido. As imagens bombardeavam os leitores dos jornais. Queixava-se Olavo Bilac:

“Já ninguém mais lê os artigos. Todos os jornais abrem espaço para ilustrações copiosas, que entram pelos olhos da gente com uma insistência assombrosa. As legendas são curtas e incisivas: toda a explicação vem da gravura, que conta conflitos e mortes, casos alegres e casos tristes.”

No *Malho*, uma página inteira assinada por Kalisto dizia mais do que mil palavras: a cena mostrava o jovem Euclides Filho caído no chão, recostado numa parede, com a arma numa das mãos e apontando o dedo na direção da estátua da Justiça velando um cadáver ensanguentado, sob o olhar por cima dos ombros de juízes que se encontram de costas para a cena. Observando tudo está o Zé Povo que conversa com o dr. Wenceslau — Wenceslau Brás Pereira Gomes, advogado mineiro que sucedeu a Hermes da Fonseca.

Na legenda:

“O moribundo: — Não sei se cheguei a vingar a morte de meu pai... Só sei que esta horrível tragédia é o resultado fatal de não haver justiça nesta terra!

Zé Povo: — Eis a grande culpada, sr. Presidente! É preciso que V. Ex. também manifeste a sua vontade e o seu

poder para regenerar a justiça! É preciso que os juízes, quaisquer que sejam, saibam que o governo de V. Ex. se revolta contra esta falta de punição aos que matam! Não é possível tolerar que cada cidadão agravado entre a fazer justiça com suas próprias mãos! O que por aí está acontecendo quase todos os dias é horrível! É a volta à barbárie, por falta de justiça, ou melhor: por falta de moralidade na justiça!..”89

Na fazenda dos Macacos, dona Saninha padecia o resguardo do último filho e o luto pela morte de Sólon, quando lhe chegou a terrível notícia. Em suas memórias, Judith descreveu a mãe descabelada, num longo camisolão branco, correndo em desespero pela casa. Um filho morto pelo “homem de sua vida”. Como louca, na frente dos pequenos indefesos, rabiscou algumas palavras:

“Miserável

Evita te encontrares comigo aqui dentro desta maldita casa — até que eu tenha meios para abandoná-la. Eu juro-te por meus pais e filhos que hoje sinto por ti o mais horrível ódio.

Ana.

Esse juramento foi feito no dia em que um miserável tirou a vida do meu filho Euclides, desde esse dia que sua imagem é para mim uma nuvem sangrenta!”

Dona Saninha e Dilermando só se encontrariam mais tarde, quando ela foi prestar declarações ao Conselho de Investigação, no dia 28 de julho. A vida do casal voltava a arder num inferno.

Os editoriais de jornais como o *Jornal do Commercio*, em que se aninhavam amigos de Euclides, não os pouparam. Dilermando era “roubador da honra de Euclides”, que foi morto “por dois malvados. Um deles — Dinorah — o destino implacável já castigou”. O outro tripudiou sobre o escândalo, conduzindo a adúltera a um cartório “para legalizar a monstruosidade”. Os filhos de Euclides foram abandonados, e o gesto de Quidinho emanava de virtudes heroicas e do legítimo “desejo de vingança”. A mentalidade era a da lei de Talião. Pouco sobrava do esforço de Dilermando em levar uma vida familiar discreta e, se possível, normal. Choviam sobre ele acusações e inverdades sórdidas:

“De certo, se o assassino do seu pai tivesse sido condenado como merecia, a revolta latente que minava o coração do filho sobrevivente poderia deixar de explodir. Mas a impunidade do criminoso fez crescer às ocultas no coração do rapaz aquilo que lhe parecia um dever sagrado. Como iria encarar os colegas oficiais na Escola Naval?”, perguntava-se o articulista do *Jornal do Commercio*.⁹⁰ A morte trágica de Sólón o assombrava e enchia de responsabilidade: havia que proteger Manoel Afonso e matar o assassino do pai.

Acusações a dona Saninha não faltavam: “A mãe, absorvida nos cuidados pelo filho espúrio, relegara para a avó o último rebento do casal legítimo.” O tutor, Nestor da Cunha, tudo fizera para que a tença de Euclides não fosse para “o matador e sua cúmplice”.

Pior: “Nasceu daí, como um trabalho diabólico de represália, a ideia da conquista de Manoel Afonso pela mãe desnaturada e

pelo padrasto. As fugas do menor alarmaram o tutor e o irmão. Mandaram-no vir de S. Paulo. Daqui mesmo insinuada, a criança infeliz teimou a preferir o regaço materno à guarda do tutor homem de bem e de consciência.”

Frente ao “sequestro” de Manoel Afonso, Quidinho apoiava o tutor em detrimento da mãe e do padrasto:

“O jovem Euclides tinha naturalmente a alma pungida por esse tenebroso drama interior. A morte recente de seu irmão mais velho, o perigo de ver o mais moço morando debaixo do mesmo teto do matador de seu pai, a petulância do segundo marido da sua mãe, a quem desejava respeitar na sua desgraça, tudo lhe ascendia no jovem e nobre coração uma revolta profunda. Era preciso evitar a suprema vergonha da convivência do órfão com o casal degenerado [...] O militar que se preza não se acovarda. Podia morrer, por menos destro no jogo das armas. Pensara maduramente nisso e dispusera tudo com ânimo varonil para enfrentar a eventualidade, despedindo-se por escrito dos amigos em cartas que trazia no bolso. Jurara a si mesmo e à memória de seu pai que, encontrando o roubador de honra do seu nome prostraria numa vindita; sem receio da condenação dos homens de bem. Ia ao escritório para salvar o irmão das garras das hienas. O acaso pusera no seu caminho o responsável por todas essas desgraças. Euclides não viu mais nada, não refletiu, não podia mesmo raciocinar. Levou a mão ao bolso, sacou do revólver e apontou. E um duelo de morte começou naquela sala, até que os dois contendores caíram baleados reciprocamente.”

“É toda uma tragédia pungente que se recompõe no desalinhave desses escritos, derradeiro clamor de uma alma de vinte anos que morreu bravamente duelando para limpar o nome egrégio que trazia e para salvar do vitupério de uma convivência desonrosa o seu irmão mais moço, que não sabe o que faz e a quem a mãe culpada forceja por arrastar para o pé do padrasto assassino.”

Os ataques a dona Saninha foram de novo rebatidos por Dilermando. Se era apresentada pela imprensa como uma hiena desnaturada, dona de uma vida desonrada, ele tudo faria para salvar-lhe a reputação. E insistia junto aos jornalistas para que a vissem como “digna e pura”, uma mãe que estremecia sobre os filhos. Com todos os erros, dona Saninha vivia sua desgraça. Depois das agressões, em bilhete ao marido hospitalizado, desculpou-se pela reação que tivera:

“Deves perdoar, pois eu tenho momentos em que perco as forças e tenho que dar expansão às minhas dores, que talvez sejam únicas. Dores de mãe!... Mãe, choro os pedacinhos da minha carne! Dores de esposa!... Esposa fiel e amante, vejo o meu marido, perdido para sempre, baleado! É triste, é único! Enfim, tenho que sofrê-las, não há remédio, senão coragem e resignação. Adeus, dorme tranquilo com o meu perdão, meu pobre marido, que eu aqui, chorando, velando nossos filhinhos, espalharei os pensamentos e o meu espírito ao túmulo de meus filhos e ao teu leito sangrento. Uma lágrima de tua mulher.”

Uma tragédia grega, “um drama tecido pelos deuses”: eis como João do Rio resumia suas vidas. O conhecido cronista invocava a terrível Cassandra, personagem de Sófocles que previu as mortes e o drama da família de Medéia, para falar de Dilermando e dona Saninha. “Amor e morte” parecia ser o título da peça que encenavam. A história da família primitiva é sangrenta, advertiam os mitos. Medéia destruiu seus filhos. Édipo, depois de assassinar seu pai, esposou a mãe e a fecundou. “O crime cometido pela mãe é um pesado fardo”, acusava Fedra. Nos bastidores, os filhos se preparavam, se transformaram e vestiram a roupa de atores. E, prontos, representaram seus papéis.

O artigo de João do Rio comparava Quidinho ao jovem Orestes, filho da rainha Clitemnestra, que, em companhia de seu amante, matou o marido, Agamenon. Relembra Euclides como um “angustiado, inquieto, oscilante, bom e, ao mesmo tempo violento”. Acusava dona Saninha de ter saído pelos fundos da casa quando o marido morreu: “E a mulher não tem o ímpeto de piedade que a morte projeta nos corações. A mãe terníssima sacrifica o filho ao amor de seu novo esposo que a fecunda de ano em ano. O filho precipita-se como um aventureiro, para esquecer, rumo ao Acre. Morre lá, de uma bala, num conflito de bandidos. Não se pergunta nada a mãe, também. Choraria? Não é possível que a tragédia tenha acabado. E só, isolada, sem afetos, a adolescência do filho herdeiro de Euclides debate-se — sem que ninguém pense na sua existência.”

Na tragédia de Homero, dizia o escritor, a esposa tinha mais compaixão do que dona Saninha. E não disfarçando a admiração por Dilermando: “Esse homem forte, de uma compleição hercúlea, mostra que não realiza uma torpe ação de rapaz

dominado pelos sentidos. Continua a amar, casa. Publicamente proclama seu delírio.” Já dona Saninha não merecia créditos: “sem um arrependimento, é uma fogueira de paixão [...] É um *maelstrom* de arrebatamento. Alguma coisa essa senhora tem de assustadoramente dominador. Seu poder sentimental é tirânico”. E o Quidinho, único espectador inquieto deste quadro de horror?! E sem esquecer Dinorah: “rola dos leitos dos hospitais ao pátio dos doidos, afunda e torna a aparecer no enxurro das ruas [...] — Quem és tu? — Dinorah de Assis. Esmolo. Abandonaram-me”. E terminava:

“Porque nas histórias do pavor, do crime, da inconsciência, da paixão e da desgraça, desde Shakespeare, outra não há como esta que se lhe iguala em sangue, em dor, em desastre, em fatalidade, em horror. Porque nela vemos no tempo ilimitado chorar a miséria igual dos homens, a dor do Destino — Cassandra!”⁹¹

Durante semanas, Dilermando, que sobreviveu a este outro atentado, lutou entre a vida e a morte. Mais quatro balas no dorso. No leito do hospital, revivia o isolamento, a degradação, o inferno. Depois foi à prisão. Nesta época, Dilermando estudava com afinco, dando continuidade ao curso de engenharia. Dona Saninha fazia bolos e doces de milho para ajudar nas despesas e adquirir livros que eram entregues ao marido, no momento das visitas; recebia uma parte da pensão de seu pai, pois o soldo de Dilermando mal atendia as despesas com o advogado.

Voltou à cena Evaristo de Moraes. O *Jornal do Commercio* de 28 de setembro daquele ano reproduzia suas alegações: “Em primeiro lugar, cumpre ter em vista que o primeiro tiro fora

disparado com surpresa e os três seguintes enquanto Dilermando não se tinha armado e estava à mercê do agressor.”

A 27 de setembro de 1916, ele foi absolvido, após apresentar a sua própria defesa, em que descreveu todos os antecedentes de seu encontro com Quidinho no cartório. Pela terceira vez, a absolvição de Dilermando por legítima defesa não constituiu uma inovação legal ou jurisprudencial, nem se tratou de caso isolado na justiça brasileira. O tribunal constituído por militares apenas reconheceu que o ato foi abonado. Um homicídio era justificado quando se tratava de salvar a própria vida: “a defesa privada deriva do instinto de conservação, o primeiro a aparecer e o último a abandonar a criatura humana”, explicava seu advogado.

Nesta altura, vários intelectuais já apoiavam Dilermando. Muitos percebiam a injustiça com que era tratado na imprensa. O advogado e jornalista Jackson de Figueiredo foi um deles: “Dilermando de Assis só teve em redor de si a curiosidade infernal dos que procuravam rebaixá-lo em meio à tragédia monstruosa duas vezes representada. E a última vez, sabe Deus quais foram os encenadores.” Sem fazer concessões a Euclides “que não era bom esposo” ou à “caída” dona Saninha, “adúltera pela força do abandono”, Figueiredo criticava o adultério, mas defendia ferozmente Dilermando: “Nos dois atos sangrentos, Dilermando de Assis matou defendendo-se, e por sua vez caiu ensanguentado, banhado no seu próprio sangue, pagando assim quase com a vida um erro com que outros passeiam em ostentação e cinismo.”

De São Paulo, Monteiro Lobato, jornalista de *O Estado de S. Paulo*, e que, em 1916, tornava-se colaborador assíduo da *Revista do Brasil*, escreveu:

“Tivemos aqui entre nós, em 1909, um `perfeito caso de tragédia grega’ — isto é, de tragédia caracterizada pela presença invisível da Fatalidade. Os protagonistas — Dilermando, Euclides pai e filho e uma mulher — agiram todos como pedras de xadrez em movimento cego no tabuleiro[...] Para a sociedade não há crime maior que o de um peão matar um rei; e pois tal fato só é possível quando a fatalidade guia a mão do regicida. A mim a tragédia Euclides-Dilermando me abalou profundamente. Sobre ela meditei muito tempo, dominado pela incerteza. Mas quando conheci todos os detalhes do processo, só então vi, senti em tudo a mão glacial e inexorável da fatalidade — a mesma que levou aos seus crimes o inocente Orestes. E uma coisa até hoje me pergunto: haverá uma só criatura normal das que olham Dilermando com horror, que dentro do quadro daquelas circunstâncias, não fizesse a mesmíssima coisa? Que atacado por Euclides e o filho, tomados ambos de acessos de demência, não se defendesse como Dilermando se defendeu?”

Monteiro Lobato, “o maior devoto de Euclides”, termina seu texto dizendo que naquelas circunstâncias, tal como Dilermando, “reagiria em pura ação reflexa” e, em legítima defesa, mataria até o próprio Shakespeare.

Dilermando se angustiava. A absolvição não lhe bastava. Queria ser reconhecido publicamente como um inocente. Por correspondência, procurava apoios que guardava com cuidado. Estas cartas, respondidas por amigos e colegas de trabalho ou enviadas por desconhecidos, lhe forneciam uma blindagem contra o falatório e as humilhações. Para defender-se, publicou

um livro: *Um Conselho de Guerra — A morte do aspirante de Marinha Euclides da Cunha Filho — Defesa do tenente Dilermando Cândido de Assis*, dedicando-o, sempre fiel, a “esposa amiga e ao coração de mãe ferido”. Intelectuais católicos como Raimundo de Farias Brito o tranquilizavam:

“O que se deu com o senhor foi um caso, não de maldade, mas de grande infelicidade. Circunstâncias especiais e delicadíssimas, que poucos podem compreender e avaliar, determinaram os fatos. O senhor foi generoso e procurou, quanto possível, reparar o mal feito. E o que houve de mal, de que todos sem dúvida muito sofreram, foi obra das circunstâncias, não da vontade de quem quer que seja.” E aconselhava deixar o passado em silêncio. O mesmo fazia Jackson de Figueiredo, imbuído de filosofia católica: “O que é da lama, deixe na lama... e que desapareça na lama.” Com rara imparcialidade, o jornal *O São Paulo* o retratava como “desgraçada vítima da fatalidade”.

O destino de Dilermando foi sinônimo de tragédia. Nunca de felicidade. Ele o marcara com a pecha injusta e equivocada de “assassino”. Sobre o jovem tenente poderia-se dizer: “estava escrito”. A ideia de impotência diante do curso das coisas o tornava espectador inútil de uma vida que lhe escapava. Como ele mesmo diria, “o mau passo fora dado, o erro cometido”. Aos 27 anos, pai de cinco filhos, arrimo do irmão doente, casado com uma mulher que tinha que esconder, Dilermando lutava contra o inexorável: a opinião pública, a imprensa, a mentalidade machista que ao mesmo tempo incentivava e condenava o acerto de contas e a violência. Cidadão de um mundo desencantado, abandonado por Deus, perguntava-se, em desespero, sobre o

sentido do destino que lhe coubera. O absurdo e o infortúnio — do árabe *az-zahr*, o dado — dominavam seu caminho.

Capítulo V

“Um tristíssimo mundo”

“*Sportmen*”: Nas primeiras décadas do século XX, a palavra curta encerrava um grande número de qualificativos: força, robustez, beleza física. Os irmãos Assis eram *sportmen*! Dilermando com sua “fisionomia simpática e gênio folgazão”, que o fazia querido dos colegas, era campeão brasileiro de tiro e de esgrima. Inclusive exibia sua destreza apresentando-se em espetáculos nos quais concorriam “os mestres mais celebrizados neste ramo do *sport*”, informava o *Correio da Manhã*. Chegou a duelar com o famoso italiano O. Ochipinti, levando o público ao delírio.⁹²

Já o *sport* de Dinorah era o *foot ball*. No segundo ano de “máquinas” da Escola Naval, era considerado pela imprensa “excelente moço, de comportamento exemplar, e nas horas vagas, dedicadíssimo *sportman*”. Sem ser nenhum aluno prodígio — suas notas em São Paulo não foram grande coisa — tinha “colocação de responsabilidade no 1º *Team* do Botafogo Football Club”, instalado na rua Conde de Irajá. Ambos os irmãos eram atletas de destaque.

Florescia a *footballmania*, expressão cunhada pelo educador e ensaísta Fernando de Azevedo. A emergência desta “febre” contaminava os torcedores que usavam a língua inglesa para definir jogadas e jogadores. Em São Paulo, o esporte servia para

acalmar os ânimos de operários que tentavam fazer greve. Empresários construía *“grounds”* e mandavam trabalhadores *“queimar energias”*. No Rio de Janeiro, a modalidade *“distraía a população”*. Verdadeiro instrumento de alienação, o futebol desviava a atenção da pobreza, do desemprego e da precariedade que as mudanças arquitetônicas da cidade não conseguiam mais disfarçar. Intelectuais conhecidos eram entusiastas do jogo. Como Coelho Neto, íntimo de Euclides da Cunha, por exemplo. Baixo, franzino e míope — como seu finado amigo —, não perdia uma só partida do esporte bretão, às quais comparecia elegantemente vestido com terno branco e chapéu palheta. Sócio do Fluminense, onde um dos seus filhos era *player*, tomou-se *“de encantos pelo jogo inglês e vivia falando em backs, forwards, goals, teams e scratches”* — segundo um dos seus contemporâneos.

Mas não era só paixão. Coelho Neto ia além e via no *foot-ball* uma missão: ajudar na criação de uma sociedade na qual os homens, seguindo o modelo dos esportistas, fossem adestrados pelo exercício físico, criando um tempo de paz e harmonia e abrindo o peito para os valores cívicos defendidos, então, por uma parte da intelectualidade. Não estava só. Afrânio Peixoto e João do Rio eram outros entusiastas do esporte bretão:

“Esse jogo de foot-ball, esses desportos que dão saúde e força, ensinam a disciplina e a ordem, fazem a cooperação e a solidariedade, me enternece porque são grandes escolas onde está se refazendo o caráter do Brasil”, dizia Afrânio Peixoto.

Nos últimos anos da primeira década do século XX, os jogos de futebol se constituía em ocasiões de encontro da juventude elegante, enchendo os estádios de moças e rapazes refinados. Tinham o apoio do *high-life* do Rio. As arquibancadas, lotadas de

cavalheiros distintos e senhoritas em vestidos claros, se animavam para mais um *rendez-vous*! Os ingressos, disputadíssimos, eram vendidos nas confeitarias da moda como Pascoal, Colombo e Castelões. Findas as partidas, os antagonistas se reuniam em festas de gala e requinte, dando mostras do mais extremo cavalheirismo. O campo do Fluminense era o "mais *chic*", agrupando, entre os *players*, os filhos das famílias importantes da sociedade. O Botafogo coligava jogadores mais jovens do que os do Fluminense, e considerados mais bonitões. Vestindo uniformes impecáveis, faixas que prendiam as bermudas, penteados cuidadosamente arranjados e bigodes bem aparados, os jogadores difundiam modismos europeus. O sucesso destes rapazes era tão grande que não faltavam notícias dando conta que, na época de *matches*, eles ficavam atrás das palmeiras da rua Paissandu, esperando as "pequenas" que os assediavam.

Dinorah, *player* do Botafogo, fazia parte de uma elite na qual a propaganda ao culto físico lhe dava a aura de defensor do vigor nacional, salvador de uma nação de preguiçosos e fracos, regenerador do próprio país. Os procedimentos adotados pelos *sportmen* os colocavam não como adversários, mas como companheiros de uma mesma luta em favor do esporte. Na época, a moda, ou a religião, era a da "força física". Cronistas como Carmem Dolores reconheciam as vantagens do *sport*, acusando a derrocada de tipos masculinos "românticos" como o do poeta francês Alfred de Musset. "O vigor másculo auxilia de certo a superioridade de certo homem inteligente", ponderava a escritora. Dinorah era um dos deuses no templo da *footballmania*.

Ele começou como tantos outros: jogando com laranjas seletas, bola de pneu, meia ou tênis. Balizas? Latas de Banha Rosa, dois paus ou paralelepípedos. Veio da pauliceia com fama de ser excelente zagueiro. E isso ficou confirmado logo na primeira partida em que tomou parte, envergando a camiseta rubra do América. É que Belford Duarte, paulista também, capitão do alvirrubro, alistou-o logo no seu clube. Dinorah, que ainda não tinha predileções, não se recusou a aceitar o convite para disputar, pelo clube, o campeonato de 1908. A sua atuação foi magnífica e o seu nome correu pela cidade sendo comparado aos *backs* da época: Victor Etchegaray, Pullem, Octávio Werneck, Belford Duarte e Armínio Motta.

Depois da entrada para o Botafogo, o único objetivo era lutar pela vitória sem “dar prego”, cansar ou enterrar o time. Treinavam diariamente. O bonde que passava pela rua Voluntários da Pátria deixava os jogadores na porta. No alto de um mastro tremulava a bandeira alvinegra. Por trás do gol, erguia-se o barracão onde os rapazes trocavam de roupa. Alguns deles trabalhavam: o *goal-keeper* Coggin, o *full-back* Pullen e o *halfback* Lefèvre. Os demais, estudantes que faziam a força do clube, passavam o dia treinando. Eram “os segura”, como se dizia então. O treinador ordenava os “estirões”, corridas pelo campo em alta velocidade. Por um tostão, moleques atiravam bolas para Abelardo Delamare. Lauro Sodré dava corridinhas com a bola nos pés. Lulu Rocha e Rolando Delamare brincavam de passe. E Dinorah não largava a bola.

“No ano seguinte, 1909, Dinorah estava no apogeu de sua gloriosa carreira. Era belo de ver-se, garboso na sua farda de aspirante da Marinha, cheio de vida e mocidade,

como o tipo perfeito de atleta que era. Neste ano o coração falou mais alto. Dinorah afeiçoara-se ao Botafogo e, não podendo resistir, deixou o América para envergar a camisa alvinegra, entre o delírio da grande assistência adepta do Botafogo que já era um brado de guerra nas lutas esportivas. E Dinorah brilhou, nesta temporada, como um astro de primeira grandeza”, recordou-se um jornalista.

O campeonato de 1910 consagrou o jovem time. As goleadas foram inesquecíveis: contra o Riachuelo, o Haddock Lobo, o Rio Cricket e o Palmeiras. *Scores* fenomenais: 7 x 0 ou 9 x 1, com gols de Dinorah. Os jornais não paravam de falar dele:

“O jogo entre Botafogo e Fluminense melhora de *match* para *match*, e segundo esta proporção o encontro de ontem foi o quanto pode se desejar como resultado para uma final de campeonato [...] Os *full-backs*, Pullen e Dinorah, conhecem bem a ingrata posição quando se joga contra um *team* forte. Combinados em extremo, sempre bem colados, ágeis e velozes, *shootando* esplendidamente, eles foram em parte a barreira, o obstáculo quase invencível contra a treinadíssima ‘equipe’ campeã do ano passado”, dizia o *Jornal do Commercio*.⁹³

Ou sobre o sensacional passe que deu para a vitória no jogo final do campeonato, na narrativa do jornalista do *Correio da Manhã*: “No meio daquela luta titânica, Dinorah, que estava atento na defesa, deu um *shoot* forte na bola, que fora ter a seus pés quando enviada ao *goal* por um *shoot* fraco de Gilbert, que o dera meio trancado, e Mimi faz um *score* esplêndido,

atirando-a ao *goal*. Ainda esta vez Waterman nada pôde fazer e o Botafogo marcou o seu quinto *goal*. A multidão delirava em aplausos ao Botafogo e ouviam-se urras!"⁹⁴

O resultado: 6 x 1 diante de um público nunca visto de 4 mil pessoas! A vantagem do alvinegro? A idade: "Se compararmos o jogo das duas equipes de ontem, facilmente verificamos que a superioridade está com o Botafogo, não porque este jogue muito melhor que o Fluminense, mas porque os seus *foot-ballers* são mais ágeis e menos idosos."

A vida sorria ao mano. Ele era jovem, bonito, uma estrela de futebol reconhecida por onde passava. Os colegas adoravam Dinorah e, anos depois de seu desaparecimento, seguia inspirando declarações de apreço e simpatia. Pois este jovem cheio de vigor, verdadeiro atleta, corporificando o autêntico *sportman*, foi assassinado. Morto por Euclides da Cunha. Não de forma abrupta e definitiva. Pior: sem pressa. O tiro disparado pelas costas, por Euclides, o inutilizou aos poucos.

Logo depois do duelo na Piedade, Dinorah foi encaminhado à Santa Casa de Misericórdia. O diagnóstico foi de uma incompetência assustadora: "o ferimento não é grave, não inspira cuidados". Por isso mesmo ele voltou ao campo, sete dias depois, para defender o Botafogo. A diretoria do clube resolveu apoiá-lo, apesar da perseguição de *O País*, que o acusava de "insensível e risonho, comparecer a uma partida pública de futebol, de *maillot* e calção, jogando vivaz e alegre como afronta aos sentimentos de piedade de uma sociedade inteira". Para os torcedores, nada disso importava. Ele era apenas o melhor zagueiro das partidas. E no ano de 1910, em que se sagrou "Glorioso", Dinorah formou com Pullem a zaga do *team*. Jogou o ano inteiro com uma bala de revólver alojada na coluna. Era o

campeão da cidade e fez parte do conjunto que foi a maior glória do Botafogo. Mas um campeão que doravante ia levar dentro de si seu próprio Juízo Final.

O consagrado *sportman* carregava um corpo em putrefação. Aos poucos, as pernas não lhe obedeceriam mais. Onde estava a velocidade para correr atrás da bola? E os gritos entusiásticos da torcida, a consagração do gol, a amizade do *team*, a admiração das "pequenas"? Em 1911, logo ao iniciar o campeonato, uma questão, no jogo contra o América, levou o Botafogo a se afastar da Liga, para só voltar em 1913. Dinorah, porém, não voltou mais...

Na Escola Naval, não suportava o olhar dos colegas. Antes Deus, agora, verme. Afinal, ele se arrastava. O demônio da tragédia da Piedade o tomava pela mão. Sofria tanto o peso da degradação quanto o silêncio que pairava sobre o crime cometido por Euclides da Cunha. Ninguém falava disso... E ainda era preciso calar a dor, a frustração e a vergonha de uma vida abortada. Dinorah, "o aleijão"...

Em 1917, Dilermando foi promovido a 1º tenente. Em 1918, diplomou-se com distinção no curso de engenharia, consagrando-se no primeiro lugar da turma. Ainda trocava cartas com editores de jornais. Não desistia de limpar sua honra e esclarecer que, por duas vezes, matara para não morrer. Foi então designado para servir no sul do país: Bagé, a "rainha da fronteira", olhos postos no Uruguai. Às margens do rio Camapuã, a cidade abrigava o imponente quartel do 12º Regimento de Cavalaria. A família deixou a fazendinha na serra dos Macacos e mudou-se. Ali, segundo a filha Judith, tiveram uma "vida da maior felicidade".

A avó materna, D. Túlia, tinha falecido, deixando a dona Saninha uma herança. Daí compraram três casas conjugadas, transformadas numa só. Era uma casa enorme com muito conforto e vida serena, na lembrança da filha Judith. Os filhos já crescidos aparecem nas fotos fantasiados, participando dos animados blocos que desfilavam pela cidade durante o Carnaval. "Papai ia para o trabalho, quando ele voltava, mamãe o recebia com muito carinho, tirava as botas dele, buscava uma bacia, lavava os pés dele, depois ceávamos, os fins de tarde eram calmos, os dois cantavam juntos, brincavam, riam. Tratavam os filhos com muito carinho. Toda a noite tínhamos em casa verdadeiros saraus. Era canto, declamação, papai tocando violão, fazia-nos cantar, a Laura tinha de recitar Pintainho do Pato."95

Era uma família "muito organizada. O padre da cidade frequentava nossa casa, ia lá jogar gamão. Ele e outros amigos do papai. Jogavam xadrez, dama, pôquer. Eu aprendi a jogar pôquer no colo do meu pai [...] E mamãe fazia chocolate, bolo de milho, servia sempre uma ceia, na maior felicidade e contentamento. Era uma família. Família mesmo. Éramos papai, mamãe, seus cinco filhos e tio Dinorah. Nesta época, tio Dinorah, já muito doente e quase que inteiramente aleijado, morava em nossa companhia. Papai tudo fazia por ele. Procurava sempre minimizar seu sofrimento, o que dia a dia se tornava quase impossível. Pois imagine o que é um ex-jogador de futebol, um ex-atleta, reduzido a uma cadeira de rodas, dependendo de seu irmão para sobreviver, amargurado por uma vida inútil? Luiz sempre se recorda que nesta ocasião, quando ele já tinha dez anos, o tio Dinorah, apoiado em uma bengala, punha-se de pé, pedia uma bola e queria ensinar ao Luiz como chutá-la, afirmando que o faria um craque de futebol. De forma que, afora

a presença de um trágico passado, nossa família passava por um momento de tranquilidade e paz. [...] Enfim, tudo corria tão bem, que quando papai anunciou a sua intenção de voltar ao Rio para cursar a Escola Superior de Guerra, minha mãe foi contra e a ouvi várias vezes dizer a ele: 'Dilermando, não vamos. Nós estamos tão bem aqui. O Rio é nossa desgraça.'"96

Apesar da intensa atividade em Bagé, onde realizou inúmeras obras de engenharia e reformas no quartel, Dilermando, na condição de soldado, tinha que cumprir ordens. O fantasma da volta à capital acenava. Em suas memórias, Judith lembrou-se das inúmeras vezes em que, atrás da porta, ouviu o casal discutindo. Dona Saninha rogava para que ficassem lá, mas não foi atendida. Os fatos se aceleraram. Na época, Lulu contraiu tifo e foi enviado para o Rio, para curar-se e ser internado num colégio. A seguir, as casas foram vendidas. De volta à capital, instalaram-se no Méier: rua Dias da Cruz, número 313. A estrada de ferro, pertinho do novo endereço, garantia acesso fácil ao Centro e a Realengo.

Só Dinorah não voltou. Ficou com os parentes Ratto, em Porto Alegre. Enveredou por bebedeiras e prostíbulos. Infectado pela sífilis, mergulhou na demência. Hostilizava Dilermando, que se sentia culpado pela invalidez do irmão a quem tentava desesperadamente apoiar. De nada adiantava. Frustrado, enfermo, Dinorah se vingava do destino que teve, degradando-se. Chegou a depender da caridade alheia, vagando, andrajoso, pelas ruas a pedir esmolas. Não recorria mais a Dilermando. "Um dia, num lampejo de razão, tomou consciência de sua inutilidade. Dirigiu-se ao cais do porto, arrojando-se na água. Terminara seu papel na tragédia Assis", registrou um cronista.

Com o fôlego das profundezas, Dilermando teve que voltar à imprensa. E explicar mais este capítulo do drama:

“A coincidência conspirando contra o seu brilhante futuro de aspirante da Marinha envolveu-o, inconsciente e inesperadamente, numa tragédia de todo por ele imprevista. A polícia, leviana e especulosa, na ânsia de promoção e de zumbaias, deformou-lhe a atuação e arremessou-o à antipatia e à odiosidade públicas. De inocente que fora, transformaram-no em criminoso; de herói que se revelara, fizeram-no um covarde, e de vítima, converteram-no em algoz!

E contava apenas vinte anos de idade! Era, ainda, menor! Os fatos concretos apurados pelas investigações e pesquisas feitas à revelia conduziram o inescrupuloso delegado policial a recomendá-lo, não como um exemplo de abnegação e de coragem, porém de criminoso vulgar. A verdade apurada não interessava que fosse propalada. Não convinha. Era preciso deturpá-la para angariar a aversão pública [...] E assim fizeram de Dinorah, como de mim, um criado, um parente, um alimentado, um protegido, um ‘educado pela sua vítima’... Ele que desarmado recebera três tiros, sendo um pelas costas e que o feriu, era apontado como cúmplice homicida!

A balela criou raízes, eviscerou-se no espírito público que até o presente ainda está persuadido da veracidade da infâmia, e ele transmudou-se em réprobo. Custa a crer que semelhante miséria se tivesse consumado [...] E obtiveram assim a repulsão de meu infeliz irmão do meio honesto e digno em que sempre viveu e a que jamais deixou de fazer

jus. Teve, por isso, de abandonar a Escola Naval, renunciar às suas alegrias de moço, entregar-se, da noite para o dia, ao trabalho para viver, e sentindo sua saúde cada vez mais comprometida, ir extrair, em São João del Rey, onde me encontrava então, a bala que se alojara junto à coluna vertebral, prejudicando-lhe o sistema nervoso. O mal se lhe agravou dia a dia, advindo-lhe uma desorganização cerebral e uma hemiplegia irreparáveis [...] Os desatinos sucederam-se. A desorganização incompatibilizou-o com suas melhores relações. A sua insânia levou-o a atos de desespero, chegando a ser ingressado no manicômio até que da última vez, não se sabe se num gesto de renúncia ou se vítima de um acidente, sucumbiu nas águas do rio Guaíba, em Porto Alegre, sua terra natal.”

Dinorah tinha 32 anos. Dilermando sofreu com a perda do mano. O remorso roía-lhe a alma enquanto experimentava uma angústia profunda, nascida de sua impotência frente ao destino. “Com o tempo estava-se-me apresentando a negrura do caso em que minha leviandade, própria da *Flegeljahre*, me lançara.” Seu ódio não podia nem se voltar contra o assassino de seu irmão. Este já estava morto.

Implacável, a vida seguiu seu rumo. Dilermando foi promovido a capitão e classificou-se em primeiro lugar na prova de tiro de fuzil na inauguração do Estádio Militar. Fez o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e continuava se destacando com elogios e honrarias. A tragédia da Piedade parecia longe, embora fantasmas sempre arranhassem a porta. Na volta ao Rio, reviram Manoel Afonso, que ficou morando com os parentes de Euclides. Ele pouco aparecia, e no dia em que o

fez, causou, segundo Judith, rebuliço. “Sim, porque ninguém sabia se ele ia realmente em paz, para o bem, ou se ia para dar um tiro, repetir o gesto do irmão mais velho. Seria para um revanchismo também? [...] E quando ele percebeu aquele nosso medo, o nosso temor de que acontecesse algo ele disse: ‘Não precisam temer nada, eu venho em paz, eu não vou criar outra tragédia.’” Confessou, contudo, que era instado pelos tios a vingar a morte do pai e dos irmãos.

Em 1923, Lulu fez 16 anos. O cotidiano familiar ainda era agradável e lhe foi oferecida uma festa, assim descrita nas memórias de Judith:

“Vejo ainda a mamãe com um vestido de lamê, todo dourado [...] uma presença deslumbrante ao lado de papai, cheio de medalhas, todo garboso, eles dançando, valsando. E aquela beleza de festa.”

Festa? Nem tanto. Um soneto de Dilermando, escrito à mesma época, revela um homem jovem terrivelmente atormentado por seu passado, cujos sonhos de amor e felicidade estavam reduzidos aos mais sombrios sentimentos:

“Trago n’alma o rancor dos oprimidos
Derrocada a ilusão da mocidade
A revolta angustiosa dos vencidos
Faltos de luz, sem fé nem caridade
Sentindo o desfazer dos meus queridos
Sonhos de glória, amor, felicidade
Abomino da vida os tempos idos
Repudio de horror a humanidade.”

Na visão de Judith, a vida familiar foi modificada pela Revolução de 1924, o maior conflito bélico ocorrido na cidade de São Paulo. O Governo Federal, sob a presidência de Artur Bernardes, bombardeou impiedosamente os bairros operários da Mooca, Brás e Perdizes para confrontar um movimento de tenentes revoltosos. O presidente do Estado, Carlos de Campos, teve que fugir para o interior depois que o palácio dos Campos Elíseos foi duramente atingido. Houve notícias de estupros, vandalismos e muitas mortes. Dilermando comandou as forças legalistas em direção ao Oeste do Paraná, à frente do Regimento de Cavalaria Provisório — a primeira unidade militar paranaense motorizada —, engrossado, também, por policiais militares e voluntários recrutados nos Campos Gerais. Sua dedicação ao governo era absoluta. Ele esteve à frente de batalhas cruciais contra os rebeldes na região de Guairá. Mais tarde, na foz do rio Paranapanema, o regimento de Dilermando iniciou o retardamento dos revoltados. Essa operação permitiu que as tropas federais sediadas no Paraná se deslocassem na direção de São Paulo, marchando de encontro aos amotinados. Depois, esteve em Mato Grosso, internando-se, via Foz de Iguaçu, até a Argentina. Foi uma longa e dura campanha.

Quando voltou para casa, Dilermando não era o mesmo. “Mais agressivo”, segundo Judith. Os primeiros desentendimentos com dona Saninha não tardaram. Segundo a filha, a causa foi a perseguição que lhe foi movida na época. “Chegou a ter a sua cabeça valendo um prêmio de 50 contos.” As brigas ficaram mais sérias. Perseguições ou não, a verdade é que dona Saninha se roía de ciúmes de Dilermando. Certo dia, depois de uma alteração mais ruidosa, ela deixou a casa junto com os filhos. Depois voltaram todos.

A violência não alimentava apenas as tensões entre marido e mulher. Atingia igualmente a prole. Ainda na voz de Judith, “o João, interno no Colégio Militar, uma noite fugiu. Fugiu e veio para casa. Não podia dormir dentro de casa, com medo de papai, então dormiu num banheirinho que existia fora de casa. Quando papai levantou-se pela manhã e descobriu João dormindo lá, deu uma surra nele, uma surra de cinturão”.⁹⁷

A verdade é que a união não era mais a mesma. A razão? “*Cherchez la femme*”... Ana já tinha passado dos cinquenta anos, agravados por 11 maternidades. Dilermando nem chegara aos quarenta. Os quase 16 anos de diferença começavam a pesar. A razão da crise conjugal morava em Botafogo. Era uma jovem de cabelos curtos e escuros. Chamava-se Marieta, tinha olhos negros expressivos e correspondia a um novo padrão feminino: não mais a matrona, leitora de *O Lar Feliz*, mas sim a moça culta, dona de um excelente emprego no Itamaraty e o mais importante: só 28 anos. A esposa amantíssima era mulher do século XIX. A outra pertencia ao século XX. Dilermando fez sua escolha. Não queria mais viver no passado.

Numa manhã de chuva, dona Saninha os viu, ternamente enlaçados, aos beijos, na rua — contou a filha Judith. Deus! Antes um copo de formicida... Ela adorava o marido. Sentia que tinha abandonado Euclides, quiçá os filhos, por ele. E para que tantas mortes, perdas e sofrimento? A verdade é que a tragédia que passaram juntos, ao mesmo tempo em que os unia, os envenenava. Viveram mais um doloroso ano de brigas e acusações, ofensas e ameaças. “Você é o único homem que não tinha direito de prevaricar”, reclamava.⁹⁸ Até o dia em que deixou novamente a casa. Atrás dela, os cinco filhos, malas à mão. Era o ano de 1926. E ela não voltou.

Seis anos depois, o casal se reencontrou no casamento de Judith. Não se viram durante 18 anos. Despediram-se, no Hospital Central do Exército, quando dona Saninha morreu de câncer. Ana de Assis fechou os olhos no dia 12 de maio, o mesmo de seu casamento com Dilermando. Segundo a filha Judith, ela partiu depois de ouvi-lo perguntar: "S'Aninha, me perdoa?"

Ao longo deste tempo, Dilermando uniu-se à Marieta. Aos 44 anos, foi pai outra vez: nasceu-lhes uma filha, Dirce. O casal enfrentou dificuldades. Não podiam ser vistos juntos e a família dela não aprovava a união. Em consequência das transferências de Dilermando e de sua participação nas revoluções da época, Marieta era nervosa. Foi hospitalizada várias vezes. Chorava muito. Casaram-se, depois da morte de dona Saninha, com papel passado, em casa.

Viveram juntos por 26 anos e as cartas não desmentem as repetidas tentativas de Dilermando de encontrar certa paz e felicidade. Tentativas recheadas de amargura e tensões:

"Por que não conseguimos nos manter sempre na mesma harmonia que tantos anos de convivência, de amor e de encantamento nos deveriam assegurar? É a nossa enfermidade. Somos dois doentes. Doentes fisiológicos e doentes morais, em consequência. Doentes também pela impropriedade do meio em que fomos educados e em que tanto sofremos, cada qual na sua desdita. Dificilmente poderíamos compreender, uma e outro, a causa desses desentendimentos... De qualquer forma, desejo dizer-te que, no fundo, tudo isso é por te querer muito, ter a impressão de que já não te sou o que me viciaste a pensar que o fosse

— um deus. Perturba-me e alucina-me a ideia de que eu já tenha desmerecido no teu conceito sobre qualquer ponto de vista.”

E em outra carta:

“A verdade é que não posso mais compreender a vida sem ti, sem o teu afeto, sem a tua assistência. Às vezes penso como tu — que alguma força maldosa, oculta, não se conforma com a nossa união e tudo empenha para nos desunir.” E ainda, “E mais uma vez senti quanto te amo, o quanto te sinto minha e o quanto desejo ser teu, muito teu, todo teu, para que tenhas recompensa a teus sacrifícios e saibas que efetivamente te venero”.

Ele amava Marieta e sua carreira seguia em frente. Dilermando compensava com excelência no trabalho a mancha na honra que não conseguia apagar. Apesar de seus muitos amigos dentro do Exército, não faltaram dificuldades dentro da própria corporação. Perseguiam-no abertamente, retardando suas promoções. As designações eram para os piores postos. Ninguém o queria como subordinado ou como comandante, registrou a filha Dirce: “Mesmo os que admitiam a legitimidade dos homicídios que se vira obrigado a cometer nem sempre estavam dispostos a enfrentar a crítica alheia.” Pagou a vida inteira por ter se defendido. Com todos os méritos que acumulou, só chegou a general em 1949.

Dilermando não foi só militar de excelência. Atuou também em muitos projetos de engenharia. A sua atuação não se restringiu apenas aos realizados em Bagé. No Rio de Janeiro, foi

o responsável pela urbanização e locação do bairro do Leblon e pela construção de vários prédios residenciais. Em Castro, no Paraná, realizou o levantamento da planta da cidade e o seu projeto de águas e esgotos. No seu currículo ainda consta a elaboração do plano rodoviário do estado de São Paulo, no governo Waldomiro Castilho de Lima. A atuação como comissário militar junto à Estrada de Ferro Central do Brasil, Leopoldina Railway e várias redes ferroviárias de Minas Gerais e a direção do Instituto Histórico e Geológico de São Paulo foram outras facetas de uma carreira múltipla.

Nos anos da ditadura de Getúlio Vargas, foi lançada na capital uma revista. Chamou-se *Diretrizes*. Semanal, o periódico era endereçado "ao homem informado... O melhor instrumento, leitor, para a solução de suas dúvidas. Nas páginas de *Diretrizes* você encontrará o mais fiel e mais claro registro do que se passa presentemente no Brasil e no mundo. Transforme estas páginas num roteiro seguro. Todas as quintas-feiras, *Diretrizes* vai construir, para você, leitor, uma opinião própria. Porque *Diretrizes* é a revista que melhor informa".⁹⁹

Pois foi a este "fiel registro" que Dilermando resolveu contar a sua versão da tragédia da Piedade. Os anos tinham se escoado, mas o sentimento de que era injustamente caçado não o abandonava. O impacto de um relato num veículo de grande circulação parecia uma solução para esclarecer sua inocência.

Pouca sorte tinha Dilermando! O jornalista encarregado da cobertura confundiu detalhes fundamentais da defesa e minúcias importantes, tais como a idade dos irmãos Assis ou a trajetória das balas, foram negligenciadas ou omitidas. Havia mais interesse na redação em comprovar a liberdade de imprensa num momento de tensão política do que reformar um conceito

sobre Dilermando. Para piorar, o Partido Comunista se apossara de Euclides e propagava a versão de que sua morte tinha causa política. Usavam-na como pretexto para alimentar o sentimento antimilitarista, que grassava desde a revolta do Forte de Copacabana.

A guilhotina não demorou a cair. Dilermando foi chamado pelo ministro da Guerra e duramente censurado pela iniciativa. Recebeu uma repreensão por escrito. Afinal, depois de trinta anos passados, o escândalo não se justificava, ainda que para restabelecer a verdade. Foi convidado a assinar um pedido de reforma como coronel, com a promessa de receber o posto de general de brigada assim que deixasse a ativa. Mas a honra ainda significava para Dilermando a bandeira pela qual tanto lutou. Sendo, então, o primeiro do Exército na lista tríplice para a promoção, apesar de saber que seu gesto jogaria uma pá de cal em suas pretensões ao generalato, negou-se a aceitar o acordo nessas condições. “Com a frase ‘envelheço, mas não envileço’, condenou-se a passar para a reserva, compulsoriamente, como coronel”, contou Dirce, anos mais tarde.

Passaram-se os anos, ele foi agraciado com o generalato, mas o sentimento de injustiça continuava a lhe cavar um buraco no peito. Uma coincidência ofereceu a Dilermando mais uma oportunidade de, novamente, contar a sua história. Num dia chuvoso de outubro de 1951, conheceu, por acaso, David Nasser, repórter da revista *O Cruzeiro*. Para escapar ao aguaceiro, dividiram um mesmo táxi. Ao se apresentar e dizer que seguia para o bairro de Fátima, Dilermando ouviu: “General, estava à sua procura.”

É que fazia pouco Dilermando lançara uma obra, impressa nas mesmas gráficas de *O Cruzeiro*, intitulada *A tragédia da*

Piedade — mentiras e calúnias da "vida dramática de Euclides da Cunha". O alentado volume rebatia, página por página, o livro do subtítulo escrito pelo "romancista medíocre" — no entender de Gilberto Amado — Elói Pontes. Verdadeiro libelo de autodefesa, nele Dilermando analisava longamente todas as provas periciais dos autos de sua acusação, nos dois homicídios envolvendo os Cunha, buscando esclarecer o leitor sobre os fatos ali ocorridos.

A insistência e a argumentação do jornalista dobraram Dilermando, que considerava *A tragédia* o livro de uma vida. A explicação definitiva. Marcaram um encontro e uma conversa que resultou numa última declaração sobre sua inocência. No dia 10 de novembro de 1951, *O Cruzeiro* estampava a manchete: "Dilermando perante os séculos: o crime de matar um Deus." O texto oferecia-lhe, pela primeira vez, o direito de expressar-se, sem censura. Abria-se, finalmente, uma janela para a verdade. E em letras garrafais:

"O Cruzeiro inicia hoje a publicação do depoimento prestado ao jornalista David Nasser pelo general Dilermando de Assis, o homem que matou Euclides da Cunha, há 42 anos. Os motivos desta publicação, quando não fossem justificados pelo difícil generalato que atingiu depois de um sem-número de obstáculos, o sobrevivente da tragédia do século no Brasil, o seriam plenamente pelo desejo do general Dilermando de Assis, doente, sexagenário e exausto, de dar um ponto final às polêmicas e explicações iniciadas há quase cinquenta anos e jamais interrompidas.

O público deve receber estas páginas, absolutamente fiéis, como o último depoimento de Dilermando de Assis perante a sua geração e as gerações vindouras.

Mensagem de um agonizante. “Euclides matou-se pelas minhas mãos.”

A seguir, um trecho da entrevista:

“Antes de sábado, na sexta-feira daquela mesma semana, fomos à casa do Bairro de Fátima. Uma criada atendeu e gritou para dentro.

— É aquele moço da revista.

Um minuto depois, ela própria veio abrir a porta.

— O general mandou que o senhor entrasse.

Lá na sala sobre um divã, com a perna estendida, os jornais espalhados sobre a mesinha, o general lia uma carta. Falou sobre a doença que lhe atacara o pé e que dificultava a sua locomoção mesmo dentro de casa. E analisou a enfermidade grave que o domina desde o enfarte do miocárdio até os distúrbios da circulação. E como falasse de outra pessoa, julga o seu próprio caso:

— Uma situação delicadíssima. Pressão alta demais.

Passemos de alto sobre as núpcias de Dirce, um dia de felicidade numa vida de tragédia, como se disse anteriormente. E voltemos à casa do Bairro de Fátima, na segunda-feira imediata. O general já estava melhor do pé e escrevia na sala de jantar, na mesa onde o bolo de noiva, imenso e trabalhado, lembrava as bodas da filha querida.

— Estou fazendo a revisão de *A tragédia de Piedade*, segunda edição. A primeira se esgotou em poucos dias.

Estávamos conversando, quando alguém bateu à porta. Era Frederico, um dos filhos do general. Sentou-se e

mostrou-se apreensivo com a viagem que o pai faria na noite imediata.

— Poderia viajar consigo, pai?

— Não acho possível, por falta de lugar. É tarde para reservar um leito no *Santa Cruz*.

— Talvez eu dê um jeito.

— Se conseguir.

Pouco depois, outro filho chega. É o mais velho. Louro e de olhos claros como o pai, e mais ríspido e cerimonioso, porém, como o pai, de modos educados. (O general Dilermando de Assis chegou certa vez às oficinas de *O Cruzeiro*, onde seu livro estava sendo impresso. Fazia calor, pediu licença para tirar o paletó. Mais tarde, ao notar que se esquecera de retirar a arma da cintura, pediu desculpas a todos os operários presentes. Durante 42 anos, quase meio século, o general procurou desfazer do espírito público a impressão de que era um homem violento, exagerando-se em delicadeza e educação.)

Seus filhos nasceram do matrimônio com dona Ana, a viúva de Euclides da Cunha, senhora já falecida. O general comenta, sorrindo, a nota do *Diário de Humberto Campos* sobre o casal.

— Veicula a informação falsa de que eu apanhava de minha esposa. A princípio li mal e pensei que era o inverso. Tornei a ler duas ou três vezes para acreditar nessa informação pitoresca.

Depois de longo contato de várias horas por dia — Dilermando de Assis deixa ao repórter o direito de tirar as suas próprias conclusões. Espantosa, louvável ou incrível — a sua atitude para com o homem que não matou não varia

em suas palestras. Jamais ataca a memória de Euclides. Nem a do filho de Euclides, o jovem que, sete anos depois da tragédia de Piedade, saía da Escola Naval para vingar a morte do pai. Procurou Dilermando e o surpreendeu ao assinar um termo em cartório, descarregando-lhe a arma. Ferido várias vezes, pelas costas e pela frente, caído, e percebendo que o rapaz iria atacá-lo novamente, Dilermando respondeu ao fogo — e acertou. O aspirante Euclides da Cunha Filho tombou morto, e Dilermando ficou alguns dias entre a vida e a morte.

Agora ele vai embarcar no trem paulista. Levanta-se arrastando a perna. O corpo está pesado e Dilermando caminha devagar, amparado pelos filhos. É a sombra daquele atleta de oito lustros atrás — porém algo permanece intacto: o brilho nos olhos. Firmes também estão os dedos que disparavam e acertaram num cartão de visitas entre as pernas de um homem. Firme é a inabalável e tremenda convicção de Dilermando de Assis, analisando o desespero de um homem como Euclides da Cunha, tuberculoso em derradeiro grau, que no intervalo de duas hemoptises, ressuscitou um drama que ele, o grande escritor, conhecia há três anos — e resolveu promover uma chacina.

— Euclides não foi morto: suicidou-se pelas minhas mãos.

Uma semana depois o general Dilermando de Assis morreu de colapso cardíaco. Mas o seu depoimento ainda não terminou.”100

De fato, no dia 13 de novembro Dilermando fechou os olhos. Em longos obituários, os jornais lembraram a tragédia da piedade. Só que agora não mais o acusando injustamente, mas analisando os fatos e combatendo a versão que “se enraizara no espírito público”. *O Globo* foi um bom exemplo deste tratado de paz, assinado, enfim, com um general morto. Deu na segunda página:

“É forçoso reconhecer que a condenação pública que acompanhou, por toda a vida, o infeliz oficial, autor dessa morte e, em seguida, também da morte do filho de Euclides, quando esse procurava vingar o pai, constituiu o mais severo e expiatório castigo para o seu ato, por duas vezes absolvido nos tribunais.” Não fosse o morto Euclides da Cunha, dizia o redator, o “caso seria generosamente esquecido, como os anais criminais sempre nos mostraram”. A “implacável condenação ao seu autor” fora agravada “pelas lutas políticas contemporâneas, com a popularidade do civilismo contra o militarismo”.

“Dilermando de Assis passou toda a sua vida a procurar redimir-se da culpa, sem que o conseguisse, tão profundamente se enraizara no espírito público a sua condenação, acentuada pelos que não lhe poderiam perdoar o crime de ter abatido um grande escritor, sem que coubesse, nesse tremendo e incansável libelo, a mínima isenção, o reconhecimento da menor atenuante.

Caberia, agora que ele já não vive, uma reconstituição do crime que, então, tanta paixão originou. Reviver essa tragédia seria, fazendo justiça à memória de ambos, à vítima e ao acusado, traçar o perfil do gênio de *Os sertões*, disputado por

duas personalidades sempre em choque, a do artista da palavra escrita e a do homem temperamental; ao mesmo tempo evocar a conduta, nesse transe, do moço alferes-aluno que, mal saído da Escola Militar, o destino marcara para principal personagem da dolorosa tragédia.”¹⁰¹

Em suas memórias, a filha Dirce contará que, ao ficar acamado por conta de um derrame cerebral que antecedeu ao infarto definitivo, Dilermando passou alguns dias “como louco, sem conhecer ninguém a não ser a si mesmo num retrato dele moço, sobre a cômoda, contra o qual imprecava dizendo que aquele era o retrato de um pobre desgraçado que só fizera penar a vida inteira”.

Culpa ou remorso? Nenhum dos dois. Dilermando nunca quis ser perdoado. Não errou. Defendeu-se. Queria somente ser compreendido. Compreendido por seus companheiros de farda, por sua família, pela sociedade. Não suportava mais ser discriminado. Queria viver como se fosse uma pessoa normal, como se pudesse ser um cidadão comum.

Seu drama íntimo era o de considerar-se responsável por uma tragédia. E por considerar-se responsável, respondeu “presente” todas as vezes em que foi acusado. Respondeu com sua presença viva, mortal e, portanto, imperfeita. Jamais se colocou como vítima de forças mais poderosas do que ele, exonerando-se das consequências de seus atos. Nunca tentou abandonar seu passado, como se deixa, ao longo da estrada da vida, o que incomoda. Em sua luta cotidiana em busca de justiça e de compreensão, só desejava limpar a sua honra. Contar a sua verdade, a sua história.

Conclusão

Em sua origem, a palavra honra — em latim *honor* — designa uma divindade que representa a coragem na guerra. Uma literatura abundante a define como guia para a consciência, regra de conduta ou medida de prestígio. Graças às suas múltiplas acepções, a honra matou mais do que a peste. Suscitou mais controvérsias do que o sexo dos anjos. Há algumas décadas, contudo, não ouvimos mais falar dela.

Ao mesmo tempo um sentimento e um fato social objetivo, a honra é o estado moral que decorre da imagem que os homens têm de si e que lhes inspira ações temerárias. Mas é também um meio de representar a moral, o respeito e o valor dos outros.

A conduta ditada pela honra varia. Dos homens exige-se a coragem que não é cobrada das mulheres. Delas se exige a pureza sexual. A aspiração de uns e outros à honra determina, porém, o reconhecimento em praça pública. Daí advém a reputação, a consideração, as glórias. No avesso deste processo se encontra a vergonha: a honra recusada, a maledicência, a humilhação em condições infames. Faltar ao código de honra expõe à reprovação pública. A vergonha é o oposto da honra, pois ela permite reconhecer instantaneamente a desonra. Um homem sem vergonha, na linguagem vulgar, é um “filho da puta”. Pois a vergonha, desde a noite dos tempos, é herdada da mãe.

Dilermando, Dinorah, Euclides e Quidinho viveram num mundo onde a honra era um valor concreto. Não se podia escapar dela. Havia leis e códigos próprios dos quais não se fugia. E preferia-se a morte a perdê-la. Para militares como os irmãos Assis ou mesmo Euclides Filho, ela fazia parte das virtudes das armas. Confundia-se com bravura, autodisciplina, obediência. Movendo-se num microcosmo social extremamente hierarquizado, a escola Militar ou a Naval, eles eram obrigados tanto a zelar por sua reputação quanto a satisfazer deveres em relação à sua classe. Aquele que como Euclides defendesse sua honra manchada o fazia também para a "boa sociedade", para provar que seu sistema de valores seguia intacto. Só assim qualquer um deles mereceria pertencer a uma classe, casta ou grupo.

A violência obedecia nestes tempos a usos próprios. A morte tinha sempre a última palavra. Todos mataram e morreram pela honra. Mas, sobretudo, todos sofreram de forma atroz, brutal e impiedosa para defendê-la. O pior é que tiveram que fazê-lo no mais estrito silêncio. "Bom cabrito não berra." "Homem não chora." "Fortuna perdida? Nada se perdeu. Honra perdida? Tudo se perdeu." Numa sociedade machista, paira o silêncio dos cemitérios sobre o sofrimento masculino. Ele não é dito. É silêncio de morte. Silêncio ambivalente que diz mais do que a enxurrada de muitas palavras. Silêncio feito de medo, de vergonha, de angústia.

Muito se tem escrito sobre a história das mulheres e do sofrimento feminino. Numa sociedade patriarcal, quantas não foram exploradas, violentadas, feridas. Mas nada ou muito pouco se fala sobre o sofrimento masculino. Na mesma sociedade, ele dói tanto quanto o feminino. Ou pior: nela, as lágrimas deles não

correm, nada podendo revelar do que lhes vai ao coração. A dor é censurada. Eles têm que engolir.

Esta é a história de muitos homens que sofreram. Euclides da Cunha, que durante anos fez um silêncio de morte diante da traição de dona Saninha. Seus filhos Sólon, Quidinho e Manuel Afonso, criados longe do lar, mergulhados em imensa solidão, não tendo ninguém para lhes escutar. Dinorah, que silenciou diante de um corpo devastado, cuja morte foi puro grito de sofrimento. E Dilermando, cujo silêncio sobre os sofrimentos e humilhações que passou mais parece o que se abateu sobre o paraíso depois do pecado.

Honra a todos...

Bibliografia

Capítulo I

- Abreu, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: InplanRio/Zahar: 1988.
- Araújo, Rosa Maria Barbosa de. *A Vocação do Prazer — A cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- Aron, Jean-Paul. *Miserable et glorieuse la femme du XIXe siecle*. Paris: Complexe, 1980.
- Assis, Dilermando de. *A Tragédia da Piedade — mentiras e calúnias da "A vida dramática de Euclides da Cunha"*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1951.
- Assis, Judith Ribeiro de, em depoimento a Jefferson de Andrade. *Anna de Assis — História de um trágico amor*. Rio de Janeiro: Codecri, 1987.
- Assis, Machado de. *Contos Fluminenses*. Rio de Janeiro: Martin Claret, 2006.
- Assis, Machado de. *Papéis Velhos e outras histórias*. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documenta o e Informa o Cultural, 1995.
- Azevedo, Aluísio. *Casa de Pensão*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s/d.
- Balzac, Honoré de. *Estudos de Mulher*. Porto Alegre: LP&M, 2006.
- Benchimol, Jayme Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renova o urbana da Cidade do Rio de Janeiro no início do século XIX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- Briost, Pascal *et allie*. *Croiser le fer — Violence et culture de l' p e dans la France Moderne (XVIIe-XVIIIe)*. Paris: Champ Vallon, 2002.
- Corbin, Alain. *Le temps, le d sir et l'horreur — essais sur le XIXe si cle*. Paris: Champs — Flammarion, 1991.
- Del Priore, Mary. *História do Amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

- Dobroruka, Vicente. "A teologia de Antonio Conselheiro à luz de seu manuscrito -1897", Projeto de Estudos Judaicos-Helenísticos, PEJ. Disponível em: <http://www.PEJ-UNB.org>.
- Dobroruka, Vicente. *O Antonio Conselheiro de Euclides da Cunha: como se faz um profeta*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, Coleção Rascunhos de História, 1996.
- Dória, Escragno. "Euclides da Cunha", *Jornal do Commercio*, 24 jan.1915.
- Edmundo, Luiz. *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*. Rio de Janeiro: Xenon Editora e Produtora Cultural, s/d.
- Eluf, Lúcia Nagib. *Matar ou Morrer — o caso de Euclides da Cunha*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- Flaubert, Gustave. *Salambô*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2005.
- Fonseca, Cláudia. "Solteironas de fino trato: reflexões em torno do não casamento entre pequeno-burguesas no início do século". In: *Revista Brasileira de História*: São Paulo, v.9, nº 18, 1989.
- Fonseca, Hermes Rodrigues da. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.
- Galvão, Walnice Nogueira e Silva Neto, Domício Pacheco, apresentação e consultoria. *Crônica de uma Tragédia Inesquecível — autos do processo de Dilermando de Assis, que matou Euclides da Cunha*. São Paulo: Albatroz, Loqüi e Terceiro Nome, 2008.
- Grimmer, Claude. *La femme et le bâtard*. Paris: Presses de la Renaissance, 1983.
- Guillet, François. *La mort en face — histoire du duel de la Révolution a nos jours*. Paris: Aubier, 2008.
- Ismério, Clarisse. "As representações do feminino na educação rio-grandense segundo o discurso positivista (1889-1930)". In: *Revista Eletrônica História em reflexão* — vol. 1, nº 1 — UFGD, Dourados, jan/jun 2007.
- Louro, Guacira Lopes. "Mulheres na sala de aula". In *História das Mulheres no Brasil*, org. Mary Del Priore. São Paulo: Contexto, 1997.
- Maia, Cláudia J. "Desencantadas criaturas proibidas de amar: a construção discursiva de mulheres celibatárias". Disponível em: <http://www.anpuh.org>.
- Mauá, Cláudia, J. "Ó, desprezíveis solteironas" in *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 3, nº 35, setembro, 2008.
- Michelet, Jules. *La Femme*. Paris: Flammarion, 1981.

- Pilagalho, Oscar. *A História do Brasil no Século XX (1900-1920)*. São Paulo: PubliFolha, 2002.
- Queiróz, Eça de. *Alves & Cia*. Porto Alegre: L&PM, 1997.
- Rodrigues de Lima, Fausto. "Adultério: do casamento à indenização", *Correio Braziliense*, 9/01/2009.
- Rohden, Fabíola. *A Arte de Enganar a Natureza — contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.
- Sohiet, Rachel. "Mulheres pobres e violência no Brasil urbano". In: *História das Mulheres no Brasil*, org. Mary Del Priore. São Paulo: Contexto, 1997.
- Ventura, Roberto. *Euclides da Cunha*, org. Mário César Carvalho e José Carlos B. de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- Ventura, Roberto. "Euclides da Cunha e a República". In: *Estudos Avançados* 10 (26), 1996, pp.275-291.
<http://www.rionosjornais.com.br>

Capítulo II

- Abreu, Martha de E. *Meninas Perdidas — os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- André, Émile. *Le jeu de l'épée*. Paris: Ollendorf, 1887.
- Assis, Dilermando de. *A Tragédia da Piedade — mentiras e calúnias da "A vida dramática de Euclides da Cunha"*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1951.
- Barbosa, Rui. *A Reforma do Ensino Primário, 1883*. Rio de Janeiro: MEC, 1947, vol.I.
- Barbosa, Rui. *Ditadura e República*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, s/d.
- Bertonha, João Fábio. *Os Italianos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- Bilac, Olavo. *Kosmos*. Rio de Janeiro, ano 1, nº 1, jan.1904.
- Bittencourt, Circe. org. *Dicionário de Datas da História do Brasil*, São Paulo: Contexto, 2007.
- Borges, Vera Lúcia Bogéas, mimeo. "Imprensa e relações de poder em tempos de campanha presidencial (1905-1906)", Comunicação ao XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ, 2006.
- Carvalho, José Murilo de. *Os bestializados — o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- Cavalcanti, Dirce de Assis. *O Pai*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

- Chalhoub, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim — o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Braziliense, 1986.
- Chalhoub, Sidney. *Cidade Febril — cortiços e epidemias na cidade imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- D'Íncio, Maria Ângela. *Amor e Família no Brasil*. São Paulo: Contexto 1989.
- Faoro, Raymundo. *Os Donos do Poder — formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 1973.
- Farge, Arlette *et alie*. *Madame ou mademoiselle? Itinéraires de la solitude féminine 18e — 20e siècle*. Paris: Arthaud-Montalban, 1984.
- Fausto, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/FDE, 1994.
- Gazeta de Notícias*, 15/11/1904 ano XXXI nº 320, p.2
- Gazeta de Notícias*, 16/11/1904 ano XXXI, nº 321, p.1.
- Gazeta de Notícias* 17/11/1904, ano XXXI, nº 322, p.1-2.
- Gazeta de Notícias* 18/11/1904, ano XXXI, nº 323, p.1.
- Gazeta de Notícias* 19/11/1904, ano XXXI, nº 324, p.1.
- Gazeta de Notícias* 21/11/1904, ano XXXI, nº 326, p.2.
- <http://www.cpdoc.fgv.br/depoimentos/HenriqueTeixeiraLott>
- [http://www.liceuescola.com.br/Liceude Artes e Ofícios de São Paulo](http://www.liceuescola.com.br/LiceudeArteseOficiosdeSaoPaulo).
- João do Rio. *A Alma Encantadora das Ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- João do Rio. *Vida Vertiginosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- João do Rio. *O Paiz*, 16/08/1909, ano XXV, nº 9082, p.1.
- Linhares, Maria Yedda. org. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- Lopes, Eliane Marta Teixeira *et alie*. coord. *500 Anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- Love, Joseph. *A Locomotiva — São Paulo na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- Marcílio, Maria Luíza. *História da Escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Instituto Fernand Braudel/Imprensa Oficial, 2005.
- Marques Rebelo e Bulhões, Antonio. *O Rio de Janeiro do Bota-Abaixo*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1997.
- Marques dos Santos, Afonso Carlos. (coord.) *O Rio de Janeiro de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: RioArte, 1983.
- Martins, Luís. *O Patriarca e o Bacharel*. Rio de Janeiro: Alameda, 2008.

- Moreira Bento, Coronel Cláudio. "2004 — os cem anos da revolta militar da vacina", in *Informativo Guararapes*. Disponível em: <http://ahimtb.org.br>.
- Neder, Gizlene. *Discurso Jurídico e Ordem Burguesa no Brasil*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1995.
- Pinas, Raquel Quirino. "Recordações de um Aluno Interno do Colégio Arquidiocesano de São Paulo". Disponível em: www.saopaulominhacidade.com.br.
- Pinto, Alfredo Moreira. *A Cidade de São Paulo em 1900*. Edição fac-símile, São Paulo: Governo do Estado, 1979.
- Sevcenko, Nicolau. *Literatura como Missão — tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- Silva, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. "Evaristo de Moraes — direito, liberdade e tolerância na passagem à modernidade no Brasil (1894-1939)". Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/anais.htm>.
- Tavernier, Adolphe. *L'Art du Duel*. Paris: C. Marppon et Flammarion, 1885.
- Teixeira, Luis Guilherme Sodré. "Botafogo — o bairro". Disponível em: www.casaruibarbosa.com.br.
- Vasconcellos, Maria Celi C. *A Casa e os Seus Mestres — a educação no Brasil do oitocentos*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

Capítulo III

- Barbosa, Rui. *O Dever do Advogado — carta a Evaristo de Moraes*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2002.
- Bilac, Olavo. *Ironia e Piedade*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1926.
- Bretas, Marcos Luiz. "Velhacos, Gatunos e Assassinos — os grandes crimes que abalaram o Brasil", in *Nossa História*, ano 3, n.35, pp.14-23.
- Bretas, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade — o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- Câmara, Fernando Portela. "Instituição da Psicoterapia na Medicina Brasileira — 1887-1889". Disponível em: <http://www.polbr.med.br>. Data de acesso: dezembro2002-janeiro2003.
- Cavallini, Marco Cícero. "Monumento e política — os comentários da semana de Machado de Assis", in Chalhoub, Sidney, Margarida de S. Neves, Leonardo Affonso de Miranda Pereira (org.). *História em Cousas Miúdas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

- Costa, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- Engel, Magali. "Psiquiatria e Feminilidade". In: *História das Mulheres no Brasil*, org. Mary Del Priore. São Paulo: Contexto, 1997.
- Couto, Linda Ostjen. "As Mortes de Euclides da Cunha e seu filho". Disponível em: <http://www.oabsp.org.br/institucional/grandes-causas>.
- Eluf, Luiza Nagib. *Matar ou morrer — o caso Euclides da Cunha*. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.
- Galvão, Walnice Nogueira e Silva Neto, Domício Pacheco, apresentação e consultoria. *Crônica de uma tragédia inesquecível — autos do processo de Dilermando de Assis, que matou Euclides da Cunha*. São Paulo: Albatroz, Loqüi e Terceiro Nome, 2008.
- Gazeta de Notícias* 4/05/1911, Ano XXXVI, nº 124, p.1.
- Gazeta de Notícias* 5/05/1911, Ano XXXVI, nº 125, pp.1-2.
- Gazeta de Notícias* 8/05/1911, Ano XXXVI, nº 128, p.1.
- <http://www.oab-rj.org.br/index/EvaristodeMoraes>
- Jornal do Commercio* 16/08/1909, p. 2.
- Jornal do Commercio* 17/08/1909, p. 2.
- Jornal do Commercio* 18/08/1909, p. 3.
- Lanza, Sonia Maria. "O melodrama no jornalismo impresso". In: *Integração*, out./nov./dez. 2004, ano X, nº 39, p. 315-319.
- Lara, Silvia Hunold e Mendonça, Joseli Maria Nunes. *Direitos e Justiças no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- Lopes, Fábio Henrique. *Suicídio & Saber Médico — estratégias históricas de domínio, controle e intervenção no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- Miranda Pereira, Leonardo Affondo de. "Literatura em movimento: Coelho Neto e o público das ruas". In: Chalhoub, Sidney, Margarida de S. Neves, Leonardo Affonso de Miranda Pereira (org.) *História em Cousas Miúdas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.
- O Paiz* 16/08/1909, Ano XXV, nº 9082, p. 1.
- O Paiz* 17/08/1909, Ano XXV, nº 9083, p. 2.
- O Paiz* 18/08/1909, Ano XXV, nº 9084, p. 1.
- O Paiz* 22/08/1909, Ano XXV, nº 9088, p. 1.
- O Paiz* 20/08/1909, Ano XXV, nº 9086, p. 4.
- O Século* 29/10/1914, Ano IX, nº 2519, p. 2.

- Rio, João do. *Gazeta de Notícias*, 22/08/1909, ano XXXV, nº 237, p. 1.
- Rio, João do. *A Alma Encantadora das Ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- Rio, João do. *Vida Vertiginosa*. Edição preparada por João Carlos Rodrigues. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- Tigre, Bastos. *Instantâneos do Rio Antigo*. org., apresentação e notas Marcelo Balaban. Campinas: Mercado das Letras, CECULT, Fapesp, 2003.
- Ventura, Roberto. *Euclides da Cunha*. org. Mário César Carvalho e José Carlos B. de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- Ventura, Roberto. "Euclides da Cunha e a República". *Estudos Avançados* 10 (26), 1996, p. 275-291.

Capítulo IV

A Noite, 4/7/1916.

- Andrade, Joaquim Marçal Ferreira de. *História da Fotorreportagem no Brasil — a fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900*. Rio de Janeiro: Editora Campus e Edições Biblioteca Nacional, 2004.
- Araújo, Rosa Maria Barbosa de. *A Vocação do Prazer — a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- Assis, Dilermando de, colaboração de  ngelo Cibela. *Um Nome, uma Vida, uma Obra*. Rio de Janeiro, 1946.
- Borges, Vera Lúcia Bogéa. *Morte na República — os últimos anos de Pinheiro Machado e a política oligárquica (1909-1915)*. Rio de Janeiro: IHGB; Livre Expressão, 2004.
- Cohen, Alberto A. e Gorberg, Samuel. *Rio de Janeiro — o cotidiano carioca do século XX*. Rio de Janeiro: A.A Cohen, 2007.
- Costa, Cristiane. *Pena de Aluguel — escritores jornalistas no Brasil 1904 a 2004*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- Daudt, Ac lio. "A Vítima Esquecida de Euclides da Cunha", *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 22, X, 1946.
- Eluf, Lúcia Nagib. *Matar ou Morrer — o caso de Euclides da Cunha*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- http://obdigital.bn.br/acervo/div_periodicos/careta/careta_1911
- Gazeta de Notícias*, 6/7/1916.
- Jornal do Brasil*, 5/7/1916.

Jornal do Commercio, 5/7/1916.

Jornal do Commercio, 6/07/1916

Lee, Ana. *O Sorriso da Cidade — intriga e crime no mundo literário da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

O Malho, 15/07/1916, ano XV, nº 722.

O Malho, 13/05/1911, ano X, nº 452.

O Malho, 08/07/1916, ano XV, nº 721.

O Sport, Rio de Janeiro, 24 de junho de 1929.

Pesavento, Sandra Jatahy. *O Imaginário da Cidade — visões literárias do urbano, Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora Universidade /UFRGS, 1999.

Pontes, Eloy. *A Vida Dramática de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

Revista do Grêmio Euclides da Cunha. Rio de Janeiro, 15/08/1916. p.4-6.

Rio, João do. "Destino", *O Paíz*, 08/07/1916, Ano XXXII, n.11. 597. p.1.

Sena, Davis Ribeiro de. "Vidas Marcadas: Euclides, Ana e Dilermando, um Romance Irresistível", <http://www.casaeuclidiana.org.br/texto>.

Silva, Hélio, *Venceslau Brás — 9.º presidente do Brasil*, Editora Três, 1983.

Capítulo V

A Noite, 14/11/1951 nº 13944, ano XL.

Áries, Philippe e Duby, Georges. *História da Vida Privada — da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Assis, Judith Ribeiro de, em depoimento a Jefferson de Andrade. *Anna de Assis — história de um trágico amor*. Rio de Janeiro: Codecri, 1987.

Brandão, Adelino e Tostes, Joel Bicalho. *Águas de Amargura — o drama de Euclides da Cunha e Anna*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1990.

Carneiro, Glauco. *História das Revoluções Brasileiras*, vol. I e II. Rio de Janeiro: Editora O Cruzeiro, 1965.

Cavalcanti, Dirce de Assis. *O Pai*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

Correa, Ana Maria Martinez. *A Rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1976.

Correio da Manhã, 16/08/1909, Ano IX, nº 2952.

Correio da Manhã, 26/09/1910, Ano X, nº 3357.

Chalhoub, Sidney e Pereira, Leonardo A. de M. *A História Contada — capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,

- 1998.
- Chalhoub, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- Castro, Alceu Mendes de Oliveira (1951). *O Futebol no Botafogo (1904-1950)*. Rio de Janeiro: Gráfica Milone, s/d.
- Da Matta, Roberto. *Esporte na Sociedade — um ensaio sobre o futebol brasileiro. Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Pinakotheke, 1982.
- Damazio, Sylvia. *Retrato Social do Rio de Janeiro na Virada do Século*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1996.
- Jornal do Brasil*, 14/11/1951, ano XLI, nº 264.
- Jornal do Commercio*, 26/09/1910, ano 84, nº 269.
- Ferrari, Danilo Wenceslau. "Diretrizes — a primeira aventura de Samuel Wainer". In: *Histórica — Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 31, ano 2008.
- <http://www.thomazmagalhaes.blog-se.com.br>
- <http://mundobotafogo.blogspot.com/2008/01/dinorah-de-assis-entre-o-drama-e-gloria.html>
- Mello, Victor Andrade de. *Cidade Esportiva — primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Faperj/Relume-Dumará, 2001.
- O Cruzeiro*, 10/11/1951, ano XXIV, nº 4.
- O Globo*, 14/11/1951, ano XXVII, nº 7829.
- Pereira, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania — uma história do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- Pitt-Rivers, Julian. *Anthropologie de l'honneur*. Paris: Hachette/Plurie, 1997.
- Pitt-Rivers, Julian. *Honor and Grace*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- Rios, José Arthur. "A sociologia de Euclides da Cunha", conferência proferida no dia 20 de março de 2009, no PEN Club do Brasil.
- Teixeira da Silva, Francisco Carlos e Santos, Ricardo Pinto dos. *Memória Social dos Esportes, Futebol e Política — a construção de uma identidade nacional*. Rio de Janeiro: Mauad, Faperj, vol. I e II, 2006.

Agradecimentos

Bruno Porto, Carlos Milhono, Dirce de Assis Cavalcanti, Deusdeth do Nascimento, Emilio Guilayn, general Jonas de Moraes Correa, Jorge Miguel Acosta Soares, Mário de Oliveira, Max Justo Guedes, Roberto Feith, Vasco Mariz.

Notas

1. Refiro-me nesta e em outras passagens a informações extraídas do livro de Dilermando de Assis, intitulado *A Tragédia da Piedade — mentiras e calúnias da "A vida dramática de Euclides da Cunha"*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1951, p. 215.
2. Idem, *ibidem*, p. 115.
3. Essa e outras informações fornecidas por Ana de Assis, retiradas dos *Autos do processo de Dilermando de Assis que matou Euclides da Cunha*, in: *Crônica de uma Tragédia Inesquecível*, apresentação Walnice Nogueira Galvão e consultoria de Domício Pacheco e Silva Neto. São Paulo: Editoras Albatroz, Loqüi e Terceiro Nome, 2008, fonte doravante denominada *Autos do Processo*, p. 124.
4. Judith Ribeiro de Assis em depoimento a Jefferson de Andrade, *Anna de Assis — História de um trágico amor*. Rio de Janeiro: Codecri, 1987, p. 42.
5. Assis, *A Tragédia da Piedade*, op.cit., p. 115.
6. Assis, *A Tragédia da Piedade*, op.cit., p. 309.
7. Ribeiro de Assis, op.cit., p. 44.
8. *Autos do Processo*, op.cit., p. 126: "que sabedora sua família das relações com o acusado começam a abandoná-la, deixando de procurar ela informante, que por sua vez, conhecendo sua posição, não procurava mais a sua família, nem as pessoas de sua amizade."
9. Idem, *ibidem*, p. 69.
10. *Autos do Processo*, p. 71, D. Angélica Ratto assim descreve a situação: "que Dona Ana referiu ainda que logo após a chegada de doutor Euclides, do Acre, achando-se hospedado em sua casa Dilermando, estranhou o fato e exprobrou sua mulher por isso, daí resultando ter dona Ana pedido a Dilermando escrevesse uma carta ao doutor Euclides, não podendo a

declarante afirmar com segurança se esse pedido foi feito ou se foi espontâneo de Dilermando, no sentido de dissipar no espírito do doutor Euclides qualquer dúvida quanto à sua honestidade.” À página 126, lê-se a declaração de D. Ana de Assis: “que se oferecendo o denunciado para ir buscá-lo a bordo, ou fosse por inexperiência, ou para que seu marido nada suspeitasse, consentiu a informante que com os criados fosse o denunciado buscá-lo a bordo.”

11. *Autos do Processo*, op.cit., p. 126.
12. Idem, ibidem, p. 127.
13. Assis, *A Tragédia da Piedade*, op.cit., p. 62.
14. *Autos do Processo*, op.cit., p. 127.
15. Ver Davis Ribeiro de Sena, “Vidas Marcadas — Euclides, Ana e Dilermando”. Disponível em: <http://www.casaeuclidiana.org.br/texto/>.
16. Ribeiro de Assis, op.cit., p. 46.
17. Ribeiro de Sena, op.cit., p. 2.
18. Assis, op.cit., p. 179.
19. *Autos do Processo*, op.cit., p. 128: Dona Anna relata que vai à casa do dr. Érico Coelho, dizendo-se violada pelo “filho de uma pessoa amiga” (forçando-a, tivera com ela relações) e pedindo um remédio “para abortar”.
20. Ribeiro de Sena, op.cit., p. 5. Confirmado por Ana de Assis: “continuando ela, informante, a vê-lo na rua e em passeios”, *Autos do processo*, op.cit., p. 127.
21. Ribeiro de Assis, op.cit., p. 33.
22. Carta de Dilermando a Ana, reproduzida por Ribeiro de Assis, op.cit., p. 58. As cartas a seguir, idem, ibidem, p. 48 e passim.
23. *Autos do processo*, op.cit., p. 127
24. Idem, ibidem.
25. *Autos do processo*, op.cit., p. 127.
26. Idem, ibidem.
27. Idem, ibidem.
28. *Autos do processo*, op.cit., p. 128.
29. Idem, ibidem.
30. *Autos do processo*, op.cit., p. 128.
31. Idem, ibidem, p. 129.
32. *Autos do processo*, op.cit., p. 130.

33. Edição de 4/09/1909 *apud* Dilermando de Assis, *A Tragédia da Piedade*, op.cit., p. 180.
34. *Autos do processo*, op.cit., p. 130.
35. *Autos do processo*, op.cit., p. 130
36. Assis, *A Tragédia da Piedade*, op.cit., p. 215.
37. *Autos do processo*, op.cit., p. 66 e 67.
38. *Autos do processo*, op.cit, p. 131.
39. Os rumores sobre os gastos de dona Saninha com Dilermando eram correntes. O mesmo artigo publicado no *Correio da Manhã*, de 4/09/1909 e reproduzido em *A Tragédia da Piedade*, p. 180, traz informações sobre o assunto: "Soube ainda o escritor que, além de se fazer concubina de Dilermando, sua mulher o lesava em dinheiro para sustentar o amásio, ao qual mantinha de cama e mesa, pernoitando amiudadas vezes em sua companhia." Dilermando sempre negou tais acusações.
40. *Autos do processo*, op.cit., p. 131.
41. Idem, ibidem.
42. *Autos do processo*, op.cit., p. 80.
43. Idem, ibidem, pg.132.
44. *Autos do processo*, op.cit., p. 77.
45. *Autos do processo*, op.cit., p. 77.
46. Idem, p. 132.
47. *Autos do processo*, op.cit., p. 132 e 133.
48. *Autos do processo*, op.cit., p. 133.
49. Idem, ibidem.
50. *Autos do processo*, op.cit., p. 67 e 123.
51. Assis, *A Tragédia da Piedade*, p.223, citando o *Jornal do Commercio* de 18/08/1909.
52. *Autos do processo*, op.cit., p. 134.
53. Idem, ibidem.
54. Assis, op.cit., p. 216.
55. Assis, *A Tragédia da Piedade*, op.cit., p. 195.
56. Essas e outras informações sobre a revolta ver *Gazeta de Notícias*, 16/11/1904, p. 1.
57. *Autos do processo*, op.cit., p. 67.
58. *Autos do processo*, op.cit, p. 136.
59. Idem, ibidem, p.136.

60. *Autos do processo*, op.cit., p. 134.
61. *Jornal do Commercio*, 20/08/1909.
62. *Autos do processo*, op.cit., p. 134.
63. *Autos do processo*, op.cit., p. 134-135.
64. *Autos do processo*, op.cit., p. 74.
65. *Autos do processo*, op.cit., p. 102.
66. *Autos do processo*, op.cit., p. 135.
67. *Autos do processo*, op.cit., p. 74.
68. *O Paiz*, 16/08/1909, p. 1.
69. *Autos do processo*, op.cit., p. 135.
70. João do Rio, *Gazeta de Noticias*, 22/08/1909, p. 1.
71. Ribeiro de Assis, op.cit., p. 80.
72. *Autos do processo*, op.cit., p. 77 e passim.
73. *Autos do processo*, op.cit. p. 77.
74. *O Pais*, 18/08/1909, p. 2.
75. *Jornal do Commercio*, 18/08/1909, p. 1.
76. Assis, *A Tragédia da Piedade*, op.cit. p. 204.
77. Ribeiro de Assis, op.cit., p. 61.
78. *O Pais*, 20/08/1909, p. 4.
79. *Autos do processo*, op.cit., p. 103 e passim.
80. *Autos do processo*, op.cit., p. 137.
81. Assis, *A Tragédia da Piedade*, op.cit., p. 219.
82. *O Careta*, 6/05/1911 ano IV, nº 153, p. 15.
83. *Jornal do Brasil*, 5/07/1916, p. 1.
84. referto: abundante, cheio.
85. *Revista do Grêmio Euclides da Cunha*, 15/08/1916, p. 4-6.
86. *Gazeta de Notícias*, 5/07/1916, p. 2.
87. *Jornal do Commercio*, 5/07/1916, p. 1.
88. *Jornal do Brasil*, 5/07/1906, p. 1.
89. *O Malho*, 8/7/1916, p. 9.
90. *Jornal do Commercio*, 6/07/1912, p. 2.
91. João do Rio, *O Paiz*, 8/07/1916, p. 1.
92. *Correio da Manhã*, 17/09/1909, p. 7.
93. *Jornal do Commercio*, 26/09/1910, p. 8.
94. *Correio da Manhã*, 26/9/1910, p. 4.
95. Ribeiro de Assis, op.cit., p. 147.

96. Ribeiro de Assis, op.cit., p. 147 e passim.
97. Ribeiro de Assis, op.cit., p. 153.
98. Ribeiro de Assis, op.cit., p. 159.
99. *Diretrizes*, 6/11/1941, capa e p. 1.
100. Série de reportagens intituladas "Dilermando perante os séculos", divididas em 3 partes e publicadas respectivamente em 10/11/1951 ("O crime de matar um Deus"), 17/11/1951 ("O peão que matou o rei") e 24/11/1951 ("Euclides matou-se pelas minhas mãos").
101. *O Globo*, 14/11/1951, p. 2.

© 2009 by Mary Del Priore

Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Objetiva Ltda. Rua Cosme Velho, 103
Rio de Janeiro — RJ — Cep: 22241-090
Tel.: (21) 2199-7824 — Fax: (21) 2199-7825
www.objetiva.com.br

Capa
Tecnopop / Marcelo Pereira e André Lima

Revisão de texto
Ana Júlia Cury
Joana Milli
Mônica Reis

Conversão para E-book
Freitas Bastos

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

D375m

Del Priore, Mary,

Matar para não morrer [livro eletrônico] : A morte de Euclides da Cunha e a noite sem fim de Dilermando de Assis / Mary Del Priore. - Rio de Janeiro : Objetiva, 2010.

recurso digital

Requisitos do sistema: ePub

Modo de acesso:

149p. ISBN 978-85-390-0083-8 (livro eletrônico)

1. Cunha, Euclides da, 1866-1909. 2. Assis, Dilermando de, 1888-1951. 3. Livros eletrônicos. I. Título.

10-2974. – CDD: 920.71

CDU: 929-055.1

24.06.10 – 06.07.10 – 019968

Foto: Bel Pedrosa



Mary Del Priore

escreveu mais de vinte livros sobre a História do Brasil, entre eles *História das Mulheres no Brasil* e *História da Vida Privada*. Historiadora com pós-doutorado na França e sócia honorária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi duas vezes vencedora do Prêmio Casa-Grande & Senzala. Ganhou ainda o Jabuti na categoria Ciências Humanas, com *História das Mulheres no Brasil*.

Lançou pela Objetiva *Condessa de Barral* e *O Príncipe Maldito*, ganhador do prêmio de melhor livro de não ficção da Associação Paulista de Críticos de Arte.